Na Casa dos Outros

Histórias Vividas por Trabalhadoras Domésticas

Érika Motoda | Lauana Viana | Nathalia Fabro

Na Casa dos Outros

Histórias Vividas por Trabalhadoras Domésticas

Érika Motoda | Lauana Viana | Nathalia Fabro

Universidade Metodista de São Paulo
Escola de Comunicação, Educação e Humanidades
Curso de Jornalismo

Copyright© 2017.

Todos os direitos reservados. É vedada a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, sob quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia ou outros), sem permissão expressa das autoras.

Autoras: Érika Motoda, Lauana Viana, Nathalia Fabro

Capa e Diagramação: William Castro

FICHA CATALOGRÁFICA

M857n Motoda, Érika
Na casa dos outros: histórias vividas por trabalhadoras domésticas: livro-reportagem / Érika Motoda, Lauana Viana, Nathalia Fabro. 2017.
224p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) --Escola de Comunicação, Educação e Humanidades da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2017.
Orientação de: Luci Praun.

1. Trabalho doméstico 2. Direito do trabalho 3. Condições de trabalho 4. Jornalismo I. Viana, Lauana II. Fabro, Nathalia III. Título

CDD 070.4

Dedicamos este projeto aos mais de sete milhões de trabalhadores domésticos brasileiros, principalmente as mulheres, que são maioria na profissão. Que as palavras aqui escritas levem luz a uma sociedade que desvaloriza sua força de trabalho. Esperamos que também confortem e motivem cada trabalhadora e trabalhador doméstico a lutar pela manutenção de direitos e contra qualquer humilhação.

Sumário

Prefácio 7
Saudade da infância 17
O sonho da casa própria 43
Comida trancada 57
Vivendo a vida dos patrões 85
Quase da família 101
O sonho americano 135
Simplesmente faxineira 153
Empregada ascensorista 177
Entre avanços e retrocessos 201
Referências 209

Prefácio

Uma parcela importante daqueles que vivem do trabalho passa ou já passou vários dias dentro de casas que não eram suas, mas não como familiares. Tampouco, como visitantes. E sim como funcionários. É sobre um pouco dessas vidas que esse livro conta.

Sob a ótica dos trabalhadores domésticos é possível vislumbrar o que acontece da porta para dentro de algumas moradias. Os empregados estão sempre ali, com disponibilidade involuntária para servir os patrões em jornadas diárias, que extrapolam, em muitos momentos, os limites legais e éticos.

A partir das memórias destes trabalhadores fica evidente como suas vidas são absorvidas de tal maneira pela rotina das famílias, que deixam em segundo plano os próprios sonhos, projetos e famílias. Não se trata, é claro, de indiferença ao que lhes pertence. Pelo contrário. Seja por necessidade ou pelo envolvimento com o que os cercam, que acabam vendendo férias, trocando feriados e finais de semana, além de outros momentos de descanso, para dar suporte às necessidades cotidianas de seus empregadores.

Aqueles que são considerados "quase da família" são vistos dessa maneira, principalmente, pelos olhares de quem os emprega. É perceptível, contudo, que os trabalhadores domésticos sabem a linha que os separa dos patrões e não os consideram tão próximos quanto é falado.

Sua ocupação é difundida na sociedade brasileira e marcada pela distância social entre empregados e patrões. Muitas vezes, a relação esconde contextos de humilhação.

Ainda que seja o principal meio de sustento de muitas famílias, o trabalho doméstico representa uma estrutura excludente, que entrelaça origem social,

gênero e raça. As pessoas que geralmente compõem a categoria são de origem humilde, com baixo poder aquisitivo e residentes em regiões periféricas. Em sua maioria são mulheres, negras e/ou migrantes nordestinas.

Em 2016, a OIT (Organização Internacional do Trabalho) divulgou que o Brasil é o país com mais pessoas no serviço doméstico no mundo. São cerca de 7,2 milhões de trabalhadores. O mesmo estudo constatou que 83% das pessoas no emprego doméstico são do gênero feminino.

No Brasil, os dados mais recentes sobre essa categoria profissional, que apontam para a intersecção entre pobreza, gênero e raça, resultam de uma pesquisa realizada pelo Ministério do Trabalho e Previdência e pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), de 2014. Entre as brasileiras com ocupação, 10% das mulheres brancas eram domésticas, enquanto 17,7% das mulheres negras estavam na profissão.

A predominância feminina e negra no serviço doméstico brasileiro não é mera coincidência. A atividade tem origem no período da escravidão. Os colonizadores portugueses escravizaram, inicialmente, os indígenas e, depois, os negros

africanos. Além das atividades forçadas na agricultura, mineração e extrativismo, a população afrodescendente escravizada, sobretudo as mulheres, desempenhavam funções de criadas, mucamas, amas de leite, cozinheiras, mordomos, lavadeiras e engomadeiras, por exemplo.

A partir de 1888, com a legalização do fim do uso da força de trabalho escravizada, muitos desses trabalhadores, destituídos de oportunidades de inserção no mercado de trabalho, acabaram encontrando na prestação de serviços em casas de famílias brancas uma das poucas oportunidades de sobrevivência. Ou seja, o trabalho doméstico acabou sendo a única opção para muitos ex-escravos.

Os homens também atuam no serviço doméstico desde esse período, mas sempre em menor número. Em 2009, segundo dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), do lBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), cerca de 500 mil profissionais na categoria eram homens. A quantidade corresponde a apenas 7% do total de empregados domésticos no país e continua a valer para 2017. Minoria na atividade doméstica, os homens que atuam na área são menos afetados com

o machismo, sexismo e racismo presentes no dia a dia das trabalhadoras.

Com oito perfis – sete de mulheres –, o livro-reportagem *Na Casa dos Outros – Histórias Vividas por Trabalhadoras Domésticas* pretende dar voz aos profissionais domésticos e apresentar os avanços na profissão. Mesmo com o relato de um profissional homem, a escolha pelo título foi linguística, devido ao histórico das mulheres no serviço doméstico, visto que elas são maioria na categoria desde o fim da escravidão no Brasil.

Invisibilidade legal

Os trabalhadores domésticos estiveram à margem da sociedade desde a abolição da escravatura, sem nenhuma segurança jurídica. Tanto que a categoria não foi nem citada no surgimento da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), em 1943.

Apenas em 1972, 29 anos depois, foi aprovada a Lei nº 5.859, que tratava de algumas questões sobre os empregados domésticos e lhes dava certas garantias. Ainda assim, a categoria ficou sem vários direitos que outros profissionais tinham, como acesso ao FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), seguro-

desemprego e limite de jornada máxima de trabalho, por exemplo.

Em 2012 foi proposta a alteração do Artigo 7º da Constituição Federal, a fim de igualar os direitos trabalhistas de profissionais domésticos, urbanos e rurais do país. Trata-se da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 66, de autoria do deputado federal Carlos Bezerra (PMDB-MT) e de outros, que ficou conhecida como PEC das Domésticas. O Congresso promulgou a emenda em abril de 2013.

Em 1º de junho de 2015, a então presidenta Dilma Rousseff (PT) sancionou a Lei Complementar nº 150, que regulamentou a Emenda Constitucional n° 72/2013, que dispõe sobre as regras contratuais específicas dos empregados domésticos. O texto estipula garantias como jornada máxima de 44 horas semanais, adicional noturno, pagamento de horas extras, descanso, FGTS, INSS, seguro-desemprego, 13º salário, entre outras.

Para efeitos de entendimento, chamaremos neste livro tanto a Emenda Constitucional nº 72/2013 como a Lei Complementar nº 150/2015 de PEC. Mas é importante ressaltar que são dispositivos legais que se complementam, e não sinônimos. O primeiro equiparou os domésticos aos demais trabalhadores

brasileiros, enquanto o segundo regulamentou a profissão.

Em meio aos relatos pessoais inserimos dados importantes sobre a PEC, para que patrões e empregados saibam de seus deveres e direitos, respectivamente.

Vida pré e pós-PEC

Com histórico de abusos, humilhações e falta de acesso a direitos básicos, os empregados domésticos foram silenciados historicamente. A PEC representou um marco para a categoria, mas ainda não foi suficiente para sanar a informalidade na profissão.

Dois anos após a lei ser sancionada, em 2017, cerca de 65% dos trabalhadores domésticos ainda são informais, segundo dados do portal Doméstica Legal.

A cultura de submissão ainda mantém relações de trabalho doméstico precárias, válidas apenas sob a palavra de acordos, que não trazem melhorias ou garantias para a vida dos empregados.

No primeiro trimestre de 2017, 31,5% dos empregados domésticos tinham carteira assinada. No mesmo período de 2016, o percentual era de 34,9%.

Os dados são da Pnad. A redução pode ser explicada pelo aumento nos custos que a PEC trouxe aos empregadores.

Quanto aos trabalhadores, muitos deixaram de ser mensalistas e tornaram-se diaristas, principalmente as mulheres. Segundo o portal eSocial, da Receita Federal, em junho de 2016 a taxa de desemprego entre trabalhadores domésticos era de 24%, enquanto a média nacional estava em 10,7%. O total de domésticas com carteira assinada diminuiu de 1,57 milhão para 1,2 milhão. Foram encerrados aproximadamente 370 mil registros após um ano da PEC.

Isso permite a participação das mulheres em situações de trabalho ainda vulneráveis, sem aparato jurídico ou, sequer, estabilidade.

O tratamento dos patrões com os empregados também acentua a desigualdade entre as classes sociais no país. Ainda que sob o mesmo teto, trabalhadores são excluídos e negados a consumirem os mesmos alimentos que os empregadores, por exemplo, e até de usarem os mesmos ambientes, como os banheiros da casa. Daí se tem destaque o "quartinho de empregada" e uma despensa com comida diferenciada.

Em vista disso, *Na Casa dos Outros – Histórias Vividas por Trabalhadoras Domésticas* pretende trazer

reflexões acerca do papel dos servidores domésticos na sociedade brasileira, além de evidenciar a linha tênue entre o relacionamento pessoal e de trabalho entre empregados e empregadores.

Saudade da infância

— Nunca mais quero trabalhar na casa de ninguém — afirma Maria Evaneide Siqueira de Oliveira Duarte, de 57 anos, cuidadora de idosos.

— Se quiser, pode pôr só Evaneide — ela pede com clareza e simplicidade como prefere ser identificada.

Foi na cozinha de sua casa, em Diadema, cidade do ABC Paulista, que ela optou conceder a entrevista. As paredes do aposento são de azulejos brancos e há grandes armários na cor marfim. Ao lado da geladeira está o fogão com três panelas com comida. No centro da mesa de jantar há uma travessa de vidro oval com panquecas recheadas. Da janela gradeada é possível

ver o corredor estreito, com paredes de tijolos mal revestidos de cimento, pelo qual é necessário passar para chegar ao ambiente.

— A casa é humilde, não repara — ela fala, acanhada.

Em três anos, Evaneide será categorizada como integrante da terceira idade, conforme classificação do Estatuto do Idoso. Provavelmente, sua aposentadoria será por idade, visto que o benefício é dado às mulheres acima de 60 anos e aos homens acima de 65 anos, que comprovarem ter trabalhado, no mínimo, 180 meses – o que corresponde a 15 anos.

Evaneide está dentro dos critérios pois, apesar de trabalhar desde jovem, não chegou a contribuir durante três décadas, período necessário para receber a aposentadoria por tempo de contribuição.

— Não tenho 30 anos de contribuição, acho que só uns 15. Hoje, como está difícil a pessoa se aposentar devido às burocracias, esse governo ladrão, porque eu já falo assim, não sei como vai ser — comenta, com desagrado. — Logo faço 60 anos, se eu estiver viva... Até lá, ninguém sabe.

Evaneide "debutou" como trabalhadora em casa de família, exercendo a função de empregada doméstica e diarista por cerca de 15 anos. Nesse período, trabalhou

durante nove anos como cuidadora de idosos para uma família de São Bernardo do Campo, também no ABC.

Natural de Senador Pompeu, cidade do Ceará localizada a 237 quilômetros de Fortaleza, começou a trabalhar aos seis anos, ajudando na roça do pai.

— Plantava arroz, feijão, milho, batata-doce, mandioca, plantava tudo — lembra, com sorriso no rosto. — A gente vivia disso porque não tinha salário.

A rotina de trabalho começava bem cedo, antes dos pássaros acordarem. Às seis da manhã, ela e os nove irmãos estavam na lavoura para pastorear as aves – ou seja, afastá-las para que não comessem os grãos, principalmente o arroz, antes da colheita.

O pai plantava bastante, cerca de 50 a 60 tarefas para o ano todo. Tarefa é uma medida agrária de terras destinadas à produção de cana-de-açúcar, comum no Nordeste, sendo que cada Estado possui uma definição de tamanho. No Ceará, cada tarefa equivale a 3.630 metros quadrados.

Quando a colheita rendia bem, o pai vendia alguns alimentos para armazéns próximos a Senador Pompeu, com o intuito de obter uma singela renda para a família.

A mãe já faleceu e Evaneide não visita o pai, de 87 anos, há quase três anos. Ela ainda mantém contato com os parentes que estão no Ceará por telefone, principalmente pelo aplicativo de conversas WhatsApp.

— A gente sente saudade da infância, dos conhecidos. Na roça, todo mundo é amigo — se emociona. — Não gosto nem de falar. O meu avô tinha engenho de fazer rapadura, sabe? Tinha açude nas terras da gente. Tem ainda. A gente ia nadar no açude, era muito gostoso. Era aquela vida que a gente tinha ali. Então, aquilo era maravilha.

Neste momento, Evaneide levanta da cadeira e pega uma folha de papel-toalha para secar as lágrimas. Ao esfregar as mãos nos olhos, reclama da ardência provocada pelo protetor solar que havia passado pela manhã, mas que ainda estava em seu rosto.

— Ai, passei protetor e qualquer coisinha cai dentro — fala e depois pede desculpas por chorar.

A decisão de migrar para o Sudeste partiu dos irmãos mais velhos. O pai só permitiu porque tinha conhecidos de confiança em São Paulo.

— Quando a gente ia ficando maior de idade não queria mais trabalhar na roça, né. A gente estava cansado de trabalhar no sol quente. Lá é muito quente.

Meu irmão mais velho veio para cá e minhas irmãs quiseram vir também. Quando fiz 18 anos eu "digo": vou também.

Isso aconteceu em 1978. A viagem de ida durou três dias em um ônibus sem ar-condicionado.

— Cheguei procurando emprego, como todo nordestino — comenta, rindo. — Primeiro emprego trabalhei de operadora de caixa no Jumbo Eletro [antiga rede de supermercados que acabou na década de 1990].

A temperatura na noite da entrevista marcava 18 graus. Evaneide vestia uma camiseta preta, mas, ao saber que seria fotografada, trocou por uma regata roxa estampada para combinar com o cordão preto, pendurado no pescoço, e a calça jeans um pouco folgada. Com os braços de fora, diz não se importar mais com o frio que faz na cidade.

— Olha, quando cheguei aqui estranhei muito o frio, sabe. Porque lá no Nordeste não tem frio, pelo menos na minha cidade. Tanto que, com seis meses que estava aqui, quis voltar. E voltei. Mas depois de um ano lá, voltei de novo.

Em São Paulo, a segunda ocupação profissional foi em uma indústria de espelhos retrovisores

automotivos, a Metagal, já em Diadema.

Nessa época, conheceu o marido, dois anos mais velho, funileiro e pintor de carros.

— A gente namorou e casamos rapidinho. Dentro de um ano a gente estava casado. Foi em 83, que a gen... Não. Ai, Deus. Em 83 que a gente casou — ri, aparentando estar constrangida por não se lembrar da data do casamento.

A união durou pouco mais de duas décadas. Eles estão separados há sete anos, mas continuam morando na mesma casa.

— Ele não mexe comigo, eu não mexo com ele. Um ajuda o outro, porque não vou sair da minha casa e ele também tem direito. Sou assim, uma pessoa muito humana. Não é querendo me achar, mas tem muita mulher que se separa que "vai para lá e eu fico aqui". Sou tranquila nesse ponto.

O casal teve dois filhos: um rapaz, de 33 anos, e uma moça, de 28. Quando eles eram pequenos, Evaneide ficou sem trabalhar e cuidava somente das crianças. Depois que estavam mais crescidos, prestou concurso público estadual para uma escola, onde foi trabalhar no setor de limpeza. Após dois anos na área, em 1995, pediu exoneração do cargo, pois a família iria

se mudar para Pernambuco, Estado natal do marido.

— Foi uma pena, porque era para eu ter ficado nesse emprego, sabe. Me arrependo até hoje — lamenta. — Eu era concursada e pensava de terminar os estudos para futuramente ser professora. Mas tudo mudou. Às vezes o destino nem é como a gente quer.

Eles foram morar em Caruaru, município considerado a "Capital do Forró", além de ser famoso por disputar o título de maior e melhor São João do mundo.

— Chorei todos os dias. Não acostumei, muita falta de água lá. A gente ficava um mês sem água na torneira, aí tinha que comprar água mineral até para lavar as roupas de escola das crianças.

Em 1997, exatamente no dia em que completariam dois anos que haviam se mudado, a família retornou para Diadema.

Além da mudança de endereço, Evaneide tinha a intenção de mudar de vida e resolveu voltar para a escola. Quando estava no Nordeste, estudou até a sexta série (atual sétimo ano). Com o retorno, a cearense começou a fazer bicos de faxina e depois foi trabalhar no mesmo colégio em que estudava. A conclusão do ensino médio foi em 2001.

Logo após se formar, conseguiu uma bolsa-

emprego e foi trabalhar como ajudante de cozinha em um restaurante. Ficou no serviço por quase três anos, sem registro na carteira.

Devido à experiência adquirida foi chamada para ser cozinheira na casa de uma família que morava em São Judas, bairro da zona sul da capital paulista. A indicação foi de uma colega, governanta na mesma residência. Registrada, Evaneide ficou no emprego por aproximadamente três anos.

Depois disso, vendeu salgados e doces na rua, até que um amigo comentou que um senhor precisava de alguém para cuidar da esposa dele.

Percival*[1], dono de um açougue no Mercado Municipal de São Paulo, era casado com Vera*, uma senhora na faixa dos 70 anos, que estava acamada. Segundo Evaneide, ela sofria de depressão profunda. O casal tinha duas filhas adotivas já adultas: a mais velha, Flávia*, casada com Carlos*, morava perto deles; já Luiza*, com cerca de 50 anos, tinha Síndrome de Down e residia com os pais.

1 Nomes identificados com (*) foram modificados para preservar a identidade de pessoas não consultadas, não interferindo no relato dos entrevistados.

Inicialmente, Evaneide fazia apenas faxina, pois Percival cuidava da esposa e das tarefas domésticas, como cozinhar e lavar as roupas. Certo dia, ele perguntou:

— Olha, você não quer trabalhar para a gente direto? Eu te registro. Porque está muito puxado para mim, cuidar da casa e dela.

— Tudo bem — respondeu Evaneide, que foi registrada como doméstica e começou a cozinhar, lavar, passar, limpar e tomar conta de Vera.

— Eu dividia as tarefas e não me cansava tanto — explica.

A divisão das obrigações foi feita por recomendação dos patrões. Cada dia era destinado a um serviço diferente. Segunda-feira, por exemplo, era o dia para lavar e passar roupa. A medida foi tomada porque Vera necessitava de cuidados diários.

— Eu dava banho, vestia roupa. Ela não tinha condição nem de se levantar. Ajudava a escovar os dentes, ir para mesa. Ela comia sozinha, mas era uma pessoa bem triste.

Quando Vera já estava com o quadro de saúde muito crítico, a ponto de a família precisar correr direto para o hospital, Percival disse para Evaneide:

— Aumento R$ 200 no seu salário para você

dormir aqui um dia sim, um dia não.

— Tudo bem, mas o senhor vai ter que me mudar de profissão — ela respondeu.

Em sua carteira de trabalho passou a constar "cuidadora de idosos". Evaneide não lembra exatamente a data da alteração, mas a função de cuidadora ainda não estava inserida na categoria de empregados domésticos, pois a PEC ainda não havia sido promulgada.

A profissão de cuidador foi discutida no Legislativo pela primeira vez em 2011, com um Projeto de Lei que definia qual era o exercício da categoria. Em 2016, surgiu o Projeto de Lei da Câmara n° 11 (PLC 11/2016), de autoria do Deputado Federal Felipe Bornier (PROS-RJ), para regulamentar a profissão.

O texto prevê a necessidade de apresentar ao contratante um comprovante de não antecedente criminal e atestados de aptidão física e mental. Além disso, só pode exercer a função quem tiver 18 anos ou mais, ensino fundamental completo e curso de especialização na área. Requisitos que Evaneide preenchia mesmo antes do surgimento do PLC. Para a mudança na carteira profissional, ela fez um curso de cuidador de idosos em um colégio de Diadema durante

seis meses. Pagava R$ 100 por mês e, após a conclusão das aulas, ganhou um certificado.

— Depois que terminei o curso de cuidadora fui fazer o de enfermagem. Mas, por ter que dormir lá dia sim, dia não, parei o curso.

O PLC 11/2016 ainda define que o cuidador profissional é aquele que cuida não só de idosos, mas também de crianças, pessoas com deficiência ou doença rara, sendo que as atividades podem ser exercidas em residências, comunidades ou instituições. Caso a contratação seja feita por pessoa física e o ambiente de trabalho seja moradia de família, o profissional deverá ser contratado pelas mesmas regras da nova lei. Dentro da PEC, a função possui especificidades em relação à jornada de trabalho.

No livro *PEC das Domésticas - Novos Direitos e Deveres de Patrões e Empregados*, Mario Avelino, especialista em trabalho doméstico, destaca que "empregadores que têm cuidadores de idosos possuem a necessidade de jornadas de 12 horas de trabalho diário, o que acarreta em média duas horas de horas extras".

Para que o pagamento do período adicional não seja necessário, o contratante pode propor duas opções

ao trabalhador: a primeira é fazer 12 horas de serviço, seguidas de 36 horas de descanso, ou então aumentar o intervalo de refeição para duas horas.

Além disso, há outra regra diferenciada para a função, que permite que o cuidador trabalhe três ou quatro dias por semana, cumprindo jornada de 10 horas, com duas horas de pausa para a refeição. Com isso, as horas não trabalhadas do limite de 44 horas semanais seriam compensadas.

Quando Evaneide começou a dormir no trabalho, a PEC ainda não havia sido promulgada e, por isso, ela seguia regras diferentes. Tinha jornada inicial de oito horas diárias, a qual só aumentou quando passou a dormir no local de trabalho.

— No começo, eu ia e voltava para minha casa todo dia. Quando a Vera ficou muito ruim, eu dormia um dia sim e um dia não. No dia em que eu não dormia lá era a filha casada que ficava. Eu ia na segunda-feira cedinho, às cinco e meia da manhã. E na terça à tarde ia para casa. Tinha finais de semana em que eu trabalhava — detalha. — Quando a filha casada dele viajava, eu ficava direto lá. Ficava pouco na minha casa, viu. Vinha só ver meus filhos.

Com a rotina pesada, a cearense praticamente

passou a morar no trabalho. Tanto que a maioria das roupas que usava para trabalhar ou para o lazer ficavam em seu dormitório.

— Gostava de trabalhar de branco, porque a gente que mexe com produto de limpeza está sempre manchando a roupa, né — comenta.

O aposento tinha banheiro e ficava na edícula atrás do quintal nos fundos da casa. Era o chamado "quartinho de empregada". Para ela, o ambiente era uma zona de conforto e fuga. Às vezes, até fazia as refeições na cama, contrariando a vontade de seu empregador.

— Tem que comer aqui! — Percival apontava para a mesa de jantar, na qual gostava de comer ao lado de Evaneide e da filha Luiza.

— Ele ficava doido de raiva. E eu nem gostava na verdade, sabe. Acho que patrão é patrão e empregada é empregada.

Passando tanto tempo longe de casa, sem a companhia dos filhos e dos dois netos pequenos, a quem é muito apegada, Evaneide entristeceu, além de receber cobranças da família.

— A casa dos outros, por melhor que seja, não é como a sua. Fiquei aguentando porque eu precisava receber para pagar minhas contas. Você fica assim:

"Meu Deus, o que será que eu faço? Será que estou fazendo errado, será que estou sendo cruel com eles?". É difícil.

O sobrado em que Evaneide mora atualmente é o mesmo que ela e seu ex-marido compraram quando voltaram de Pernambuco. A casa é dividida em pequenas habitações, sendo que cada filho reside em um espaço.

— A gente está sempre junto. Nunca nos separamos assim, de "ai, moro longe da minha mãe". Vocês sabem, né, mãe não pode ficar longe dos filhos.

Percival chegou a visitar a casa da empregada e tinha um pouco de contato com a família de Evaneide. Inclusive, já até viajaram para o litoral juntos.

— Ele adorava ir para a praia. Quando ele parou de dirigir, tinha que alguém levar, aí meu filho levava a gente. Só ia no verão, umas duas ou três vezes de setembro a janeiro. Ficava lá uns três dias na casa dele.

Vera faleceu em novembro de 2014, após complicações em seu estado de saúde. A partir desse momento, Evaneide passou a dormir dentro da casa para cuidar de Luiza, com Síndrome de Down, e Percival, que tinha sido diagnosticado com mal de

Alzheimer antes da morte da esposa, e depois sofreu um AVC (Acidente Vascular Cerebral).

— O que você fizer para ela, está bem. Ela se apega a qualquer pessoa. Quando ela fica feliz começa a rir sozinha — ela lembra de Luiza com alegria. — Até sinto falta da bichinha.

Cerca de dois meses depois da patroa falecer, Evaneide teve dores no nervo ciático e precisou ficar internada por alguns dias no hospital. A condição fez a cuidadora ficar seis meses afastada do trabalho pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).

— Caí doente devido a empurrar a cadeira de rodas — justifica Evaneide, que costumava passear com Vera no quintal e dentro de casa.

O afastamento, no entanto, foi registrado apenas como burocracia na carteira profissional. Percival e suas filhas insistiram para que a cuidadora fosse trabalhar mesmo assim.

— Eles me pagavam. Às vezes, era o senhor Percival quem arrumava minha cama, acredita? — fala, com certa indignação. — Sabe o problema dele? Carência. Ele se sentia sozinho, queria uma companhia ali, nem que fosse só para ficar sentada perto dele.

O apego e intimidade do senhor com Evaneide se intensificaram a ponto de ela saber a senha da conta do banco dele, sacar dinheiro e até pagar as contas para o patrão.

— Ele confiava mais em mim que na própria filha — revela, se referindo a Flávia, a primogênita de Percival. — Me sentia como se fosse a dona da casa. Ele entregava tudo nas minhas mãos.

A proximidade dos dois, contudo, não foi bem recebida por Carlos, genro de Percival. Certo dia, o rapaz chegou alcoolizado na casa e ofendeu Evaneide.

— Ela não presta — disse Carlos.

— Ué, o senhor não está vendo isso não? — perguntou Evaneide para o patrão, que estava deitado no sofá.

— Não faz isso com ela. Não é sua funcionária, é minha funcionária — interveio o senhor.

— Você não me conhece para falar isso. Você conhece a minha vida? Digo outra: você não é meu patrão, não lhe devo satisfação da minha vida pessoal, nem do meu trabalho. Sabe por quê? Porque trabalho para o seu sogro, não para você — ela retrucou.

A resposta irritou ainda mais o rapaz, que ameaçou bater em Evaneide. Por isso, Percival levantou do sofá

e colocou sua bengala no meio dos dois para impedir que Carlos a agredisse.

— Você não vai ofendê-la assim não! — falou Percival.

Carlos ainda chegou a ameaçá-la de morte.

— Vou te pôr na cadeia! — exclamou Evaneide, que logo em seguida foi até uma delegacia em São Bernardo do Campo, para fazer um boletim de ocorrência.

No posto policial, o atendente informou que ela deveria fazer o registro do caso em uma delegacia especial da mulher.

— Aí eu fui, mas na [delegacia] de Diadema, e a delegada disse que tinha que ser na de São Bernardo — conta a cearense, que também foi aconselhada a processar Carlos num prazo de até seis meses.

Mas a intenção de mover uma ação judicial contra o rapaz foi dissolvida, principalmente porque Percival influenciou a cuidadora a não seguir em frente.

— Por que mexer com justiça? Isso é chato — disse o patrão na época.

— Eu tinha muita consideração por ele — fala Evaneide sobre Percival. — Mas eu deveria ter ido. A gente que é pobre tem medo de quem tem dinheiro. Você não tem dinheiro para pagar advogado, você

depende de provas para entrar no tribunal — chora. — Aí, falei: "Quem vai ser minha testemunha?". Larguei para lá. Pobre não tem vez no Brasil. Hoje em dia é na base do dinheiro. Lá na rua, todo mundo viu o que ele fez comigo, mas eu deixei para lá. Ele tem um monte de amigo policial, que pode me pegar por aí e fazer alguma coisa comigo, né.

Tempos depois do acontecido, Percival chamou Evaneide para uma conversa, a fim de tentar explicar o que poderia ter ocasionado o conflito.

— Vou lhe dizer porque ele tem raiva de você. Você nunca fez nada com ele, mas despertou essa raiva porque ele tem medo de eu lhe dar alguma coisa — argumentou o patrão.

— Engraçado, o senhor nunca me deu nada — espantou-se.

A cuidadora conta que chegou a ganhar itens dos empregadores, mas que eram lembrancinhas simples de Natal, Páscoa e Dia das Mães, por exemplo.

— Como qualquer patrão dá — ressalta.

Além de não ganhar presentes de alto valor era comum que trabalhasse nessas datas. A única exceção era o final de ano, o qual ela podia ficar em casa com os filhos e marido nos dias de Natal e Réveillon.

Evaneide também não recebia folga compensatória ou o salário em dobro, direitos previstos para quem trabalha em feriados. Depois de junho de 2015, com a PEC, os servidores domésticos tiveram direito a estas mesmas garantias e, ainda, caso fizessem horas extras, deveriam ganhar o tempo adicional multiplicado por dois. Ou seja, a hora extra trabalhada vale duas vezes mais em feriados.

Do mesmo modo, as férias nunca foram tiradas justamente. Evaneide desfrutava de apenas 10 a 15 dias de descanso.

— Às vezes tinha medo de perder o emprego. Quando eu ficava de férias era uma dor de cabeça para eles, porque a Flávia dava uma mão lá, sabe. Ela só não fazia limpeza — relata.

Ainda assim, ela não teve grandes problemas com questões judiciais de contratação e recebia sempre o décimo terceiro salário.

— Ele sempre foi uma pessoa muito correta nesse ponto — afirma Evaneide sobre Percival. — Ele já tinha problema de Alzheimer, então só falava para o contador fazer tudo dentro da lei. Se encontrar alguma coisa errada, uma falha, acho que não foi culpa dele. Quando teve a burocracia do eSocial, ele fez tudo direitinho.

O eSocial é um sistema on-line, no qual o empregador doméstico insere dados sobre o profissional que está contratando, conseguindo unificar diversas burocracias necessárias para a contratação. Entre elas: folha de pagamento e de ponto, guia de recolhimento do FGTS, comunicações de acidente de trabalho e aviso prévio, por exemplo.

Caso Evaneide precisasse trabalhar em períodos não programados, recebia por fora. Além disso, a cuidadora tinha, anualmente, um adicional direto na folha de pagamento. Ao ser contratada por Percival, ganhava R$ 600, benefício de vale-transporte e alimentação no local.

— Todo ano ele me dava um aumento. Meu salário estava em R$ 2.100. Já ia aumentar de novo, mas eu pedi para sair — conta.

Depois da briga com Carlos, a cuidadora ainda ficou trabalhando na casa por dois anos. Decidiu sair do emprego em janeiro de 2017, pois o relacionamento com o rapaz não havia melhorado e sua filha precisava de ajuda com o filho pequeno, neto de Evaneide.

— Foram acumulando as coisas. Poxa, minha filha precisa de mim e eu aqui, né. Aguentar humilhação de pessoas que não tem nada a ver?

Para poder sair, ela indicou outra mulher que poderia ocupar a vaga. Percival não queria de jeito nenhum que ela deixasse o cargo e ligava frequentemente para Evaneide, pedindo que ela voltasse.

— Ai, não acostumei ainda com a comida da moça, ela não sabe fazer. Ela não sabe limpar a casa — reclamava Percival.

— O senhor acostuma — Evaneide amenizava.

A cearense aprendeu a arrumar a residência e a cozinhar da maneira que Vera fazia para Percival. Ou seja, a cuidadora fazia tudo do jeito que ele gostava e a nova moça ainda não sabia como agradá-lo. O antigo patrão não desistia e a situação chegou a ficar insuportável para Evaneide.

— Não sei, as pessoas de idade se apegam muito à gente, sabe. Tinha vez que ele ligava para mim quatro vezes. Cheguei ao ponto de desligar o celular para ele parar de me ligar — recorda.

Numa sexta-feira, o ex-patrão a chamou quatro vezes, pedindo sua companhia.

— O Percival ligou para mim a semana toda, acho que vou lá — relatou Evaneide para a filha em telefonema.

No domingo, ela foi visitá-lo.

— Eu estou morrendo de saudades — anunciou o senhor assim que a viu.

Além de Percival, ela se deparou com o genro dele, Carlos. O encontro não foi agradável.

— Você não é bem-vinda aqui — afirmou o rapaz.

— O que foi que eu fiz? — perguntou Evaneide. — Nunca fiz nada. Nunca matei, roubei, agredi ninguém. Vim aqui porque seu sogro pediu para eu vir.

Flávia, a filha mais velha de Percival e esposa de Carlos, que aparentava ser mais sensata, partiu em defesa do marido e ficou com raiva da cearense.

— Aí foi a gota d'água! Foi a pior coisa que fiz naquele dia, ter ido lá. Porque ele me agrediu verbalmente de novo. Ele tinha um ciúme tão grande do sogro — revela. — Eu, tão boba, nem me toquei que Percival estava querendo que eu voltasse para lá. Por isso ele ficava com essa de "vem aqui que estou com saudades".

As situações foram tão traumáticas para Evaneide que ela decidiu nunca mais trabalhar em casa de família como empregada doméstica, e tão pouco como cuidadora.

— Fui muito humilhada, sabe — desabafa.

Depois de sair do emprego, chegou a trabalhar como diarista em algumas residências, mas os

problemas de compressão medular e artrose a impediram de continuar.

— No dia que faço uma faxina assim, nossa, eu fico… — faz cara de dor e aponta para os azulejos da cozinha, explicando que não consegue nem limpá-los mais.

Evaneide está fazendo tratamento com remédios e fisioterapia, e chegou a fazer acupuntura. A dor na coluna também a impede de terminar o curso de enfermagem, que começou há alguns anos.

— Se eu terminar o curso, não vou conseguir trabalhar na área, porque você se esforça muito: dá banho, levanta, ajuda a pessoa a levantar da cama, deitar, vestir a roupa. Você se abaixa muito.

Atualmente, ajuda a fazer reparos de roupas no ateliê de costura da irmã.

— Vou dar uma mãozinha para ela e ela me paga. Quando trabalho a semana toda, dá R$ 300.

Conta que se tivesse dinheiro para investir em um negócio próprio seria no ramo de beleza.

— Tenho curso de cabeleireiro, sempre pensei em ter meu salão. Mas ainda penso assim, em ter, um dia, e colocar as pessoas para trabalhar. Porque, na minha idade, penso agora em me aposentar.

Sempre que trabalhou com registro em carteira contribuiu com a Previdência Social. Quando foi diarista, também contribuía, mas agora interrompeu o pagamento.

— Estou querendo que firme um pouco lá na minha irmã, sabe. Porque minha irmã é muito nervosa. Fico com medo de começar a pagar e depois não ter como.

Caso ela não fique no ateliê e também não consiga abrir um salão, pretende voltar para o Ceará.

— A velhice na cidade é pior que no sítio. Lá não tem hospital perto, não tem nada, mas tem amigos. A velhice é triste. Não sou tão velha ainda. Mas vejo que as pessoas ficam tão carentes — se emociona. — A solidão é a pior tristeza que tem. Aqui, a gente mora perto um do outro. Mesmo assim, às vezes, a gente se sente sozinha. Penso em voltar para o vilarejo em que eu nasci. É onde conheço todo mundo.

Se pudesse, também moraria no litoral.

— Gosto muito de praia. Afinal, sou do Ceará — dá risada.

Foto: Érika Motoda

O sonho da casa própria

A paulistana Alaide de Assis já lidou com os extremos da vida, infância e velhice, na carreira profissional como servidora doméstica. Foi babá aos 13 anos e, aos 57, é cuidadora de idosos. Mas nenhuma dessas ocupações estão registradas em sua carteira profissional. No meio tempo em que não trabalhou nas casas de famílias, atuou formalmente como metalúrgica.

— Cuidar de crianças e idosos é uma responsabilidade. Para mim, são dois bebês. A mesma responsabilidade que você tem de não deixar uma criança cair, alimentá-la, higienizá-la e medicá-la é a

mesma que você tem com idoso — explica.

Apesar das semelhanças citadas, Alaide prefere trabalhar como cuidadora.

— Alguns adultos, idosos têm autonomia. Bebê não. Depende totalmente de você. Não é que eu não tenha energia, mas um bebê desgasta muito mais que um idoso.

Alaide mora no mesmo terreno onde nasceu, no bairro Vila Moraes, em São Paulo. Vive de aluguel na casa de um irmão que está morando na Bahia.

— Somos em 11 irmãos no total. Éramos sete vivos até 2015. Sou a do meio. De mim para cima, os três nasceram em casa. De mim para baixo, os três nasceram no hospital. Nós crescemos aqui — conta, indicando com as mãos onde os irmãos residem na vizinhança.

— Meu pai era mineiro e minha mãe, fluminense. Eles se conheceram em São Paulo. Minha mãe veio de Itatiaia (RJ) com uns 14 anos, para trabalhar em casa de família. Ela era doméstica. Minhas tias também vieram para cá. Só que quando chegaram, se separaram. Cada uma foi em uma casa de família.

De estatura baixa, Alaide é discreta e tímida. Deixa seus cabelos crespos presos em duas tranças embutidas nas laterais da cabeça. Para falar, gesticula

pouco. Na maior parte da entrevista fica com os braços cruzados sobre o peito.

Em sua cozinha, os bancos gastos são de plástico e não possuem encosto nem braços. Ela não os troca, pois quer esperar que a casa própria fique pronta. Um sonho que continua vivo.

A construção fica no mesmo terreno, alguns degraus acima da casa do irmão. As obras estão paradas por falta de dinheiro. A futura residência tem três andares e uma laje. O projeto ainda está na fase inicial, com as paredes de tijolo, sem revestimento, e o chão em contrapiso.

O marido dela, de 59 anos, é quem está fazendo o serviço de pedreiro na construção. O casal está junto há 35 anos, mas não no papel. Diferente dela, ele já deu entrada na aposentadoria.

Atualmente, Alaide trabalha em uma casa de família aos finais de semana e cobre folgas de colegas durante a semana. Pela idade está perto de se aposentar. Mas, como diarista, confessa que não tem reservado dinheiro para o INSS.

— Estou sem vergonha — diz aos risos. — Não recolhi ainda, mas vou providenciar. Já tenho uma quantia recolhida. Então, na verdade, faltam quatro

anos. Mas eu prefiro estar trabalhando. É mais cansativo trabalhar dentro de casa do que fora. Dentro de casa não é bom: você faz, faz, faz e o serviço nunca acaba. Trabalhando fora você tem a oportunidade de conhecer e conviver com outras pessoas.

Alaide possui três filhos: Priscila, a mais velha, e Cássio, do meio. A caçula é a Vanessa, mãe de Sophia – única neta da cuidadora. Quando está em casa, a função que mais exerce é de "avó coruja".

Tanto que, mesmo não gostando de adereços, sua geladeira possui 14 ímãs de empresas de botijão de gás. A exceção foi aberta por causa da neta, que coleciona os objetos magnetizados.

— A Sophia é mais minha que da mãe dela — ri novamente. — Minha neta passa mais tempo comigo porque a mãe sai de manhã para trabalhar e depois vai para o curso. Agora, a Vanessa está estudando o dia inteiro. A Sophia, então, faz companhia para mim. Nos finais de semana, a mãe está em casa. Então, a Sophia é dela.

Alaide começou a trabalhar como doméstica quando ainda tinha 13 anos, em 1973. A função

principal era cuidar de um menininho recém-nascido.

— A mãe dele trabalhava fora, mas eu não ficava sozinha. Tinha lá também o irmão dele, de uns 13 ou 14 anos, mas que não trocava o bebê. Então, eu ia mais para trocar a fralda, dar comida e fazer companhia até a mãe chegar. Entrava às oito horas e saía às seis horas da noite. Ia direto para a escola. Eles acabaram se mudando. Mas fui babá até meus 16 ou 17 anos, só que de outra família. Depois disso, comecei na metalurgia e não parei mais, até 2010.

— Concluí o ensino médio. Cheguei a fazer outros cursos especializantes, como eletrônica. Fiz dois meses, mas parei porque era chato. Conteúdo teórico é chato. A parte prática é melhor. Com 16, 17 anos, você acha tudo chato. Não me interessei mais em estudar, mas quando tive filhos dei prioridade para eles estudarem. Meu marido também estava fazendo curso na época. Dei prioridade para eles.

Quando jovem, Alaide namorou três rapazes que moravam na região onde cresceu e mora até hoje. Um deles é seu atual marido.

— Não fui muito namoradeira — ela ri. — Engravidei rápido, foi um ano após morarmos juntos. Tive a minha filha mais velha, Priscila, aos 23 anos.

Queria fazer uma laqueadura na época, mas o médico achou que eu era muito nova. Eu não queria colocar DIU [Dispositivo Intrauterino, que atua como contraceptivo].

— Não me dava muito [bem] com anticoncepcional, só funcionava como regulador menstrual para mim. Tanto é que eu tinha uma cirurgia marcada e descobri que estava grávida do meu segundo filho, Cássio, no ultrassom para a cirurgia.

O rapaz nasceu pouco tempo depois de Priscila e a caçula de Alaide veio cerca de cinco anos depois de Cássio.

— Aí, não quis mais. No parto da Vanessa já fiz a ligação das trompas, para sair de lá sem o risco — brinca.

— Fiz vários vestibulares para voltar para faculdade, mas não tive coragem de enfrentar tudo de novo: horário, sair correndo do serviço. Relaxei nesse ponto, mas não desisti ainda. Comecei a fazer outros cursos mais rápidos, como informática, artesanato, eletrônica e elétrica, além do curso gratuito do Sírio Libanês para ser cuidadora.

Cuidador de idosos é reconhecido como ocupação e não como profissão pelos órgãos públicos. Por isso, não há regulamentação quanto à formação

prática e intelectual do cuidador. Em 1998, a Secretaria de Assistência Social promoveu um curso experimental, que sugeriu o ensino fundamental como graduação mínima para exercer a função. Além disso, a recomendação para o curso específico de cuidador é de que a formação dure, no mínimo, 100 horas.

— Uma empresa em que trabalhei como metalúrgica se transferiu para São José dos Campos. Foi nesse período em que voltei a ser babá.

Alaide conheceu a primeira senhora de quem cuidou, Edna*, ao cobrir as férias de uma colega. Caiu nas graças da idosa e trabalhou durante um ano, até a morte dela.

— Foi um bico. As minhas férias da metalurgia e da minha amiga coincidiram. Fui cobrir a ausência dela. Quando ela voltou, não fui mais. Só que uns seis meses depois fiquei desempregada porque a firma fechou, em São Paulo. Fui de novo cobrir mais alguns dias de folga dela. Além dessa minha amiga havia outra cuidadora lá, e a senhora queria que eu ficasse no lugar da outra. O filho dela ligou para mim perguntando se eu podia trabalhar lá. Respondi: "Ah, fico até você arrumar outra".

Edna tinha Alzheimer e Mal de Parkinson. Devido às doenças incuráveis, os quatro filhos da senhora

sempre a levavam ao médico. Quando isso acontecia, Alaide acompanhava a consulta.

— Eu ia para falar das coisas que aconteciam no dia a dia — explica.

As enfermidades de Edna fizeram com que Alaide passasse algumas noites cuidando dela. No quarto da idosa havia uma cama extra, que era usada por ela ou pela colega que também era cuidadora.

— A gente não era obrigada a dormir no quarto. Mas como era um apartamento, para não tirar a liberdade do filho dela, a gente ficava no quarto. Era tipo um sofazinho. Mas, na verdade, a gente nem dormia direito. Ficávamos em alerta. Era só para repouso, para não ficar sentada a noite inteira.

— Às vezes, ela levantava à noite para ir ao banheiro ou não tinha sono. Isso aconteceu com mais frequência nos últimos tempos, porque o médico resolveu tirar alguns medicamentos. A dona Edna tomava um anticonvulsivo para controlar o Parkinson. A redução da quantidade de remédio tirava o sono dela.

Após sofrer um AVC, Edna faleceu. Alaide não se recorda do ano exato da morte da patroa, mas sabe que foi entre 2013 e 2014.

— Depois da morte da dona Edna voltei a trabalhar com metalurgia, mas essa firma também foi embora. Foi para Vinhedo. Fiquei desempregada de novo. Apareceu a oportunidade de trabalhar com outra senhora, a Antônia*. Cuidei dela pouco mais de um ano.

— Minha tarefa com a dona Antônia era cuidar dela e dos utensílios que ela usava. Eu passava um pano para tirar o pó do quarto, lavava o copo d'água, cuidava das roupas. Ela tomava alimento pronto, por sonda. Outras pessoas cuidavam da faxina.

— O genro da dona Antônia chegou a gritar comigo por causa de dois cachorros — ri, indignada. — Ele estava acostumado a tratar os funcionários dele na empresa assim, falando alto, como se fosse o dono da verdade. Achava que ele não tinha que gritar, porque, antes de mais nada, eu não era nem funcionária dele e, muito menos, escrava. Era um dos filhos dela, o João*, quem me pagava.

— A dona Antônia era acamada. Ela não podia ter cachorro dentro do quarto, por recomendação do fisioterapeuta e do outro médico. Eles diziam: "Pode até ter animal. Mas evite deixar no quarto". Quando o genro chegava, ele colocava os cachorros para dentro, mesmo sabendo das recomendações. Fui lá,

pus o cachorro para fora do quarto e fechei a porta. Ele achou ruim.

— Chamei a cunhada dele, filha da Antônia, e falei: "Ó, se for para ele ficar gritando comigo por causa dos cachorros, então que ele cuide da dona Antônia. Eu saio e ele fica". Ele passou a me respeitar.

— Parei de cuidar da dona Antônia quando uma filha dela a levou para a própria casa, para ver se ela ia se adaptar ao novo ambiente. Já tinham tentado fazer isso duas vezes, mas ela tinha crise emocional. Atacava a pneumonia e dava febre quando ela saía da casa dela para ir em outro lugar.

— Eu ainda estava lá quando a PEC foi aprovada, mas o João já tinha me avisado que não ia aumentar minha remuneração. Ele achava que a mãe não ia viver muito. As pessoas pensam assim mesmo — se indigna.

— Esses dias fui fazer entrevista para cuidar de uma senhora com câncer. Eles faziam um tratamento paliativo, porque não queriam maltratá-la. O familiar acha que o paciente vai morrer amanhã. O rapaz que me entrevistou disse: "Ah, o médico falou que ela pode ir hoje, amanhã ou qualquer hora". Meu sogro viveu dez anos com leucemia, sem fazer quimio ou radio [radioterapia]. Dez anos! E eles não querem pagar.

Alaide não foi contratada nesta entrevista de emprego. Atualmente cuida de duas senhoras durante os finais de semana ou em dias de folga das cuidadoras contratadas. Uma tem 85 anos e a outra, 88.

— A senhora de 85 anos foi professora. Ela é mais acelerada. Gosta de jogar damas, mas não gosta de perder. Tenho que jogar de um jeito que ela ganhe. Às vezes, ela só quer jogar. Às vezes, só quer assistir televisão. Às vezes, quer fazer o exercício que o fisioterapeuta passou. Ou não quer nada. E eu vou acompanhando a rotina dela — explica, descrevendo a idosa.

— A outra, de 88 anos, já é mais tranquila. Foi funcionária pública. Não gosta de caminhar. Ela precisa tomar sol. Tenho sempre que incentivá-la a andar na pracinha do condomínio. Quando eu fiz o curso, aprendi que a gente tem que "incentivar eles" — lembra.

Estímulo é o que Alaide precisa para voltar a fazer Tai chi chuan, arte marcial chinesa, e hidroginástica. Além disso, deve diminuir a quantidade de pão francês e café que consome.

— Vou ter que voltar a fazer exercício — fala. — Tenho triglicérides e glicemia alta. Se fico nervosa, fico hipertensa. Veio com a gravidez e nunca mais foi embora.

As atividades físicas tiveram que ser interrompidas por causa do trabalho. Quando não está fora cuidando das idosas, fica em casa fazendo tarefas domésticas, descansando ou conversando com os parentes que moram perto.

Dos 11 irmãos, cinco continuam vivos e quatro são seus vizinhos. Além da mãe, algumas das irmãs atuaram em casas de família.

— Sou a única que trabalhou com todos os meus irmãos. Tem uma irmã minha que trabalhou a vida inteira como doméstica. Fui babá por uns dois meses na mesma casa em que ela era a cozinheira. Vocês querem conversar com ela? — pergunta Alaide.

Trata-se de Roseli, três anos mais velha. A história dela você conhece a seguir.

Foto: Érika Motoda

Comida trancada

A carteira profissional comprova que Roseli Tadeu de Assis trabalhou como empregada doméstica durante a vida inteira. Para ela é hora de parar.

— Já estou quase na casa dos 60 anos. Graças a Deus! Não vejo a hora de me aposentar. Ano que vem já dou entrada por tempo de trabalho e idade — conta, decidida.

— Pretendo continuar trabalhando, mas não castigada, como estou agora. Quero um serviço mais leve e que remunere melhor. Para isso, preciso ter algo a mais. Trabalhei até hoje como doméstica porque não tinha estudos e para não ficar em casa passando fome. Estudei até a quarta série, aos 11 anos. Ia procurar

emprego, eles pediam ginásio, o segundo grau. Não tinha nada disso para apresentar.

— Estou me preparando, fazendo cursos. Estou no segundo ano do ensino médio. Fiz informática. Faltam duas etapas para pegar o diploma do curso de inglês.

— Se você ficar em casa só com aposentadoria, não vai ter dinheiro nem para pagar os remédios. Você vai morrer de pressão alta. Sem os certificados na mão e com apenas a carteira de trabalho de doméstica, ninguém vai te pegar nem como faxineira — aconselha, com base na própria vida.

A posição inicial no mercado de trabalho é influenciada pelos níveis educacionais, de acordo com o relatório do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) *Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*, publicado em 2013. A combinação de emprego e ensino gera forte efeito sobre a trajetória posterior dos indivíduos. Em geral, as mulheres tendem a se concentrar entre os profissionais não remunerados, funcionários públicos e trabalhadores domésticos – estes últimos compostos majoritariamente por mulheres pretas e pardas.

Roseli se enquadra nas classificações do relatório do Ipea. Ela tem os cabelos trançados até a cintura e é

um pouco mais alta que a irmã Alaide. Aparenta ser uma pessoa séria, porém, é um livro aberto e compartilha os detalhes de sua vida com espontaneidade.

As duas possuem uma relação afetuosa. Alaide chama Roseli de "Manão", apelido adotado devido à diferença de idade entre elas. Roseli, por sua vez, a chama de "Mana". Manão parou a conversa para abraçar Mana, que estava completando 57 anos.

— Mana, que vergonha. Foi a moça da entrevista quem lembrou do seu aniversário — diz Roseli, rindo, embaraçada.

— Eu fico "ó" — fala Alaide, que junta o indicador ao polegar e finge que fechou o "zíper da boca", para indicar que ficaria quieta sobre o assunto.

Roseli começou a trabalhar aos 11 anos, já como doméstica.

— Era naquele tempo em que as patroas batiam palma na porta e perguntavam: "A senhora tem bastante filha. Não quer deixar uma me acompanhar?".

E as garotas iam, sem nem saber para onde estavam indo. Foi assim com Roseli, Alaide e as outras irmãs.

— Só minha mãe e meu pai trabalhavam na época.

Eles estavam construindo a casa e tinha muita criança. Por isso, ela mandou a gente trabalhar. Naquele tempo, as patroas eram de confiança. Minha mãe teve a oportunidade de ir à casa da patroa para conhecê-la.

— Naquela época, a gente não ligava para nada. A mãe combinava com a patroa e a gente tinha que obedecer. Não tinha que questionar nada. Ai de você se falasse "não".

— Se me perguntar para onde fui, não sei responder até hoje. Também não sei dizer quanto tempo trabalhei lá, só sei que foi bastante tempo. Não era registrada, mas recebia, só não sei quanto. Não sabia contar dinheiro porque não tinha contato com dinheiro. Tanto que, com 17 anos, eu ainda não sabia contar. Fui aprender dessa idade para cá.

— A patroa era boa. Não vou dizer que ela cuidava de mim como cuidava dos quatro filhos dela, porque existe uma diferença. Mas ela cuidava bem de mim. Lá eu comia, bebia e dormia. Minha mãe não teve nenhum gasto comigo nessa época.

— Nos primeiros dias eu ficava sem entender. Até chorava. Queria ir embora e a patroa não levava. Depois fui entendendo que meu lugar era ali. O processo de entendimento [de] que eu estava ali para trabalhar

foi rápido. Foi só perceber que a família não era minha, apesar de eles me tratarem bem. Quando estava todo mundo sentado, com a pia cheia de louça, eu sabia que tinha que levantar e lavar. Quando eu demorava para lavar, ela pedia com carinho e jeito. Eu entendia que aquela missão era para mim — conta, consciente.

Roseli não sabe dizer quantos anos uma das filhas da patroa tinha, mas imagina que elas tinham a mesma idade. Isso porque a mulher sempre a repassava roupas e calçados que não serviam na menina. Calcinhas e sutiãs eram as peças que ganhava sem estarem usadas.

— Os filhos ficavam brincando em um canto e eu ia para o serviço. A criança com quem eu tinha mais contato era o bebê recém-nascido. Lavava as fraldinhas, passava, fazia a mamadeira e cuidava dele. A única coisa que não fazia era comida. A patroa tinha medo de eu ir para o fogão, então ela fazia a comida para o marido.

— Como não tinha experiência em nada, a única coisa que achei ruim foi ficar longe dos meus pais e irmãos. Eu dormia no emprego. Quando a patroa vinha me trazer para visitar minha mãe, ela punha o dinheiro combinado em um envelope e entregava para a minha mãe, enquanto eu estava brincando com meus irmãos.

— Na hora de ir embora, eu tinha que sair correndo. Senão, no dia seguinte, minha mãe não tinha condições de me levar. Era longe. Não tinha dinheiro para condução. Como ela ia me levar ao serviço e deixar meus irmãos sozinhos em casa?

— Como eu era "criançona", levava tudo como se fosse natural. Não é, Mana? Lembra? — pergunta a Alaide, que também estava na cozinha durante a entrevista, estourando pipoca.

— Às vezes, a patroa não me levava para casa. Quando ela recebia visitas, não carregava bebê chorando para lá e para cá. Eu que tinha que cuidar do bebê. E se o outro filho menor estava enjoado, ela colocava ele no quarto comigo. A porta ficava fechada para as pessoas ficarem à vontade.

— Não sei quanto tempo fiquei no primeiro emprego. Não sei se fui mandada embora. A patroa só me colocou no carro e voltei para casa. Mas eu não ficava muito tempo sem trabalhar. Minha mãe já tratava de arranjar um emprego. Só que todo lugar que eu trabalhava era longe. Então, eu quase não ficava na minha casa.

Com 17 anos, Roseli começou a ir para casa sozinha, sempre aos finais de semana, que eram seus dias de folga.

— Marcava em um papel o endereço da patroa e o da minha casa. Eu já saía pensando: se me perder, peço informação — fala, rindo. — Eu ficava presa no meu serviço. Então, eu conhecia ali, aquele mundo.

Anos depois, já sabendo como chegar em casa sem ajuda, Roseli passou por circunstâncias parecidas. No último emprego que teve, a patroa, Laila*, não permitia que saísse com frequência da residência para fazer outras coisas, a não ser trabalhar.

— A mulher da última casa em que trabalhei quase me matou. Eu ficava doente e não podia ir ao médico. Fiquei com tendinite no corpo todo. Só comecei a me tratar depois que saí. Teve um dia, também, em que ela jogou um livro de receitas na minha direção. Se eu não desviasse, ia acertar na minha cara. Nunca vi uma pessoa assim! Quero esquecer a dona Laila, mas não consigo.

Roseli conheceu Laila por indicação de outra ex-patroa, Estela*. Quando a firma do sogro de Estela fechou, ela e o marido se viram sem condições de manter o emprego de Roseli. Contudo, para não deixá-la desamparada, Estela fez o contato entre Roseli e Laila, que foi muito elogiada.

— Nos primeiros quatro meses, ela foi muito boazinha mesmo. Depois, começou a mostrar as garras — afirma.

A mansão de Laila fica em Aldeia da Serra, Barueri, a quase 50 quilômetros de distância de onde Roseli reside, o bairro Vila Moraes, na zona sudoeste da capital paulista.

— Teve uma época em que cortaram minha luz e água. Fiz um empréstimo de R$ 1.500 com a dona Laila. Tinha combinado com ela de descontar o valor emprestado em três ou quatro vezes do meu salário — conta. — Eu recebia R$ 1.200, mas ela foi descontando de R$ 100 em R$ 100. Olhe quanto tempo fiquei! Ela começou a me maltratar tanto...

Como estava devendo dinheiro, não se sentia confortável em deixar o emprego.

— Não sou desonesta — diz.

Segundo Roseli, Laila começou a suavizar o tom após os primeiros atritos, mas depois voltou a destratá-la. Às vezes, a mulher a demitia, mas nunca a deixava efetivamente ir embora. Nessas situações, Roseli tinha medo de sair e ser acusada de roubo, porque a patroa a deixava sozinha na casa, responsável por todos os pertences da família.

— Tive que pensar em como sair. Minhas coisas estavam todas lá. Ela me mandava embora em um dia, arranjava um jeito de sair e me deixava com a chave

na mão. Ela viajava muito. Eu não podia sair assim, senão ela tinha como alegar que abandonei o serviço. Além disso, podia falar que eu roubei as coisas dela e fugi.

A relação de trabalho teve fim depois de uma briga motivada por um queijo ralado.

— Ela chegava nervosa da rua e tinha que descarregar em alguém. Era em mim. Nesse dia, trabalhei até uma da manhã. Ela brigou comigo porque eu tinha acabado de fazer macarronada para a janta e peguei uma pitadinha do queijo ralado dela — fala. — Passou uma semana me humilhando. Gente, se eu pudesse enfiar o dedo na garganta e vomitar o queijo que comi… Fiquei dois dias sem comer nada. Só bebi água. Passei tanta vergonha, que se eu for na sua casa e você me servir algo que tenha que pôr queijo ralado, não consigo.

Na noite do ocorrido, Laila disse:

— Você tem que comer o que sobra da minha comida.

— Mas o que sobra a gente dá para os cachorros. Não sou sua cadela. A pessoa que te indicou não disse que eu ia trabalhar na casa de uma carrasca, que ia ser sua escrava — retrucou Roseli. — Do jeito que a senhora me trata, só falta o tronco e o chicote. O que

sobrar, vai direto para a sua cachorra. Eu não vou comer mais.

O marido de Laila não tinha papel muito ativo na casa. Quando tomava partido, era o da esposa – como no caso desta briga.

— Você sabe quanto custa esse queijo? — ele perguntou.

— Não, senhor — respondeu Roseli.

— Pois é, nunca mais pegue esse queijo. O que você quiser, peça a Laila, que ela compra. Mas as coisas ali são todas especiais para nós — o marido notificou.

Roseli trabalhou durante quatro anos com Laila, que tinha quatro filhos, três mulheres e um homem. Camila*, Nicole*, Eduarda* e Lucas* não tratavam bem a funcionária da família.

— Nunca sentei com as meninas no Natal para tomar nem água — fala. — Ela não deixava.

Além de não comer na mesma mesa que os patrões, ela consumia alimentos diferentes, pois possuía uma despensa separada.

— A única coisa que pedia para a dona Laila era pó de café. Qualquer bolacha que eu quisesse, eu pedia para o caseiro, Josué*, comprar para mim, que depois eu devolvia o dinheiro. Ele também colocava crédito no

meu celular, porque eu não podia sair nem telefonar para a minha família. Eu era uma prisioneira na casa dela.

Ainda que tivesse certa confiança no caseiro, a relação dos dois era tênue.

— Mantinha uma amizade com o Josué com muito cuidado. Ele era os olhos do patrão. Conversava com ele somente sobre as coisas que ele via eu passar.

Uma vez, ciente desse contato, Laila se queixou com Roseli:

— Não quero que você peça nada para o Josué — ordenou, virando-se depois para o caseiro: "Não quero que você faça nada para ela, porque pago você para trabalhar para mim".

De acordo com Roseli, o rapaz também já foi maltratado pela mulher.

— Por mais submisso, o Josué também era humano. Por isso, ele colocava crédito no meu celular. Ele trabalhou durante muitos anos para a família e sofreu um acidente, quebrou a perna. Ficou internado e se afastou. Mas ele queria comprar um carro. Quem emprestou o dinheiro que faltava para esse carro foi a dona Laila — revela. — Para pagar a dívida, Josué voltou a trabalhar com ela. Ele não põe um centavo de gasolina. É ela quem abastece. Quando coloquei a dona

Laila na justiça, Josué foi testemunha contra mim. E as outras empregadas não quiseram testemunhar a meu favor, porque tinham medo. Perdi a causa.

Depois do episódio do queijo, Laila foi viajar porque a filha Nicole estava prestes a ganhar neném. Viajou antes do marido com Lucas, o filho mais novo, e outra empregada. Enquanto o pai estava arrumando as malas no carro, a outra filha, Camila, que viajaria com ele, entrou na casa e colocou cadeado nas geladeiras.

— Ô Camila, o que é isso aqui? — perguntou Roseli.

— Minha mãe que mandou.

— Então, espera só um pouco antes de você ir. Vou me trocar, buscar minha mala e vou sair junto com vocês. Você tranca a porta e leva a chave que está comigo.

— Não, mas e os cachorros? — questionou a moça.

— Leva com você. Vocês estão deixando nessa casa brincos, anéis e relógios de ouro, mas estão trancando a geladeira. Eu não sou rato de geladeira. Só porque peguei um pouco do queijo ralado na semana passada não significa que quando ela voltar não vai achar nada.

— Mas agora não posso abrir porque minha mãe

levou a chave.

— Problema seu — finalizou Roseli.

No entanto, o ocorrido não a fez ir embora da casa.

— Fiquei tomando conta dos cachorros, magoada que só. Chorava quando ela brigava comigo. Ficava nervosa porque não podia bater na cara dela. Chorava de raiva — desabafa.

Durante a viagem caiu um forte temporal na região, que fez com que o transformador da rua estourasse. Com isso, a casa ficou sem luz por três dias. Josué ligou e avisou a patroa. Sem energia, os alimentos que ficaram trancados nos refrigeradores estragaram.

— Quando ela voltou, estava tudo podre. A dona Laila puxou dois tambores de lixo e ia tirando as coisas das geladeiras. Ela pediu para a Dora*, a outra empregada, lavar as geladeiras. Não pediu para mim.

Com todos de volta, era a oportunidade de sair.

— No dia em que levantei decidida a pedir a conta, a Dora se demitiu antes de mim. Fiquei só.

— Nas sextas-feiras, eu não fazia nada além de cozinhar. Ficava das cinco da manhã até cinco da tarde no fogão. Tinha que fazer a comida do final de semana inteiro, principalmente a de domingo, porque é dia de shabat deles, então não podia acender fogo, luz, nada.

Shabat é o dia de descanso semanal no judaísmo, religião da família da patroa.

— Depois de dois meses fazendo o trabalho sozinha, a dona Laila arranjou duas empregadas, uma para fazer faxina e outra para passar a roupa. Eu ficava direto no trabalho, mas às vezes a dona Laila combinava com a outra faxineira para aparecer e me dar folga. Assim que a outra empregada chegava, eu tinha que estar pronta para sair. A dona Laila não gostava que a gente parasse para conversar.

— Depois do queijo, eu queria conversar com ela. Escolhi um final de semana. Como tinha trabalhado até a uma hora da manhã, não tinha como ir embora. Eu queria conversar com ela. Esperei até amanhecer.

Neste dia, na hora em que Laila acordou, Roseli levou sua mala e a abriu na sala. Tirou tudo de dentro, sacudiu a bolsa vazia e foi guardando tudo de volta.

— A senhora está vendo? Não estou levando nada seu. Estou indo embora — avisou Roseli.

— Fiz a mesma coisa na portaria. Avisei também que se eu tivesse esquecido alguma coisa lá dentro, eles poderiam jogar fora, porque não ia voltar para pegar. A dona Laila mandou eu passar no escritório para receber.

Pouco tempo antes de ir embora, Roseli teve que readministrar seu horário. Em 2013, a PEC começou a ser noticiada. Laila, então, quis que sua funcionária tirasse duas horas de almoço e não a liberava para sair de casa. Roseli, no entanto, não se sentiu beneficiada com a mudança.

— Teoricamente, meu horário iria até às oito da noite. Mas, quando dava por mim, acabava o serviço depois da meia-noite. E tinha que começar tudo de novo às seis e meia da manhã. Depois que veio a nova lei, ela disse que eu não podia trabalhar. Tinha que descer e ficar no quarto durante duas horas — revela. — Só que eu tinha que subir para dar comida e remédio para os cachorros. Ou ela ligava para mim durante o horário de almoço e mandava eu adiantar as coisas. Foi pior, porque meu horário terminava, no mínimo, às dez da noite.

Roseli também não guarda boas lembranças dos filhos de Laila. Certa vez, a patroa discutiu devido ao estado do quarto de Lucas.

— Você não cuida direito da casa. Esse quarto está podre, uma carniça — reclamou a mulher.

— A senhora, então, vem cá comigo que eu quero te mostrar uma coisa — chamou Roseli, que abriu a

porta do banheiro do dormitório e levantou a tampa do vaso sanitário. — Ele faz e deixa para a empregada sentir o cheiro da porcaria dele fermentando. Se eu falasse, a senhora não ia acreditar.

Laila não teve dúvidas de que foi realmente o filho quem deixou o banheiro daquele jeito. Roseli não estava autorizada a usar os sanitários da casa, apenas o que tinha em seu quartinho. E a patroa sabia que a funcionária não os utilizava, pois a residência tinha diversas câmeras - as únicas exceções eram o sanitário e o quarto de Roseli.

— Ela me monitorava o tempo todo. Uma vez estava no meu banheiro e precisei subir correndo para atender o telefone.

— Onde é que você estava, que não estou te vendo na câmera? — indagou Laila.

— No banheiro — falou a empregada.

— Fazendo o quê? — ela rebateu.

— Xixi. Eu não posso usar mais meu banheiro? Vou ter que usar fralda geriátrica agora e me trocar só quando descer para o meu quarto? — retrucou.

— Você é muito malcriada — queixou-se a mulher.

Uma situação parecida ocorreu com Eduarda. Roseli também era responsável por limpar a cômoda

da garota.

— Ela deixava roupa em cima da cama, do sofá, da pia do banheiro. Eu imaginava que as roupas do banheiro estavam sujas, que era para lavar. As [roupas] em cima da cama e do sofá, eu só dobrava e deixava onde encontrei. Mas a menina descia até a lavanderia para brigar comigo. Teve um dia que ela falou que não era nem para lavar a roupa que estava no cesto. Então deixei ali.

A atitude fez com que Laila se irritasse. Patroa e empregada tiveram outro conflito.

— Você não está tomando conta do quarto da minha filha. Tem roupa no cesto que está até fedendo — protestou.

— Então, a senhora manda ela lavar. Fui arrumar e ela falou para eu não pôr as mãos. Mas eu sabia que a senhora ia fazer exatamente o que está fazendo agora, reclamando — falou Roseli. — Por isso, eu ia lá, dobrava as roupas e deixava onde as encontrava. Quando ela quiser que lave, ela me fala. Ou a senhora manda para a lavanderia.

Roseli é uma mulher experiente. Tudo o que aprendeu foi a vida que ensinou. Além das dificuldades que passou trabalhando, enfrentou adversidades na vida pessoal.

— Quando conheci meu ex-marido, Cláudio*, tinha uns 18 anos e dormia no trabalho. Foi em uma dessas idas e vindas do trabalho para minha casa, no ônibus. A gente ia conversando. Não sabia que ele morava tão perto. Namoramos uns seis meses, mais ou menos. Ele brigou comigo e desistimos.

Certo dia, ela chegou na casa de família em que trabalhava na época e começou a passar mal. Vomitava tudo o que comia. Então, a patroa decidiu levá-la ao médico e arcar com os custos da consulta. A mãe de Roseli foi acompanhar.

— Quando foi a última vez? — perguntou o médico.

— Última vez de que, doutor? — falou, confusa.

— Você não sabe?

— Não. Você não perguntou! — rebateu Roseli.

— Quando foi a última vez que você menstruou?

— Não sei o que é isso — disse Roseli, que dá risadas neste momento da entrevista.

— A regra para de vir quando a mulher está grávida. Você lembra quando foi a última vez que você sangrou? — questionou o homem, dessa vez com todas as letras.

— Eu não tenho isso, doutor!

— Como não? Você nunca menstruou? — ele

ficou surpreso.

— Não. Esses negócios que o senhor está falando, eu não tenho, não.

Roseli saiu da sala para que o médico e sua mãe pudessem conversar. Enquanto esperava, ficou pensando, agoniada, se estava com alguma doença grave. Ela ainda não sabia que estava esperando uma criança há cinco meses.

— Você sabe que está grávida? — revelou o médico.

— O que é isso?

— Você vai ser mãe — ele simplificou.

Com a descoberta, Roseli e Cláudio voltaram a namorar. Quando estava de nove meses foi a uma consulta no hospital e os especialistas resolveram interná-la.

— Mas eu não estava sentindo nada. Só comecei a sentir dor no final da tarde, depois que o doutor fez o exame de toque. Pensei: "Viu, os médicos ficam mexendo na minha neném e a machucam. Por isso está doendo".

— Depois veio uma dor. Meu Deus do céu! Aquilo começou a forçar para sair. E eu empurrava de volta para dentro. Achei que minha filha estava saindo pelo lugar errado. Achava que os bebês saíam pela barriga, porque com as mulheres para quem trabalhei foi assim.

Quase matei a Daise — conta, sobre o nascimento da primeira filha.

Na sala do hospital, um médico a informou sobre o que estava acontecendo: "A neném não está saindo pelo lugar errado. Ela está saindo por onde entrou".

— Eles mandaram eu tirar a mão da neném, só que a Daise não fez mais força. Ela estava sendo enforcada porque a fenda tinha fechado. Puseram o cotovelo na minha barriga para a neném não subir, enfiaram o dedo em mim e seguraram, para o outro médico poder enfiar a mão e puxar ela.

Além de Daise, Roseli teve mais sete filhos com Cláudio: Gisele, Claudia, Iara, Ana Paula, Ivan Rogério, Jean Ricardo e Cintia, na ordem de nascimento. Ela tem 32 netos e quatro bisnetos.

— A primeira filha foi surpresa. Depois, eu até queria ter mais. Mas o resto foi tudo por estupro — expõe, sem papas na língua. — Meu marido dormia com duas peixeiras desse tamanho embaixo do travesseiro — fala, enquanto separa as mãos para simular o tamanho dos facões, que pareciam grandes.

— Se eu cedesse, apanhava. Se não cedesse, apanhava do mesmo jeito. Ele pegava a faca e dizia: "Se você fizer alguma coisa comigo, vai ver o que vou

fazer com esse rostinho".

Tentando se livrar do perigo, ela enrolou as peixeiras em um jornal, enfiou no fundo de um saco plástico e ficou no portão esperando o lixeiro passar.

— Eu joguei a faca fora, ele arrumou um punhal. Quando joguei o punhal fora, ele arrumou um revólver — comenta. — O Cláudio me batia por qualquer coisa. Quando ele cismava que queria bater em alguém era sempre em mim. Ele me bateu quando eu estava grávida da Iara, já com a barriga grande. Sentou em cima das minhas pernas e bateu várias vezes na minha cara. Eu já estava perdendo as forças de tanto apanhar.

Roseli e a filha só sobreviveram ao ataque porque uma de suas irmãs tirou Cláudio de cima dela e a levou para o hospital. A menina nasceu de sete meses.

Ele também já chegou a bater em Daise, a filha mais velha, por ter quebrado o violão dele.

— Quando ele estava bom, falava: "Isso é um acidente. Acontece". Mas depois que voltou do bar, pegou a menina, que estava dormindo, pelo braço e puxou ela para o chão. Ele só resolvia as coisas bêbado. Queria bater nela, mas não deixei. Nossa, ele me bateu até de cinta nesse dia.

Quando estava grávida da oitava filha, Cintia, a caçula de 30 anos, por pouco Cláudio não a matou.

— Me deu um chute e eu caí sentada. A placenta descolou e ficou na frente da minha filha. Eu ficava uma semana em casa, uma semana no hospital — detalha. — Ela nasceu de oito meses e não foi cesárea, foi parto normal. Ela nasceu dia 23. Fiz laqueadura dia 25. Tive que me separar do Cláudio, senão estava morta uma hora dessas.

O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) realizou a primeira pesquisa sobre violência doméstica em âmbito nacional no ano de 1988. Mais de 63% das vítimas de agressão naquele ano eram mulheres. Desses casos, 70% eram cometidos por maridos e companheiros.

A violência doméstica influencia diretamente nas ações do dia a dia. As mulheres que são vítimas tendem a relegar as próprias necessidades ao segundo plano, de acordo com Evelyn C. White, autora do livro *O amor não justifica: mulheres negras e violência doméstica*.

— Pensei em me separar na primeira vez que apanhei, mas ele não ia embora da minha casa. Só foi depois que arranjou outra. Ele nunca quis ver os filhos. Não sabe quantos netos tem. Não sabe nem que

já tem bisneto. Tentou voltar aqui duas vezes, mas eu não quis mais.

Na juventude, antes de conhecer o ex-marido, Roseli teve um relacionamento com Silvio*. Os dois se encontravam nos finais de semana, quando ela voltava do trabalho. Nos outros dias, o rapaz namorava outra moça. Roseli descobriu, eles se separaram e formaram suas respectivas famílias.

Anos mais tarde, uma coincidência aconteceu. Gisele, sua segunda filha, começou a namorar Rodrigo*, filho de Silvio. O casal não sabia da ligação que seus pais tiveram no passado.

Certo dia, quando Roseli estava com a filha e o genro, um de seus irmãos perguntou como estava o estado de saúde do pai de Rodrigo, que havia sido diagnosticado com câncer na boca.

— Ele está bem — informou o rapaz.

— Ô Lita, você conhece o pai dele — afirmou o irmão de Roseli, chamando-a pelo apelido.

— Como eu conheço? O Rodrigo nunca me apresentou o pai dele — ela estranhou.

— É o Silvio da Renata* — respondeu o irmão.

— Você é filho do Silvio e da Renata? — perguntou Roseli, espantada.

— Seu pai já foi namorado da Lita — revelou o irmão.

— Nossa, sogra! Você foi namorada do meu pai? Vou contar isso para ele. Meu pai não vai acreditar que estou namorando a filha da ex-namorada dele — falou Rodrigo, admirado.

— Tem que ver se sua mãe não vai ficar chateada. Nem todo mundo gosta de saber disso, né? — falou, acanhada.

— Minha mãe não vai ligar. Ele está muito doente. Se um dia meu pai quiser te ver, ele pode vir aqui ou a senhora pode ir lá?

— Vai depender da sua mãe. A gente tem que respeitar, tudo bem? Depois a Gisele me avisa.

Era véspera de Natal. O pai de Rodrigo, que não tinha mais a língua, escreveu em um papel que gostaria de rever a ex-namorada, com a permissão da atual esposa.

— Fui morrendo de vergonha — conta Roseli.

Depois de rever o antigo namorado, viajou para o Guarujá com a patroa da época. Quando chegou à cidade litorânea, soube que Silvio havia falecido.

— Ele só queria me ver. Fiquei muito sentida

com isso. É uma coincidência que a gente não espera.

Gisele e Rodrigo tiveram uma filha, Tainá, que é neta de Roseli e Silvio.

As demais relações afetivas de Roseli terminaram por infidelidade dos companheiros. Após a separação de Cláudio, conheceu Wilson*. Namoraram durante dez anos e estavam prontos para morar juntos, mas ele viajou à Bahia para resolver um assunto sobre herança para a mãe. Nesse meio tempo, Wilson engravidou uma prima. Por pressão de um tio, ele levou a moça grávida para morar na casa para onde Roseli pensou que iria se mudar.

Depois, veio José Maria*, que namorava com Roseli e mais uma mulher ao mesmo tempo.

— Quando ele decidiu assumir uma namorada, escolheu a outra e não falou nada, mas continuou saindo comigo. Fui descobrir porque passei em frente à casa dele e vi a mãe dele conversando com uma moça. Cumprimentei as duas.

Ao chegar no serviço da época, Roseli recebeu um telefonema de José Maria dizendo que queria ter uma conversa mais tarde.

— Você passou em frente a minha casa e viu uma pessoa. Eu já ia te contar… Ela é minha mulher. Vamos ver como é que vai ser. Se não der certo, eu e você conversamos — ele falou.

— Não vai ter conversa. Se não der certo, o problema é seu. Até aqui você me fez de palhaça. Daqui para frente não vai fazer mais — Roseli encerrou o assunto e a relação.

Passados seis anos de solteira, ela conheceu Gilmar*, mas resolveu desmanchar porque desconfiava que ele tinha um caso com outro homem. Isso faz dez anos. Desde então está solteira.

— Trabalhei meu consciente de tal maneira que não consigo sentir saudade. Trabalho, tenho meu dinheiro. Sou livre e independente. Comigo é assim. Deu certo? Tudo bem, a gente vai tentando até onde der. Não deu? Vai embora. Eu vivo minha vida.

Foto: Érika Motoda

Vivendo a vida dos patrões

Levar e trazer membros de uma família milionária durante 12 anos conferiu a Fabio Oliveira da Silva, de 41 anos, um status prazeroso. O paulistano da zona norte foi motorista particular de Bernardo*, acionista de um shopping luxuoso da cidade de São Paulo.

— Eu acabava até me sentindo importante. Andava em um carrão e bem vestido. Meus empregos sempre foram braçais ou em empresas de pequeno porte. Lá, cheguei a receber R$ 4.200, quase quatro vezes mais do que estava acostumado. Tinha uma linha de celular à vontade. E tive oportunidade de aprender

várias coisas. O problema é que não tinha vida própria. Vivi a vida deles.

Os empregadores chegaram a oferecer um quarto na mansão para Fabio morar, mas ele preferiu não romper a linha entre vida pessoal e profissional.

— Tinha até um cinema lá dentro. Mas pensei: "Já não tenho vida própria. Vou morar aqui? Vou estar dormindo, aí vão me acordar para dizer que estão com dor de garganta e que querem remédio". Não aceitei.

Há aproximadamente seis anos deixou o emprego de motorista. Casado, está trilhando os caminhos da própria vida.

Fabio levou a filha mais nova, Beatriz, de dois anos, para a entrevista. O local escolhido foi uma cafeteria no shopping Itaquera, na zona leste da capital paulista, bairro onde mora.

— Biológica é só a Bea. Mas faz seis anos que cuido da Maria Clara, de 10 anos, e da Julia, de 12. A Clara e a Julia são filhas do primeiro casamento da minha esposa. Nos conhecemos no *Badoo* [rede social de bate-papo e namoro] — conta.

Filho de pai alagoano e mãe baiana, Fabio, de pele, olhos e cabelos morenos, tem ascendência indígena. É o terceiro de cinco irmãos. Tem o ensino médio

incompleto e se interessa pela área de publicidade e propaganda. Quer oferecer para as filhas todos os cursos aos quais não teve acesso.

O primeiro emprego, arranjado pelo pai, foi aos nove anos. Fazia móveis de bambu. Também já foi office boy em uma empresa de turismo e chapeiro – profissional de metalurgia que confecciona peças em chapas metálicas.

Tornou-se motorista de Bernardo por indicação de uma ex-namorada.

— Minha ex era secretária e me indicou para o patrão dela, que estava procurando um cara mais novo, para trabalhar de motorista para três crianças. Fiz o teste e gostaram de mim.

Havia outros três motoristas na família, mas Fabio conta que era o mais próximo dos empregadores.

— Eu era o xodó, porque cedia muito. Os outros três só faziam coisas relacionadas ao trabalho. Quando você está em uma família assim, tem que ceder mais, porque quando você precisar, eles também te ajudam. Sempre que precisei fui atendido.

Bernardo era casado com Bruna* e tinha três filhos: Bernardo Júnior*, Pedro Henrique* e Victória*.

— Eu tinha mais proximidade com o filho mais

velho, Bernardinho. Ele passava a maior parte do tempo comigo. Moleque arteiro. E eu também virava moleque. Ele tinha uns seis anos quando comecei a trabalhar. Ele foi viajar há pouco tempo para Nova York e queria que eu passasse na casa dele. Não deu, mas fui até o aeroporto.

— Era quase como se eu fosse o irmão mais velho dele. Às vezes, vinha me abraçar em vez de ir com o pai. Para evitar constrangimento, mandava ele ir com o Seu Bernardo.

— Teve um dia que o Bernardinho deu um soco em um colega. O pai desse menino estava sacudindo o Bernardinho na saída da escola. Cheguei, dei um tapão no peito do cara e disse: "O pai dele não está aqui, mas eu sou o responsável. Faz isso de novo para você ver o que acontece". Depois, pedi para o Bernardinho não contar para o pai dele, senão eu ia ser mandado embora.

Na mansão, além dos motoristas, havia outros funcionários domésticos. Entre eles, babás, cozinheiras, faxineiras e uma governanta.

— A governanta odiava o Bernardinho. E eu a odiava. Ela deixou o menino de cueca na sacada. Estava frio. Isso cortou meu coração. Ela tinha total confiança dos patrões e abusava desse poder, a ponto de ameaçar os desafetos de serem demitidos por justa causa. Tinha

bastante rotatividade de funcionários por causa do comportamento dela. Eu não podia brigar, senão seria demitido. Resolvi fazer um esquema, de uma pessoa ligar para o pai ou para a mãe, a dona Bruna, sugerindo colocar uma câmera de segurança escondida. Flagraram nas filmagens a governanta guardando dinheiro roubado no fundo falso de um livro. Ela foi expulsa. Nunca mais vi. Não contrataram mais ninguém no lugar dela.

Por mais que Fabio fosse próximo e o "xodó" da família, os 12 anos no emprego foram de altos e baixos.

— Uma vez, o Seu Bernardo quis me mandar embora, porque cheguei atrasado e não consegui buscar o Bernardinho no colégio. Ele chegou arregaçando! Acho que, por eu ter o costume de ficar quieto, ele ficava ainda mais nervoso. Não foi culpa minha. Estava fazendo outro serviço que ele tinha me pedido, mas lá demorou. Nenhum outro motorista conseguiu ir buscar o menino. Seu Bernardo teve que sair do trabalho para buscar no meu lugar. A dona Bruna deve ter conversado com ele, porque me mandaram uma mensagem naquela noite, dizendo que eu poderia trabalhar normalmente no dia seguinte.

A situação não foi a única.

— Já cheguei atrasado umas duas vezes quando estava começando lá. Ia trabalhar de ônibus. Pedi para

eles financiarem um carro para mim. A dona Bruna me ofereceu um carro zero, porque pagar à vista ficava mais barato. Conversei com minha ex-noiva e a gente decidiu que era melhor não. Era muito caro.

Os patrões, então, emprestaram R$ 10 mil a Fabio, sendo que o valor seria descontado aos poucos de seu salário.

— Três meses depois e nada de descontar. Perguntei para o Seu Bernardo quando eles iriam descontar o dinheiro. Ele me respondeu que ia dar os R$ 10 mil de presente.

O dinheiro foi utilizado para comprar um automóvel usado.

— Só que começou a dar problema. O Seu Bernardo e a dona Bruna, então, me deram um Palio Weekend 2007, do pai dela. Não era mais para eu chegar atrasado por conta de transporte. Eles faziam de tudo para que a casa funcionasse.

Segundo Fabio, os patrões eram tão focados em fazer com que nada desse errado que até custeavam cursos para incrementar o conhecimento dos funcionários.

— As cozinheiras, por exemplo: se elas não soubessem preparar pratos de determinados países, eles pagavam um curso. As cozinheiras faziam um almoço

para os patrões e outro para os funcionários. Para eles eram servidos uns pratos que nunca ouvi o nome. As patroas gostam de falar: "Minha cozinheira sabe fazer pratos italianos, franceses e indianos". E se uma patroa não tinha uma cozinheira que soubesse, ela também já pagava um curso. Tinha esse lance entre elas.

A família de Bernardo vivia promovendo encontros para pessoas da alta sociedade.

— As festas dos patrões duravam umas quatro horas. Eu tinha que levar as cozinheiras e as babás embora. Às vezes, eles deixavam a cozinheira guardar o que sobrou da festa para os funcionários comerem no dia seguinte. Eles só guardavam Chandon e whisky. As cervejas eles me davam. Cerveja para eles era água.

Segundo Fabio, o café da manhã na mansão também era bem incrementado.

— Era um exagero. Todo dia eu tinha que ir ao empório buscar 100 gramas de presunto Parma, de presunto Royale, fruta desidratada — recorda. — Fiz amizade com as cozinheiras. Sempre tinha um lanche para mim com os frios que sobravam. O tempo que eu tinha livre, usava para comer. Almoçava em uns 15 minutos.

Dependendo da necessidade do empregador doméstico, os motoristas podem ter jornadas variáveis.

Para que não haja a necessidade de pagar horas extras, o patrão tem duas possibilidades: dar duas horas de almoço, para que o empregado tenha uma jornada de dez horas (oito horas de trabalho e duas para descanso) ou, caso o motorista não trabalhe aos sábados, compensar as quatro horas desse dia durante a semana.

Em 2004, 6,5 milhões de pessoas trabalhavam em casas de família no Brasil. Dessas, seis milhões eram mulheres – o que corresponde a 93%. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), extraídos do relatório *O Emprego Doméstico: uma ocupação tipicamente feminina*, do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), publicado em 2006. Fabio, portanto, encaixa-se entre a minoria masculina presente no serviço doméstico.

— Minha principal função era como motorista, mas fiz curso de segurança também. Só para saber técnicas para proteger a família, caso o patrão fosse carregar algum negócio de valor. Tinha uma arma no carro, mas nunca tive acesso. Era para usar em último caso, se eu perdesse a escolta — explica. — Nunca senti medo. O carro era blindado. E eu venho

da periferia. Não tenho medo dessas coisas.

Certa vez precisou derrubar um rapaz que estava em uma moto, pois teve a sensação de perigo e supôs que fosse um ladrão. Além de ficar alerta com o trânsito e possíveis ameaças criminosas, Fabio prestava atenção nas conversas dos patrões.

— Motorista tem ouvido biônico. Você acaba escutando um monte de coisa. Ouvi conversas no carro sobre sonegação de imposto para a Receita Federal.

A família tinha nove carros e Fabio podia dirigir todos. Às vezes, como saía tarde do trabalho, ia com o automóvel dos patrões para casa e o utilizava para ganho próprio.

— Comecei a trabalhar na Uber com o carro deles. Só que eles não sabiam. Antes da Uber ser famosa no Brasil fiquei sabendo por meio da irmã dele [Bernardo], que viajava muito para fora. Na época só tinha Uber Black — comenta, sobre a modalidade mais cara do aplicativo de transporte, com automóveis de alto padrão. — Eu tirava em torno de R$ 1.200 por dia.

Durante as jornadas secretas sofreu quatro tentativas de assalto.

— Fugi todas as vezes. Só uma vez estava com o carro blindado, as outras não. Quando você trabalha

nesse ramo, não pensa em medo. Só pensa em fugir e dar certo.

Desde que saiu da casa de Bernardo não trabalhou mais como motorista particular de nenhuma família. Sua renda atual vem do trabalho como vulcanizador e vendedor de tapetes.

De vez em quando ainda presta serviços de motorista para os antigos patrões.

— Agora, que a família dele não tem mais crianças, eu voltaria para lá. Com criança foi a pior fase. Ele sempre me mantinha ocupado. Entrava todos os dias às seis da manhã, mas não tinha horário fixo para ir embora. A rotina dos filhos ia até às oito da noite. Eles tinham festinhas na escola. Eu tinha que levá-los e esperar. Depois, quando os filhos estavam de volta, chegava o patrão e mandava fazer "isso e aquilo".

Fabio trabalhou registrado com a família antes da promulgação da PEC. O pagamento de benefícios como o FGTS era opcional. Ele passou a receber todos os direitos de um trabalhador celetista quando começou a fazer serviço de escritório para a irmã de Bernardo.

— Mas eu não podia reclamar. Tinha vale-

alimentação e vale-transporte, que eu nem usava, porque tinha o carro deles — diz ele, que se sentia satisfeito com a remuneração e benefícios recebidos.

Os motoristas profissionais que são contratados para prestar serviços em âmbito residencial, onde os fins não são lucrativos, devem ser contratados como servidores domésticos. Resguardado pela PEC, o trabalhador tem direito a férias remuneradas de 30 dias, sendo que o empregador pode optar por fracioná-las em dois períodos – um deles deve ser de, no mínimo, 14 dias corridos.

Nos 12 anos como motorista, Fabio usufruiu de sete períodos de férias, sendo que as pausas não atingiam os 30 dias.

— Só faltei dois dias por doença. No Natal, final de semana e feriado ficava em casa, porque eles viajavam, mas me pagavam mesmo assim.

O descanso remunerado é um direito garantido pela PEC, com duração mínima de 24 horas consecutivas, preferencialmente aos domingos. A folga em feriados também deve ser remunerada.

— O valor acaba comprando nossa necessidade. Por exemplo: domingo era minha folga. Aí, o patrão falava que precisava de alguém para levar o pessoal na casa de Campos do Jordão e trazer de volta na segunda,

por R$ 500 cada dia. Eu podia arranjar outra pessoa para ir no meu lugar. Mas, por 500 "pau" por dia, só para ficar acompanhando... — fala. — Eu acabava indo.

A PEC regularizou o tempo trabalhado adicional, que deve ser pago como quantia extra ou creditado como banco de horas. Algo que Fabio nunca recebeu. Além disso, a contratação de motoristas domésticos possui especificidades. Devido às atividades, o profissional está sujeito a receber uma multa de trânsito ou bater o carro. Para que o patrão não seja responsabilizado deve haver uma cláusula no contrato, que preveja a responsabilidade do motorista e o pagamento pelos prejuízos causados.

A Reforma Trabalhista, sancionada pelo presidente Michel Temer (PMDB) em 2017, trouxe mudanças que alteram o exercício de algumas funções do trabalho doméstico. O empregado pode ser demitido, caso se torne inabilitado legalmente, por responsabilidade própria, para exercer a atividade profissional. Ou seja, se um motorista perder a carteira de habilitação, pode ser demitido por justa causa.

Fabio nunca enfrentou nenhum desses problemas. Deixou o emprego porque sofreu de alopecia areata, doença que causa a queda de cabelos, desencadeada por estresse e ansiedade. Os patrões chegaram a custear

o tratamento, para que pudesse se recuperar, mas ele queria um tempo para cuidar de si.

— Perdi 90% de pelo do meu corpo. Eles pagaram o tratamento, só que não tem cura — lembra. — Vivi a pior parte da vida deles: pegar fila, correr para pegar um documento, não se atrasar para a escola. Pedi para sair porque já estava estressado. Eles não queriam que eu fosse. Então, me colocaram para fazer uns serviços de escritório. A irmã do patrão tinha comprado 12 estacionamentos e queria que alguém recolhesse os malotes, buscasse uniformes e material de suprimento de caixa ou levasse rescisão de funcionário. Eu rodava o dia inteiro.

Em um dia de muito estresse, um automóvel bloqueou o caminho de Fabio, que se irritou.

— Fui atrás desse carro e dei uma fechada de volta. Ele [motorista] me chamou de louco. Puxei ele pelo vidro e ia dar um soco. O cara perguntou: "O que você está fazendo?". Foi quando deu o estalo e percebi que não dava mais.

Agora, com família formada, Fabio gostaria de voltar a trabalhar como motorista para Bernardo e Bruna.

— Na época em que trabalhava lá sentia falta dos

amigos. Quando conseguia uma folga, aproveitava demais e exagerava. Estava em São Paulo e, daqui a pouco, ia para Campinas. Depois ia para a praia. Era doideira. Perdi meu outro relacionamento de 14 anos.

— Há dois anos, me converti a cristão porque a vida estava bagunçada. Minha atual esposa estava grávida da Bea. A gente tinha terminado o relacionamento. Precisava resgatar a relação. Então, mudei de comportamento. Quando ela viu a mudança, nos casamos.

No caminho para o estacionamento do shopping, onde foi fotografado, Fabio contou que os patrões diziam que ele era parte da família, mas que não se sentia assim. A receita de como foi um bom motorista? Preencher os espaços vazios que os pais, Bernardo e Bruna, deixavam em relação às crianças.

— Tentei ser o mais amigo possível e menos funcionário.

Para ele existem três coisas que todo homem deveria fazer na vida: plantar uma árvore, ter filhos e escrever um livro. Por enquanto, já realizou o feito da paternidade e contribuiu com a natureza.

— Eu disse que minha vida renderia um livro — brinca, ao final da entrevista.

Para ajudar, escrevemos um capítulo.

Foto: Érika Motoda

Quase da família

Amanda de Meire Barbosa, de 32 anos, abriu sua casa, em Diadema, em um domingo ensolarado para a entrevista. Mãe de dois meninos, Miguel, de seis anos, e o recém-nascido Lorenzo, foi até o portão com o bebê nos braços. O poodle branco de estimação, Floquinho, era o mais agitado da casa, pulando repetidamente.

Além de brinquedos espalhados pelo chão, fotografias da família compõem a sala de estar. Atuando há 12 anos como empregada doméstica, Amanda tem fala cadenciada e é vaidosa. Os cabelos longos são tingidos de loiro e alisados. Vestia uma blusa branca e um short jeans, pingente no pescoço e

brincos de argola prateados. Calçava um chinelo com detalhe de laço.

Nascida em Goiânia (GO), passou parte da infância no Pará. Mudou-se para São Paulo quando jovem e, entre os 17 e 19 anos, já trabalhava, pagava as contas sozinha e era independente. Após o período, ficou desempregada.

Conheceu a atual patroa em um consultório dentário próximo de onde mora atualmente. Fabíola*, dentista, e o marido, Osvaldo*, são donos do estabelecimento. Amanda aproveitou a consulta para se apresentar.

— Caso você precise de alguém para qualquer coisa, estou desempregada — comentou.

— Nossa, que coincidência! A minha empregada está de aviso [prévio], porque ela quer sair. Estou precisando urgente, porque tenho uma criança pequena — exclamou Fabíola, que logo contratou Amanda para um período de experiência.

— Nunca tinha trabalhado em casa de família. Fiquei uma semana e fui ficando, fui ficando. Estou lá até hoje — fala.

Os patrões têm dois filhos. Na época em que Amanda começou, Vinícius*, o mais velho, tinha

quatro anos. Letícia* nasceu cerca de seis meses após a chegada da funcionária.

No apartamento, localizado na zona sul de São Paulo, Amanda é responsável por diversas atividades.

— Faço tudo, só não o serviço pesado. Ela paga alguém, uma moça que vai de 15 em 15 dias e faz a faxina pesada. Faço o básico, igual a gente faz em casa: lavo, passo, cozinho e cuido das crianças.

Nos primeiros anos no emprego, não tinha horário de saída.

— Quando era novembro, entrava oito e meia da manhã e só Deus sabe... Às vezes até dormia, porque não dava tempo de ir embora. Eu morava na zona oeste e era muito longe — conta, lembrando de quando vivia com a mãe, em Pirituba.

Na época, o trajeto para o trabalho incluía um trem, um metrô e uma lotação. Devido à distância, de vez em quando precisava pernoitar no trabalho.

— Às vezes optava por dormir, porque não tinha filho, não tinha marido, era menos complicado — afirma. — No começo era muito puxado, eu trabalhava mais de 12 horas por dia, porque a Fabíola tinha uma carga horária extensa. Quando tive meu filho, com 25 para 26 anos, foi aí que minha carga horária diminuiu.

Comecei a sair um pouco mais cedo.

Amanda nunca recebeu pelas horas excedentes trabalhadas. Além disso, os primeiros quatro anos e meio de serviço não foram registrados na carteira.

— Aí, optei por sair, porque ficava naquela: "Mês que vem a gente te registra" — descreve, insatisfeita com o descaso dos patrões.

Um dia, ela surpreendeu Fabíola:

— Olha, não dá mais, porque já arrumei um outro emprego. Vou trabalhar em uma padaria — comunicou Amanda.

— Não, pelo amor de Deus! A gente vai te registrar — garantiu a mulher.

— Não, já fiquei quatro anos esperando. Recebo mal, não recebo hora extra, trabalho demais e não tenho nenhuma gratificação. Para mim, não dá.

Amanda realmente deixou os patrões e trabalhou por sete meses na padaria, com o tão sonhado registro na carteira. Sem empregada para auxiliar no serviço doméstico, Fabíola se viu desesperada por ajuda e com duas crianças para cuidar.

— Está muito complicado com as crianças pequenas. Pelo amor de Deus, volta meio período! — pediu.

Em 2011, Amanda retornou à casa de Fabíola e passou a receber o mesmo que ganhava anteriormente: R$ 650, para trabalhar menos tempo e cuidar principalmente das crianças. Em 2015 recebeu aumento e, finalmente, foi registrada.

— Mil reais há dois anos era um bom dinheiro, né? — dá risada.

Logo após voltar a trabalhar como doméstica engravidou de seu primeiro filho. O patrão, desde o início, não viu a situação como empecilho.

— A criança será bem-vinda na nossa casa. Em momento algum a gente vai abandonar você — afirmou Osvaldo.

Na época, a PEC ainda não havia sido promulgada. Todavia, desde 2002, as trabalhadoras domésticas têm direito à licença-maternidade de 120 dias, de acordo com a Lei nº 10.421/2002. Além disso, em 2006, a doméstica gestante passou a ter direito à estabilidade no emprego, mediante à confirmação da gravidez até cinco meses após o parto, como previsto na Lei nº 11.324/2006. Amanda usufruiu deste direito nas duas vezes em que esteve grávida.

Com a primeira gestação passou a ter horário fixo: das nove e meia da manhã até nove e meia da noite. Contudo, nunca teve horário certo para o almoço. Em troca, recebia autonomia e liberdade na casa.

— Eles são patrões extremamente compreensivos. Nunca fui vista como "a empregada". Eles fazem questão que eu sente na mesa na hora do almoço.

Quanto à alimentação da família, Amanda fala que não tem problemas.

— Se eu fizer arroz, feijão, bife e uma salada está ótimo. Não reclamam. O que sobrou do almoço é para a janta. Eles não me cobram. Não são chatos para comer — considera. — Se faço salmão, vou comer salmão, e não ovo. Filé mignon, vou comer filé mignon. Perguntam sempre se eu almocei. Não distinguem o que vou ou não comer.

Quanto a alimentos mais caros e importados, a empregada confessa que, mesmo após 12 anos trabalhando no mesmo local, ainda tem receio de consumir.

— Eu não mexo. Se não me der, não me oferecer, não mexo. Até mesmo se me oferecer, fico "meia" receosa de ir lá e comer. Tipo, "quem comeu, está faltando um pedaço". Não sou assim. Se me oferecer, eu como. Se for

para ir lá e pegar, não pego — garante.

Amanda acredita que por terem começado de baixo, os patrões não se tornaram tão exigentes.

— Eles eram pessoas simples, né? Começaram do zero. Hoje, de quatro anos e meio para cá, que começaram a ter uma renda melhor, melhoraram um pouco de vida. Tem seis anos que eles compraram o apartamento. Se eles fossem [exigentes], acho que não teria ficado, porque eu sou boa, sou tranquila, paciente, mas tem coisas que não dá para a gente aguentar. Com gente chata, a gente fica pouco tempo. Por isso estou lá até hoje.

A rotina na casa dos patrões começa pela organização dos quartos.

— Logo em seguida passo pano, coloco roupa na máquina. Quando dá 11 e dez, 11 e vinte, começo a fazer almoço. Meio-dia e vinte, mais ou menos, está tudo pronto. Eles chegam para almoçar. A Fabíola, na verdade, que pega as crianças na escola. O patrão nunca está, porque a carga horária dele é mais complicada para ir almoçar em casa. Lavo a louça da cozinha, vejo o que está faltando para a janta, se tem alguma coisa para deixar adiantada. Uma e meia, duas horas, no máximo, acaba o serviço.

Como os filhos dos patrões já estão crescidos, Amanda aproveita o período da tarde para fazer alguns bicos no próprio condomínio. Ideia de Osvaldo, que sugeriu a atividade para a empregada conseguir uma renda extra no fim do mês.

— Amanda, não é que eu queira te mandar fazer alguma coisa, mas se você quiser arrumar algo para fazer aqui no prédio, passar uma roupa... Se você quiser, está liberada. Por mim, tudo bem — sugeriu o patrão.

Ela acatou a proposta e passa roupas para famílias de outros apartamentos, cobrando R$ 80 por dia. Durante toda a semana tem trabalho em casas diferentes e acaba recebendo cerca de R$ 2.500 por mês, unindo o salário e o que ganha com os serviços extras.

— Segunda e quinta vou para o mesmo apartamento. Terça é uma, quarta é outra. Sexta é outra. Não importa se tem 20, 30 peças de roupa. O valor é por dia — explica. — Até disputam o meu serviço, porque a mão de obra está barata. Graças a Deus sou boa no que faço, eficiente. Tem gente que fala: "Arruma um dia para mim, pelo amor de Deus!". Mas não tenho dia, porque está completa, a agenda — se gaba, contente.

— Eu já pensei em aumentar, aí vem aquele dilema: "Mas é meio período!". Mas faço em meio período o que uma [pessoa] faz em um dia inteiro. Se você for pegar alguém que faça o mesmo serviço que estou fazendo, vai te cobrar R$ 130. Independente se é meio período, uma hora ou duas horas. Faço no meu tempo, mas faço bem feito — garante.

— Teve uma, agora, que perdi porque aumentei R$ 15 na diária dela, devido à quantidade de roupa. Era roupa social, bem mais complicada. Em feriados prolongados, Amanda costuma ficar em casa.

— Eles viajam e, quando não estão em casa, não preciso ir. Eles não descontam — destaca, falando sobre os dias em que não trabalha, quando os patrões decidem emendar algum feriado ou viajar durante a semana.

Nos finais de ano, os empregadores também a ajudam comprando passagens aéreas, para ela visitar a família no Pará. As folgas e bilhetes de avião não são descontados de seu salário. Além disso, faz tratamento ortodôntico no consultório de Fabíola, sem ser cobrada.

— São muito bons para mim. Não vou reclamar, porque se eu falar que eles são ruins, quem vai estar sendo ruim vai ser eu — ressalta.

As férias de Amanda são fracionadas em dois momentos durante o ano: 10 dias em julho e 20 em dezembro. O direito é garantido aos trabalhadores domésticos desde 11 de dezembro de 1972, com a Lei nº 5.859, que incluía, entre outros benefícios, férias anuais com adicional de um terço a mais do salário. O direito se manteve com a PEC. O empregador continua devendo pagar ao empregado um terço do salário sobre as férias.

— Esse terço eu nunca vi. Nunca recebi. A gente está em processo de acordo — explica, cabisbaixa.

Revela também que os patrões estão sem pagar seu FGTS desde 2014.

— Virou uma bola de neve. A gente pode fazer um acordo. Se você quiser, a gente paga para o governo. Ou, te paga o dinheiro que teria que pagar para o governo, no caso, sem os juros — sugeriu Osvaldo.

— Não, para mim é viável você pagar o FGTS, no caso de acontecer qualquer coisa — ela respondeu.

De acordo com Amanda, o patrão a enrolou.

— Pegava a carteira para fazer retificação e não fazia. E eu de saco cheio de ficar cobrando — conta, indignada com a situação.

Em 2017, a trabalhadora engravidou do segundo

filho e foi novamente cobrar os patrões.

— E aí, como vai ficar a situação da minha carteira? — questionou.

— Não se preocupa, querida. O dia em que você sair, ele vai pagar tudo o que você tem direito — respondeu Fabíola, com descaso.

Até o momento, a situação de Amanda ainda não foi regularizada. A empregada procurou um advogado para se informar. O patrão fez uma nova proposta.

— Ele é uma excelente pessoa, mas é maquiavélico. Tenta te manipular, para que eu, futuramente, não venha prejudicá-lo — pontua sobre Osvaldo.

A sugestão foi dar baixa em sua carteira de trabalho, que tem seis anos de registro, acertar as obrigações faltantes e registrá-la novamente, porém, como funcionária da empresa – auxiliar de serviços gerais no consultório dentário.

— Te registro aqui no consultório, porque é melhor, você recebe todos os benefícios — defendeu Osvaldo.

— Mas a minha categoria tem todos os benefícios — rebateu Amanda.

Com razão. A PEC definiu as funções que se enquadram na profissão de trabalhador doméstico, assim como a jornada de trabalho e o recolhimento de

8% do salário para o FGTS, por parte do empregado, e de 3,2% do valor do salário, por parte do patrão.

— Então me coloca como babá — sugeriu Amanda.

— Não, mas a tabela é outra — respondeu Osvaldo.

Resposta equivocada do patrão, pois não há nenhuma diferença em relação a direitos adquiridos por domésticas e babás após a PEC. O que muda, na realidade, é o estereótipo mantido no país acerca das duas categorias, no qual a doméstica estaria um patamar abaixo, por realizar serviços de limpeza, e a babá, um acima, por ser responsável apenas pelo cuidado com as crianças.

A média salarial das babás no Brasil costuma ser maior do que a das domésticas. Pesquisa realizada em 2015 pela plataforma WebHome, de gestão de trabalhadores domésticos, revelou que o Ceará apresentava a maior média salarial do país para as domésticas, no valor de R$ 1.188,03. Enquanto isso, as babás ganhavam, no mesmo Estado, R$ 1.707,62, em média.

Já em relação ao piso salarial da profissão, Estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul definem à parte o valor estabelecido. No caso de São Paulo, o piso da categoria equivale ao salário mínimo

vigente, atualmente em R$ 1.076,20. Em outros Estados é aplicado o salário mínimo federal, hoje em R$ 937.

— Não estou te pedindo favor. Se você estivesse pagando meu FGTS, eu não estaria aqui te enchendo o saco. Estaria indo lá no banco, receber o meu salário. Resolve minha situação, pelo amor de Deus, que é melhor. Se você resolver, trabalho para você mais dez anos, até as crianças casarem, fazerem faculdade, terem filhos — justificou ao patrão certa vez, quando foi receber o pagamento.

— Não, não, é verdade... — respondeu Osvaldo, deixando a situação da empregada sem solução.

Com Lorenzo, o filho recém-nascido, Amanda esteve de licença-maternidade durante quatro meses – os 120 dias de afastamento previstos na PEC.

A nova lei também determinou que as trabalhadoras domésticas têm o direito de realizar um intervalo para amamentação do bebê. O direito é garantido até que o neném complete seis meses de idade. A pausa pode ser feita durante a jornada de trabalho em dois momentos, cada um com duração de meia hora.

De volta à ativa, Amanda leva o pequeno para o trabalho e pode usar mais do que dois momentos do dia para dar atenção à Lorenzo. Os patrões não implicam com a presença do bebê na casa.

— A creche é supercomplicada. É um ano até que saia [uma vaga]. A patroa falou que não tem problema nenhum. Ela sabe que consigo dar conta do serviço e cuidar dele, né. Na verdade, eles estão até adorando a ideia de ter um neném lá — comenta, dando risada.

A relação com a família que trabalha é muito íntima. Durante os 12 anos na casa, a proximidade foi sendo construída a ponto de os patrões frequentarem a casa de Amanda para churrascos e confraternizações.

— Vêm aqui em casa, fazem festa, participam. Eles são gente como a gente. Ela é mais chata, a patroa, mas ele é "povão", vai em qualquer lugar. Quando tem festa aqui, ele fica até a última pessoa sair. Ela vai embora e ele fica.

As crianças do casal cresceram em paralelo às de Amanda, o que fez com que chegassem a brincar juntas.

— Eles brigam como se fossem irmãos por causa de brinquedo. Quando estava grávida, a Letícia falava: "Deus ajude que seja um menino, porque não quero uma menina!". Se fosse uma menina ia competir com

ela, porque ela era a princesinha da casa para os pais e, para mim, também seria. Ela abominava essa ideia. Se fosse uma menina, não queria de jeito nenhum — lembra, rindo da situação.

Questionada se existe lado bom em trabalhar na casa da família além da remuneração, Amanda se considera privilegiada.

— Para eles, sou vista como parte da família. Não tem aquela coisa de ser tratada com indiferença.

Ela é ainda mais grata aos patrões ao lembrar de uma época difícil. Quando estava grávida de sete meses do primeiro filho, ela e o marido moraram por um tempo no apartamento.

— A gente ficou deslocado e ninguém deu as mãos. As únicas pessoas que acolheram foram eles. Ficamos um mês lá, até conseguir se restabelecer — lembra, sem querer revelar o motivo que os levou a ficar sem ter onde morar.

Hoje, o patrão e o marido de Amanda são sócios de uma pequena loja de roupas, em Diadema. O comércio fica próximo à casa da doméstica e ao consultório dentário.

— Aqui em São Paulo são minha família — afirma, afetuosamente.

Os filhos do casal, Vinícius e Letícia, com 14 e 11 anos respectivamente, são tranquilos aos olhos de Amanda. Mas houve situações de estresse quando os irmãos eram menores.

— Ele nunca deu trabalho, por incrível que pareça. Existe essa história que menina é mais tranquila do que menino, isso não é verdade. A Letícia deu muito trabalho! Porque ela é como se fosse minha filha. Com 15 dias de nascida ela já estava comigo. Vi engatinhar, andar, era um xodozinho. Na época eu não tinha filhos e sempre gostei de cuidar de criança.

— Ela foi crescendo e era muito geniosa. Até hoje. Há dois anos era muito difícil lidar com ela, muito, muito, muito. Sou exigente. Se tem [matéria] para estudar, vamos estudar. Não é daqui a pouco!

Amanda vive pegando no pé da garota em relação aos estudos.

— Ah, Letícia, vai estudar — dizia várias vezes.

— Ah, pera aí, Amanda, já vou — respondia a menina.

— Letícia, você não fez a lição.

— Já eu faço. Já eu vou.

— Tudo bem, se você não vai fazer, eu não posso fazer nada. Quando sua mãe chegar, você resolve.

— Você é chata!

— Tudo bem, Letícia. Não faz. A lição é sua, quem tem que fazer as coisas é você, não eu. Isso é uma obrigação sua. Minha obrigação é cobrar de você para fazer. Se você não quer, não posso te obrigar — explicava Amanda, paciente.

— Às vezes, a gente discutia mesmo, aquela coisa bem mais pesada. Chorava, pedia desculpas, se abraçava. Muitas vezes. Ela é criança, só que ela tem uma coisa dela, que meio que humilha a gente — aponta Amanda, sobre a personalidade forte da menina, lembrando de um episódio no qual Letícia utilizou a posição da empregada como argumento para sua falta de cooperação.

— Pega sua meia, leva na máquina de lavar, porque uma hora ou outra, que não estou aqui, chega uma visita e está meia, calcinha, tudo jogado no chão — pediu Amanda.

— Mas a minha mãe falou que você está aqui para isso! — respondeu Letícia.

— Sim, estou aqui para isso. Não estou reclamando do meu serviço, estou reclamando de você aprender a ser organizada. Porque é o seu futuro. Se você precisar morar sozinha, com uma amiga, vai saber onde colocar

tuas coisas. Vai ser organizada. É diferente de você querer me diminuir por causa disso — rebateu.

Ela nunca escondeu de Fabíola as atitudes da menina. A mãe repreendia e fazia com que Letícia pedisse desculpas.

— Você é a mãe dela. Tem que ensiná-la que não é assim que trata as pessoas. Não importa se é negro, se é branco, se é empregado, se é lixeiro, não importa. Ela tem que tratar todos da mesma forma — ressaltou Amanda em determinada ocasião.

— Ela sempre me deu trabalho. Ele, nunca. "Vinícius, vai estudar." Ele vai. Ela não. Bate de frente comigo, olha bem na minha cara. Aí é difícil. Ela é meio esnobe, assim: "Você é a empregada e vou pisar por cima de você". Eu falo que isso é muito ruim para a vida dela. Ela tem uma Amanda aqui e lá fora não vai ter. Amanda é paciente, compreende, chora e aceita as desculpas. Só que a vida não vai ensinar desta forma.

Durante esses anos, diversas vezes chegou a pedir as contas para a patroa, com a cabeça quente e irritada depois de brigar com a menina.

— Não, por favor, dá as minhas contas amanhã, porque não dá, de verdade — disse uma vez.

— Calma, pelo amor de Deus! Vocês duas estão

nervosas, vocês duas são histéricas! — implorava Fabíola.

Os irmãos ainda possuem uma mania que consegue tirar Amanda do sério: deixar meias espalhadas pela casa.

— É meia para tudo quanto é lado! É meia atrás da cama, na sala, no quarto da mãe deles... — conta, dando risada.

Sobre a relação de Miguel com as crianças que cuida, reconhece que não aprova o convívio frequente do filho na casa onde trabalha.

— Tem coisas que não estão ao nosso alcance e ele acaba vivendo o que não é a realidade dele.

Certa vez, o filho estava no serviço da mãe e viu uma foto da família de Fabíola no Chile. Pediu que Amanda o levasse para ver a neve.

— Filho, eles foram porque a tia Fabíola trabalha muito e eles têm condições de ir. Mamãe e papai não têm condições, mas se você quiser um dia ir, você estuda, estuda muito mesmo. Quem sabe um dia você vai? — respondeu, acalentando o pequeno.

Durante a fase de crescimento do menino, quando

o levava para o trabalho, confessa que se sentiu deslocada no apartamento dos patrões.

— Ela [Fabíola] chegava para almoçar e às vezes ele estava chorando. Não é o filho dela. Ela não era obrigada a aguentar o choro do meu filho. Sentia que ela tinha uma antipatia. Quantas vezes ela comprava duas coisas, para o menino e a menina, e não comprava para ele. Muitas vezes. Ela não tinha obrigação de levar para ele, mas era criança — lembra. — Engolia aquilo, pegava ele, prendia no carrinho perto de mim e falava "fica aqui". Você quer chorar, explodir, fazer algo para mudar aquilo, mas você não pode.

Com o recém-nascido, pretende fazer o possível para que ele não tenha que crescer passando pelas privações que o mais velho enfrentou. Além dessa situação com o filho, Amanda já teve uma desavença com Fabíola, que chegou a apontar o dedo para seu rosto.

— Foi falta de informação das duas partes. O menino tinha festa na escola. Só que ela comprou o salgado, deixou na geladeira e não me avisou. Desci com ele, tinha feito a minha parte, dado banho, trocado a roupa, pegado a mochila. Estava tudo certo. Deixei ele lá embaixo [na portaria] e subi.

Em menos de cinco minutos a patroa chegou no apartamento.

— Escuta aqui! Você não está satisfeita com o seu serviço? — bradou Fabíola.

— Quê? Como assim? Você está louca? — assustou-se Amanda.

— É, você sabia que o Vinícius tinha festa na escola e não mandou os salgados. Você tinha que esquentar no micro-ondas e levar junto, lá embaixo.

— Primeiramente, você fala baixo comigo porque não estou aqui para ouvir grito. Você sim, acho que não está satisfeita com meu serviço. Então, me mande embora. Vai fazer outra de escrava, não eu. Trabalho aqui porque preciso, sim, mas do jeito que você vem tratando os meus direitos, também estou insatisfeita — alertou Amanda, na época em que trabalhava na casa sem ser registrada.

— Tá bom, Amanda, tá bom. Depois a gente conversa — amenizou a patroa. — Desculpa, não sabia que não tinha te falado.

— Pois é, não tenho bola de cristal para adivinhar que ele tinha festa na escola. Para você ver, os salgados estão lá, lacrados, do jeito que você deixou.

Em outra ocasião havia dinheiro envolvido. Fabíola

costumava levar Amanda diariamente até o ponto de ônibus, no final do expediente. Um dia, na hora em que daria o valor do transporte da empregada, ela não tinha nenhum trocado, apenas uma nota de R$ 50. Com isso, Amanda desceu do carro sem o dinheiro da condução.

No dia seguinte, a patroa estava em casa no período da manhã. Amanda chegou e a encontrou revirando a própria bolsa.

— Nossa, não estou achando o dinheiro. Você foi a única pessoa que viu eu pegando aqueles R$ 50 — apontou Fabíola.

— Você está deduzindo que eu peguei seus R$ 50? — questionou Amanda.

— Estou falando que o dinheiro sumiu.

— Não! "Está" eu e você aqui, e você está falando que o dinheiro sumiu. Só pode ter sido eu, então. Se você quiser revistar minhas coisas, fique à vontade. Se trabalho em casa de família é para não precisar roubar. Você pensa bem no que está fazendo. Está me acusando de roubo.

— Não, não estou falando isso, Amanda!

— Sim, está sim. No meu entender é isso.

Em seguida, Fabíola ligou para o marido e perguntou se ele havia pegado a cédula.

— Peguei — falou Osvaldo.

Quando o homem respondeu, a patroa não teve reação.

— Ela ficou com a cara no chão — resume Amanda.

Caso parecido também ocorria com as roupas da dona da casa.

— Não estou encontrando, sumiu! — reclamava Fabíola, ligando para Amanda mesmo fora do horário de trabalho.

Amanda fazia questão de chegar mais cedo no dia seguinte, para encontrar Fabíola ainda em casa, e logo se dirigia ao quarto dos patrões. Abria o guarda-roupa, encontrava a peça que a mulher queria e a entregava.

— É essa?

— Nossa, eu revirei e não achei — espantava-se Fabíola.

— Revirou, não. Se tivesse revirado, teria achado — respondia Amanda.

No dia a dia, a trabalhadora considera humilhantes algumas situações às quais se submete, mas não há

como fugir das tarefas por conta do ofício. Amanda criou, então, uma válvula de escape: pensa na remuneração.

— Não é fácil mesmo. Tem coisas que você tem que esquecer, fechar os olhos e encarar, como lavar roupa, as peças íntimas, o banheiro. Você tem que lavar tudo. Não penso nisso, penso no dinheiro. Não adianta você pensar que trabalha porque gosta, porque acha bonito. É por necessidade mesmo. Prefiro trabalhar em casa de família pela remuneração.

— As pessoas têm uma visão da casa de família como se elas não fossem donas de casa. Porque você, em casa, vai lavar. Se não tiver condições de pagar alguém, vai cozinhar, vai precisar cuidar da casa. É o mesmo que eu faço. A diferença é que ganho para isso — defende.

Questionada se alguma vez já sentiu vergonha de dizer que era empregada doméstica, Amanda não hesita em responder que sim, e acrescenta:

— Depende do grupo que você está conversando. Ainda tenho receio se estou conversando em um grupo onde todos têm uma profissão legal e eu falar "nossa, sou doméstica". Tem hora que bate um ressentimento, mas aprendi a lidar com isso.

O marido de Amanda, contudo, não lida bem com a profissão e não aceita que ela diga que é empregada doméstica.

— Não, você é babá! — corrige ele.

Para ela, a palavra "doméstica" é muito próxima de "dona de casa" e não deveria ter conotação negativa.

— A gente tem que pensar dessa forma e levar na esportiva, porque muitas pessoas não entendem. Não me sinto deslocada e não me envergonho de uma coisa que todos nós fazemos em casa.

Na criação dos filhos, Amanda garante que sempre está buscando informação e faz de tudo para poder ajudar os pequenos no que precisarem. A atitude se reflete no dia a dia da profissão.

— Você sabe inglês? — perguntaram espantados os filhos dos patrões, ao receberem auxílio da empregada nas lições do idioma estrangeiro.

— Sim, estudei. Até hoje procuro informações. Tem uma palavra, pesquiso o que significa, como fala — comenta. — As pessoas se assustam, às vezes. "Ah, trabalha em casa de família, não pode saber ler, não pode falar uma palavra em inglês, não pode nada." Tem esse preconceito. Acham que doméstica tem que ser ignorante.

O acesso ao conhecimento a remete à infância. Aos quatro anos seus pais se separaram e ela mudou-se de Goiânia ao lado dos três irmãos: Vanuza, Shirlei e Rogério. Amanda é a caçula. Na ocasião, foram para o município de Curionópolis, no Pará, morar na roça junto ao pai.

— A gente não tinha acesso à escola. Meus irmãos ainda conseguiram estudar um pouco enquanto moravam com minha mãe. Conseguiram fazer até a quarta série. Com nove anos saímos da roça e fomos morar na cidade. A gente teve acesso à escola, mas da "Era Medieval" — qualifica. — Não aprendia nada, sofria com castigos, de se ajoelhar em cima do milho, reguadas na mão, palmatória. A gente ia para a escola para apanhar, não para aprender. Então, tinha trauma de escola.

— Meu sonho era aprender a ler. A pior coisa era olhar para uma placa e não saber o que estava escrito. Com 11 anos, meu avô acabou sequestrando a gente, porque não aguentava ver o sofrimento que a gente vivia. Meu pai me deu uma boa educação, a gente tem caráter. Mas ele não era aquele pai presente. Então, a gente vivia na mão de madrasta e era muito sofrido. Apanhava, não podia comer o que ela comia e ficava

[só] olhando.

O avô levou Amanda e o irmão, Rogério, para a casa da tia das crianças, em Goiânia.

— Ah não, não vai tirar meus filhos daqui, não! — rebateu o pai, com ignorância, quando soube que os filhos iam embora.

— Não, é só um tempo. Eles vão ficar lá um mês e trago eles de volta, só para conhecerem a cidade — insistiu o avô.

— Se você ver a sua mãe do outro lado da rua, você não fala com ela! — o pai ordenou.

— Eu falava assim: "Eu? Se eu ver a minha mãe, vou correr e abraçar" — lembra Amanda.

Na capital goiana, os irmãos começaram a frequentar a escola e o avô avisou que os netos não deixariam o Estado.

— Eles não vão voltar mais. Vão estudar e vão ser gente — afirmou em telefonema ao filho, que estava no Pará.

— Meu pai enlouqueceu, ameaçou meu avô de morte. Com muito sacrifício, meu avô falou: "Vou entregar vocês para a mãe, que é onde vocês têm que ficar". Ele entrou em contato com minha mãe, que veio e resgatou a gente. Ela morava em São Paulo, já.

— Estou com a Amanda e o Rogério aqui. Se você quiser seus filhos, agora é a hora, porque se eles voltarem para lá é escravidão — propôs o avô.

Chegaram em São Paulo no ano de 1997. Ela conseguiu concluir o ensino médio. Já o irmão, com 18 anos, não terminou os estudos e foi mandado pela mãe de volta ao Pará, para viver com o pai. O receio era de que ele se envolvesse com drogas e o pior acontecesse.

As irmãs de Amanda, que ficaram no Norte, se casaram ainda na adolescência, a fim de fugir da realidade dura e dos maus tratos praticados pela madrasta. O tom de voz de Amanda se torna sério e pesaroso ao lembrar de Shirlei, que foi assassinada violentamente. A irmã do meio, Vanuza, é cozinheira e conta que perde diversas oportunidades de concursos públicos porque não tem ensino médio completo.

Já trabalhando em São Paulo, na juventude, Amanda conheceu o primeiro namorado, com quem ficou durante cinco anos e chegou a morar junto. Quando começou como doméstica, deu fim ao relacionamento.

— Sou muito independente. Quando penso que tenho que depender de alguém, eu sofro — diz, com firmeza.

Decidida a continuar estudando fez informática por um ano e meio e frequentou por dois meses um curso de auxiliar administrativo.

— Mas no meio do caminho a gente acaba desistindo. Tinha alguns medos, de não poder me sustentar sozinha, porque eu não dependia de ninguém. Minha mãe não tinha condições de me manter porque era mantida pelo marido. Acabei optando por continuar na casa de família.

Ela e o atual companheiro estudaram juntos na adolescência, na mesma sala de aula. Amanda lembra que era muito focada, o oposto do rapaz, e por isso não tinham uma relação afetuosa. Os dois se reencontraram tempos depois de formados, em uma festa, no ano de 2008. Descobriram, semanas após o reencontro, que moravam na mesma rua e que nunca haviam se esbarrado antes.

— A gente começou a conversar, sair, foi se reencontrando. Hoje falo para ele: "Quem diria! A gente estudou junto, 'saiu na porrada' junto e hoje tem dois filhos" — lembra, com alegria.

O casal tem união estável, não são casados oficialmente. Amanda conta que o casamento é uma vontade do marido, não dela.

— Dá trabalho demais. Não sei se é porque vi meu pai e minha mãe, até hoje, enrolados para se divorciar. Casei para ter família para a vida inteira — afirma.

Durante a entrevista, Amanda faz questão de ressaltar que o trabalho doméstico é um serviço honesto, como qualquer outro. Lembra da época da aprovação da PEC com felicidade.

— A partir de 2015 ficou bem melhor, porque a gente recebe todos os benefícios. Hoje, a gente tem direito a FGTS, como se fosse trabalhar em uma empresa. Antes, o patrão tinha a opção de oferecer isso à gente. Só que, como eles não querem ter gastos, não vão fazer isso. A partir de 2015 eles passaram a pagar.

Com a transição das regras de trabalho, após junho de 2015, lembra das mudanças que afetaram seu serviço: a jornada de trabalho semanal foi estabelecida em 44 horas semanais e a hora de almoço se tornou obrigatória.

— Nada disso eu tinha — compara.

Amanda reconhece que o salário atual é superior, se comparado a outros trabalhos em empresas, por exemplo. Registrada, ganha mensalmente R$ 1.470.

— Trabalho em casa de família por opção. A remuneração também é muito boa. Os benefícios hoje em dia são a mesma coisa de uma empresa. Acho um serviço tranquilo, porque ninguém me enche o saco, mas também eu trabalho para pessoas boas — explica.

O caso de Amanda, infelizmente, é raridade na profissão. A maioria das vagas para domésticas na capital não superam os R$ 1.200 mensais, como afirmado pelas entrevistadas e verificado em anúncios nas redes sociais, como em grupo de domésticas no Facebook.

Perguntada se trocaria de família por um salário maior, não hesita em pontuar as atitudes correspondentes à classe social de outros empregadores.

— Se fosse para trabalhar em um apartamento chique, de rico mesmo, eu não iria. Porque a gente é tratada de forma diferente. Sei, porque tenho amigas que trabalham e são tratadas da pior forma. Você é vista como "a empregada". E não é que a gente não queira ser vista [assim], mas você sente todos os dias na pele o que é ser empregada.

Com o emprego doméstico como primeira e única profissão, Amanda pretende trilhar outros caminhos.

— Tenho vontade de ter outra profissão, sim. A gente tem vários sonhos, né? Tinha o sonho de ser advogada. Hoje em dia penso em ser professora, tenho vontade de fazer pedagogia. Mas com filho, a gente acaba mudando um pouco o foco.

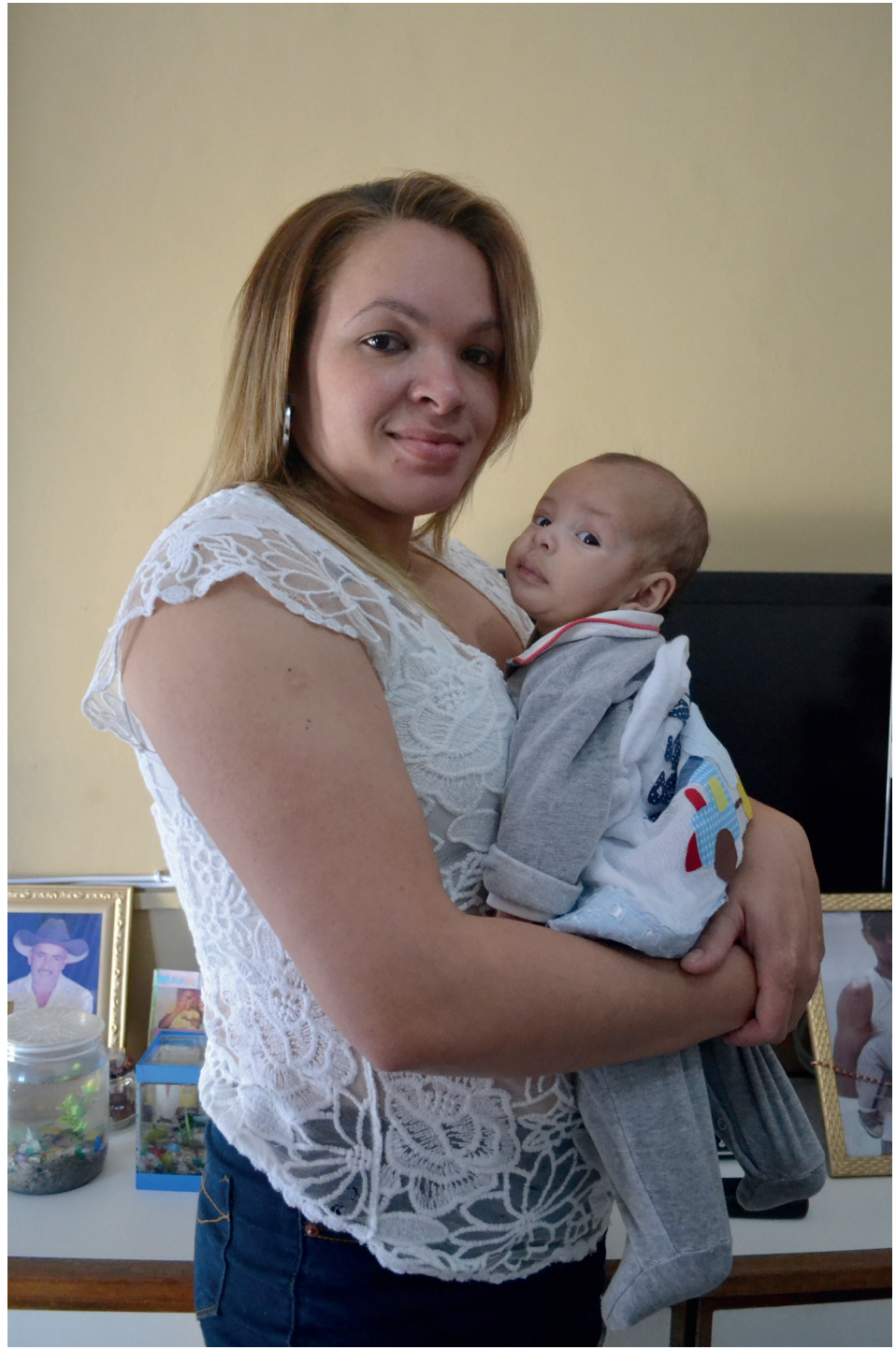

Foto: Érika Motoda

O sonho americano

Alessandra Nista Lima, de 45 anos, trabalha em casas de família há duas décadas. Nos lugares em que passou, quase sempre foi a segunda mãe das crianças e adolescentes que tomava conta. Carrega consigo um pedacinho de cada um: o gosto por séries de televisão e a admiração por estilistas e grifes de luxo.

— Sabe aquela série *Supernatural*? Sou apaixonada! Tem 12 anos que assisto.

Cuidadora de idoso, babá, arrumadeira, cozinheira e "faz tudo" são as funções que já ocupou. Faltam três anos para se aposentar, mas não pretende parar de trabalhar.

— Não consigo ficar dentro de casa — diz, agitada.

A única certeza que Alessandra tem é que quer

conhecer o país do Tio Sam.

— Daqui a três anos quero estar nos Estados Unidos, mesmo que "for" para passear. Adoro aquele lugar! — revela, enquanto solta a fumaça do cigarro que está em sua mão. — Quero ir para San Diego, Manhattan… E vou na 5ª Avenida!

Atualmente registrada como empregada doméstica, ela prefere dizer que é cozinheira e arrumadeira. Onde trabalha faz atividades gerais, como lavar roupa, limpar o piso e os móveis, além de organizar a rotina das crianças. Mas sua principal função é na cozinha.

— A prioridade lá é a comida para as crianças. Minha patroa fala: "Não quero meus filhos com fome".

Daniela*, engenheira, e Roberto*, que trabalha de casa, são casados e têm dois filhos. A rotina de Alessandra na casa é tranquila. Chega às sete da manhã, faz e coloca a mesa do café, acorda o menino para ir para a escola e depois vai fazer o almoço. Duas diaristas vão até a casa durante a semana para fazer as demais tarefas que não é encarregada.

Apesar de ser responsável pela alimentação de todos, nem ela nem as outras funcionárias fazem as refeições na mesa, junto aos patrões.

— Nunca gostei de misturar. Patrão é patrão, a

gente é a gente — manifesta.

Sua relação com os empregadores e as crianças é ótima. Adora trabalhar com a família. De vez em quando debate com o patrão – segundo Alessandra, de forma sadia –, pois ele não gosta que os filhos assistam a séries de televisão como *The Walking Dead*, de zumbis. Além disso, ele é ateu, acredita em OVNIs e tenta convencê-la de que Deus não existe.

— A gente é uma experiência genética. Nós somos implantados aqui na Terra, como em *Matrix*... — tentou expor Roberto em determinada ocasião.

— Pelo amor de Deus, aquele filme é uma porcaria! — opinou Alessandra, que acredita na existência de um criador.

Já com Daniela, nunca teve nenhum tipo de atrito. A patroa é uma das pessoas que mais incentiva Alessandra a estudar inglês, estimulando-a a buscar seu sonho de viajar para os Estados Unidos.

— Fui uma vez chamada para trabalhar lá, de empregada, mas fiquei com medo e não quis ir — lamenta.

Alessandra começou a trabalhar aos 14 anos, em uma firma de serigrafia. Saiu após ficar doente com

o cheiro do clorofórmio. Depois disso só atuou como ajudante de cozinha.

Sabendo cozinhar desde pequena, suas especialidades são cuscuz paulista e feijoada. No quesito doce, seu melhor prato é o tiramisù, doce italiano feito com bolachas, creme de queijo e café.

— Meu patrão fala que meu tiramisù é melhor que o do Fasano — comenta, sobre a sobremesa de um dos restaurantes mais renomados da capital paulista. — E eu falo: "Sei disso, não perco para o Fasano de jeito nenhum".

Ela aprendeu a fazer doces com o tio, Wagner, que era confeiteiro. Uma foto dele fica exibida em um porta-retrato no quarto, um cômodo pequeno, apertado e que recebe a cama de casal, o guarda-roupa e a televisão. Tem um enorme carinho por ele e sente muitas saudades. Wagner já faleceu. Segundo Alessandra, o tio também era a "paixão" de seus quatro irmãos.

— Ele era a pessoa "tudo" da família — define.

O conhecimento adquirido com o tio foi incrementado com um curso de confeitaria que iniciou, mas não terminou. Alessandra gosta tanto de cozinhar que está pensando em começar a vender quitutes em 2018, para complementar a renda. O negócio seria

feito em parceria com a filha, de 17 anos, que também preza pelo preparo de refeições.

— O povo deixa de comprar roupa, mas não deixa de comer. E, vamos combinar: comer é muito bom! — dá risada.

Além da garota, ela possui um filho de 28 anos, já casado e que mora no interior com uma filhinha de três anos, a única neta de Alessandra. Os dois são frutos de um casamento que não deu certo devido à traição do ex-marido. Como a filha só estuda, Alessandra é a única fonte de renda da casa.

Ela vive com a filha e o cachorro, Nog, em uma edícula nos fundos do terreno de uma casa térrea. A residência fica no bairro onde nasceu e cresceu: Jardim Elvira, em Osasco, na região metropolitana de São Paulo. O local é alugado e ela não vê a hora de se mudar para o apartamento próprio, o qual já deu entrada.

Em março de 2015, quando foi contratada por Daniela e Roberto, a PEC ainda estava tramitando em Brasília. Alessandra não revela quanto ganha atualmente, mas diz receber mais do que naquela época, devido aos ajustes que a lei ocasionou.

— Minha patroa paga tudo: PIS, Fundo de Garantia, seguro-desemprego. Antigamente, você caía e a patroa já te mandava embora e não queria saber, né. Quando eu saía das casas das pessoas, recebia o salário do mês e tinha algumas patroas que davam algum dinheiro a mais, outras não — relata, sobre as experiências profissionais anteriores.

Daniela faz tudo dentro da legalidade. Por exemplo, quando Alessandra precisa trabalhar mais do que o previsto, há duas opções: receber como banco de horas ou dinheiro extra. A cozinheira prefere a primeira alternativa, pois às vezes tem necessidade de um tempo livre para resolver questões pessoais.

As duas possibilidades que a patroa oferece são permitidas pela PEC. A nova lei regularizou a jornada máxima semanal dos trabalhadores domésticos, que é de 44 horas. O tempo extra diário não pode exceder duas horas. Além disso, a hora extra é mais cara: possui adicional de 50% da hora comum.

O banco de horas também é autorizado, desde que as primeiras 40 horas extras do funcionário, que não tiverem sido compensadas dentro do mesmo mês, tenham sido pagas. A partir disso, o banco de horas poderá ser computado e dura, no máximo, 12 meses.

O serviço na casa de Daniela e Roberto foi o primeiro registro na carteira de trabalho de Alessandra como empregada doméstica. Mesmo com 20 anos de profissão, nunca havia sido registrada. Começou a trabalhar na área como cuidadora de uma idosa que tinha Alzheimer. Anteriormente era ajudante de cozinha, mas decidiu trocar de emprego porque o salário oferecido era melhor.

Ficou na ocupação durante oito anos, até a senhora falecer.

— O ruim é que acabei me apegando à senhorinha. Senti muita falta quando ela faleceu, foi estranho. Um dia ela foi para o médico e ele disse que não tinha mais o que fazer, que era só esperar a hora.

Depois da morte da idosa, Alessandra entrou em contato com uma moça do mesmo condomínio em que trabalhava e foi contratada pela nova patroa, Eliza*. Lá, era babá de uma menininha de três anos e organizava todos os armários da residência. Para ser arrumadeira fez um curso gratuito de *personal organizer*, que não emitia certificado. O emprego durou cerca de dois anos.

A patroa seguinte foi Lorena*, que vendia bolsas falsificadas de grifes famosas. Quando trabalhava de "faz tudo" para ela, Alessandra chegou a machucar o

pé ao cair de um ônibus. Foi a única vez que precisou ficar afastada do serviço. O distanciamento durou um mês e foi feito de acordo com normas do INSS. Mesmo trabalhando sem registro na carteira, ela sempre contribuiu com o INSS.

Lorena se separou do marido e não tinha mais condições de bancar o salário de Alessandra sozinha, tendo que dispensá-la. As duas mantêm contato até hoje e vivem ao telefone para trocar confidências.

Uma vez, Alessandra visitou um bazar que Lorena estava promovendo e encontrou com Ivone*, uma senhora que tinha uma péssima reputação como patroa.

— Ah, estou precisando de uma empregada — comentou Ivone.

— Para quê, dona Ivone, para dormir? — perguntou Alessandra.

— Por quê?

— Porque agora, além do salário, tem que pagar adicional noturno. A senhora tem dinheiro para isso?

— Né... Mas agora tem isso? Vou dar um curso para as empregadas aprenderem a ser empregadas — falou Ivone.

— A senhora aproveita e dá um curso para as patroas começarem a ser patroas. Porque a fama da

senhora não é boa, que deixa apenas sardinha, salsicha e miojo para as empregadas comerem e elas só podem beber água da torneira.

— Ai, não é assim... — a mulher tentou se defender.

— É assim, sim! — encerrou Alessandra, que tem personalidade forte desde criança e rebate quando é contrariada.

Após sair da casa de Lorena foi trabalhar para a família de Murilo*, onde fazia de tudo e cuidava de um menino. Como o garoto não podia assistir séries de televisão sozinho, Alessandra começou a acompanhá-lo e foi assim que surgiu o interesse por *Supernatural* e produções da cultura pop.

O trabalho durou aproximadamente três anos e meio, até que Murilo decidiu se mudar para Los Angeles, nos Estados Unidos. Foi ele quem fez o convite para que ela fosse junto, mas, apreensiva, recusou.

— Eles eram pessoas muito educadas, boas de coração. Sabiam conversar, como tratar todo mundo. A gente, que é empregada, fala assim: "A gente sabe quem nasceu rico e quem se tornou rico. Quem nasceu rico te trata bem, tem educação, sabe falar com você, sabe te pedir as coisas. Agora, quem nasceu pobre e

virou rico é uma tristeza. Parece que eles gostam de pisar em quem não é rico porque eles têm dinheiro".

O contato com a família do antigo patrão segue ativo. Se retornassem ao Brasil, ela aceitaria voltar a trabalhar com eles. Às vezes, o garoto que ela cuidava telefona.

— Assiste *The Walking Dead* — recomendou o rapaz uma vez.

— Não gosto de zumbis — declarou Alessandra.

— Então assiste *Vikings*!

— Tá bom, *Vikings* vou assistir — ela concordou.

Quando saiu da casa de Murilo, a PEC ainda não existia, mas ele lhe deu um dinheiro extra e ainda ficou à disposição para enviar carta de referência caso precisasse.

Em seguida, Alessandra foi trabalhar como arrumadeira para Tânia*, dona de uma mansão em Alphaville, bairro nobre no município de Barueri, na região metropolitana de São Paulo. Na residência havia outras cinco funcionárias.

— Pagava muito bem, o salário era bom, mas ela era muito desorganizada. E tinha mania de não saber onde havia deixado as coisas e acusava as funcionárias — fala, sobre Tânia.

Certo dia, a patroa perdeu um relógio e ficou

enfurecida.

— Vou chamar a polícia para achar o relógio — a mulher comunicou às empregadas.

— Então chama! Agora quero que a senhora chame a polícia, porque para acusar tem que ter prova — respondeu Alessandra.

A discussão não chegou às autoridades e, dois dias depois, a filha de Tânia encontrou o item no *console* do carro da mãe. Devido à situação, Alessandra decidiu que deixaria o emprego.

— A partir de amanhã não venho mais — avisou em uma sexta-feira.

— Ah, essas pessoas quando estão passando fome vêm pedir emprego para a gente — ironizou Tânia.

— Deus ajude que a senhora nunca passe fome — desejou. — A senhora tem que aprender o que é ser patroa!

Fora a situação do relógio, Tânia também chegou a falar mal das roupas que Alessandra usava e não lhe pagou tudo o que devia.

— Não falo que ela é louca, porque louco para mim é quem rasga dinheiro. Sabe aquele tipo de pessoa que se dá bem na vida e quer pisar nos outros? Ela achava que "pago bem e faço o que quero" — define Alessandra. —

Tive que acionar a justiça para poder receber.

Alessandra foi a primeira a processar a mulher e, depois, as outras cinco funcionárias seguiram o exemplo.

— Imagina uma mansão com seis suítes, três de hóspedes, sala de estar, sala de jantar, sala de lareira, copa, cozinha, lavanderia, piscina, sauna, churrasqueira e duas salas de *home*, sendo faxinadas todos os dias. A gente não tirava a hora do almoço para poder dar tempo — revela.

O caso foi apoiado pelo Sindoméstica (Sindicato das Empregadas e Trabalhadores Domésticos da Grande São Paulo), que disponibilizou um advogado. A ocorrência chegou ao juizado de pequenas causas e foi solucionada em seis meses.

— A gente só paga o custo do xerox — explica.

De acordo com Alessandra, Tânia tentou se defender alegando que as moças não "trabalhavam ou faziam nada direito e que as coisas dela não ficavam no lugar".

Mas isso não foi o suficiente. A mulher foi obrigada a pagar indenização para todas, mas, segundo Alessandra, Tânia não aprendeu a lição e nenhuma funcionária continua trabalhando lá por muito tempo.

— Em Alphaville, todo mundo se conhece. Todas

as empregadas se conhecem, aí comentam sobre as patroas — diz, sobre como ficou sabendo da fofoca.

Desde o processo, ela acompanha as atividades do Sindoméstica. Caso a Reforma Trabalhista tire a obrigatoriedade da contribuição com o sindicato, pretende continuar pagando os R$ 103 mensais destinados à entidade, equivalentes a uma contribuição associativa.

— Quando precisei, me ajudou muito — justifica.

Além de saber novidades sobre sua categoria profissional, gosta de se manter informada sobre as coisas que acontecem no Brasil.

— Sou viciada naquela revista *Veja*. Na minha patroa [Daniela] chega toda segunda-feira. Leio primeiro que eles. Leio *Época*, leio tudo.

Comenta que não tem muita esperança e afirma que o país está uma "pouca vergonha".

— Ou eles dão um jeito naquela bagunça lá ou eles vão intervir — refere-se aos militares. — Passou de todos os limites! Minha mãe, meus tios falam que na época do militarismo era ruim para quem tinha preguiça de trabalhar e para quem fazia coisa errada. Falam que não faltava serviço.

Alessandra nunca teve vergonha de dizer que

trabalha em casas de família ou pensou em tentar outra profissão.

— Com os anos fui aprendendo. Uma vez fui numa entrevista na casa de uma mulher que só faltou perguntar meu tipo sanguíneo e a cor da minha calcinha — relata. — Ela disse que eu estava com uma blusa e uma bolsa cara. "A bolsa foi minha ex-patroa que me deu, meu bem", expliquei para a mulher.

Já teve que lidar com situações de preconceito, mas como tem personalidade forte, não se abala e não guarda ressentimentos. Quando a ex-patroa Eliza ia se casar, a noiva reservou um horário no salão de beleza para Alessandra e outras funcionárias se arrumarem. O grupo estava sentado, fazendo as unhas, quando uma mulher desconhecida entrou e disse:

— Ai gente, não vai dar para fazer a unha, não. Só tem empregada aqui hoje.

— O dinheiro da gente é igual ao seu — retrucou uma das funcionárias.

— Então você faça o favor de ir embora! — completou Alessandra.

Na festa de casamento, Eliza também separou uma mesa especial para as funcionárias e todas se divertiram muito.

Para Alessandra, situações como a do salão de beleza apontam que muita gente ainda precisa aprender a ter respeito.

— Meu Deus do céu. O mundo está "batendo" todo dia e não aprende — se indigna. — Uma coisa muito chata, que todo patrão deveria aprender, é que bom dia não dói, por favor, dá licença…. E ser honesto. Têm muitos patrões que acham que a empregada só pode comer o que sobrou e o que der.

Alessandra acredita que a PEC foi boa para a categoria de domésticos, pois, além de tornar obrigatório o registro em carteira, os funcionários pararam de ter medo dos empregadores.

— Melhorou mais ainda porque as patroas aprenderam.

No entanto, casos de abuso de trabalho e escravidão moderna ainda são registrados. No primeiro semestre de 2017 foram noticiadas denúncias de que algumas famílias paulistanas traziam mulheres das Filipinas para trabalharem como empregadas e babás, sem regularização perante a lei. Elas viviam em situação insalubre, não tinham descanso e sobreviviam com péssima alimentação. Alessandra acompanhou os casos pela mídia e ficou chocada com as notícias.

— Queria que saísse uma lei avisando as patroas que, se maltratar, vai dar cadeia — expressa.

Em 1913, o norte-americano James Truslow Adams descreveu em seu livro, *The Epic of America* (O Épico da América, em tradução livre), o que era o Sonho Americano. Assim como Alessandra acredita, é sobre "uma terra na qual a vida deveria ser melhor, mais rica e completa para todos, com oportunidade para cada um de acordo com sua habilidade ou realização".

Foto: Érika Motoda

Simplesmente faxineira

— Meu nome é Roseneide Dantas, tenho 49 anos. Hoje sou diarista.

É assim que a paraibana, moradora do bairro Parque Fongaro, na zona sul de São Paulo, se apresenta. Com olhar firme e fala ritmada, faz grandes pausas entre uma frase e outra. Gosta de enfatizar as palavras e mostrar certeza durante os relatos.

Roseneide trabalha semanalmente para oito famílias. As diárias são divididas entre casas e apartamentos localizados em São Caetano, Santo André e na zona sul de São Paulo, nos bairros Conceição e Vila Mariana.

— Tem bastante! — comenta, dando risada. — Trabalho na dona Verônica* segunda e sexta. Terça-feira na Juliana*, quarta-feira na Maria Eduarda*, quinta-feira na Gabriela*. Na outra semana tem pessoas diferentes: o Robson* e a Brenda*. De 15 em 15 [dias], no sábado, trabalho na Vânia e, no mesmo sábado, no senhor Afonso* e no João*.

— Acredito que dei sorte. Todos os lugares onde trabalho são fáceis. Não é aquele trabalho pesado que você se mata para fazer as coisas. Já peguei uma casa assim. Era muito ruim, porque era muito suja, muito suja mesmo. De você ficar de sete até dez [da manhã] para limpar a cozinha. Três horas em uma cozinha!

O preço cobrado varia dependendo do tamanho da residência, da periodicidade a qual é chamada e do contratante.

— [Fica] em torno de R$ 140, R$ 150. Na dona Verônica, que trabalho dois dias por semana, ela me paga R$ 170 o dia. É uma cobertura, que eu só organizo e passo roupa. Dá um salário de R$ 1.530 por mês, no que tem nove dias trabalhados. No mês que tem oito dias trabalhados, ela também me paga R$ 1.530.

— Gosto de trabalhar onde as pessoas te tratam

pelo que você é, pela sua responsabilidade. Graças a Deus, as pessoas me valorizam como pessoa, como Roseneide.

Somando as diárias que a trabalhadora realiza no mês, sua renda mensal alcança aproximadamente R$ 4.500, sem descontos. Roseneide afirma que não trocaria os trabalhos atuais por um emprego fixo, em casa de família, caso o salário fosse inferior ao que ganha.

Tem certeza que se optasse por um trabalho registrado ganharia muito menos do que recebe. Os três filhos, Andyson, de 30 anos, Andressa, 25, e Andryellyson, 23, a apoiam na decisão.

— Eles sabem que sempre fui uma pessoa determinada. Falo muito que, dos meus filhos, ninguém puxou a mim, à coragem para enfrentar qualquer situação.

Valentia que a acompanha desde o dia 18 de fevereiro de 1968.

— Nasci no Sítio Pedro, num sábado chuvoso... — narra, dando risada. — Me falaram, né?

A propriedade fica no município de Picuí, interior da Paraíba, a 226 quilômetros da capital João Pessoa. Aos sete anos, acompanhada dos cinco irmãos, Roseneide começou a trabalhar ajudando o pai na roça.

Apanhava algodão, feijão e pastoreava as aves, para que não comessem a plantação de arroz.

— Lembro que a gente levava as panelinhas de barro, que a gente mesmo fabricava, botava umas batatas no meio do mato e cozinhava, enquanto estava pastoreando o gado. Para o lanche, a gente levava farinha com rapadura, quando tinha — fala. — Você trabalha para dar tudo para os seus filhos, que crescem, crescem e depois não valorizam o que têm. Quanto que eu queria, quando era pequena, ter uma mesa bem arrumada, um sofá legal para sentar, uma TV para assistir. Uma luz... Não tinha. Era lamparina.

Antes de começar como diarista trabalhou em diversas funções. A primeira experiência em casa de família foi como governanta em um triplex de luxo, em Goiânia (GO), onde ficou durante três anos e seis meses. Na residência havia outros cinco funcionários.

— Tinha babá, cozinheira, passadeira, jardineiro — conta.

Na época, seu esposo, Antonio, era zelador de um condomínio e foi procurado por uma família paulista, que havia chegado à capital goianiense. Denise* comentou com Antonio que precisava de uma babá.

— Minha mulher! — ele exclamou.

— Cadê sua mulher? — ela perguntou.

— Está no hospital.

— Fazendo?

— Foi ganhar neném. Mas ela quer trabalhar — salientou.

No dia seguinte, quando Roseneide teria alta, Denise acompanhou Antonio até o hospital. A futura patroa providenciou todo o enxoval para a recém-nascida, Andressa.

— Parecia que já me conhecia. O porta-malas do carro estava lotado de coisas de bebê — conta Roseneide.

Após dois meses do parto, em fevereiro de 1992, ela começou a trabalhar com Denise e o marido, Edson*. O casal tinha dois filhos, de quatro e seis anos, que eram apegados a Roseneide.

— Eu fazia tudo o que eles queriam. Me chamavam de "tia Rose".

Os patrões gerenciavam uma rede nacional de supermercados. Por serem da alta sociedade, recebiam muitos convidados considerados importantes.

— Vinha a mulher do prefeito, do governador. Então, eu organizava. Ela [Denise] me ensinava várias

coisas e aprendi fácil. Com o tempo, como gostava de fazer várias coisas, fiquei com a jardinagem, limpar a piscina, e ela aumentou meu salário — diz, sem lembrar ao certo quanto ganhava em cruzeiros, mas acredita que o valor chegava a quase quatro salários mínimos da época.

No período em que trabalhava para Denise, Roseneide pagava uma moça, Jéssica*, para cuidar de seus filhos. Ela era do interior de Goiás e foi morar com eles para tomar conta das crianças.

Certo dia, Roseneide teve uma intuição e pediu à patroa que a deixasse sair mais cedo do trabalho. Precisava ir até a própria casa.

— Denise, estou sentindo alguma coisa estranha — falou, angustiada.

— Então vai — liberou a mulher.

Chegou em casa por volta das onze da manhã. Jéssica estava com a pequena Andressa e segurava uma mala cheia de itens pessoais.

— "Passa" cinco minutos e chegou um táxi. Ela ia levar minha filha embora — conta. — Ia chamar a polícia, mas, naquele tempo, como o pessoal pediu bastante, a menina foi embora, porque tinha 19 anos.

Com o ocorrido, Roseneide comunicou Denise

que deixaria o emprego, porque não confiava em mais ninguém para cuidar de seus filhos. A patroa, contudo, não aceitou a decisão e permitiu que ela levasse Andressa para o serviço.

— Mas, como eu vou trabalhar? — indagou Roseneide.

— Mas eu quero você — estabeleceu a patroa.

Denise comprou um chiqueirinho de bebê para que Andressa pudesse ficar acomodada enquanto a mãe trabalhava. Além disso, matriculou Andyson na mesma escola em que seu filho estudava, arcando com os custos.

— Só fiquei pela confiança — explica Roseneide.

Ela lembra até hoje da boa relação com os patrões, que a ajudavam em tudo o que precisava. Os olhos chegam a brilhar, tamanha a satisfação com o período vivido na casa de Denise. A paraibana era a única empregada que não precisava usar uniforme. Inclusive, chegou a dormir algumas vezes no trabalho.

— Eles não confiavam muito na babá. Ela pedia para que eu fosse ficar com a babá até eles voltarem, quatro ou cinco horas da manhã. Ela me levava em casa e no outro dia eu não precisava trabalhar — relata.

Durante o tempo trabalhado no apartamento, percebia grande rotatividade de funcionários,

principalmente entre as cozinheiras e passadeiras. Roseneide costumava perguntar a Denise o porquê, mas não ganhava explicações.

Certo dia, Denise receberia a esposa do governador do Estado como convidada e anunciou:

— Hoje vou dar a resposta que você tanto queria — disse, chamando a governanta para a suíte presidencial e ligando a televisão.

Denise tinha o costume de deixar joias espalhadas pela casa e uma das funções das empregadas era guardá-las. As demissões constantes que Roseneide tanto questionava ocorriam devido a furtos.

— Ninguém sabia. O apartamento inteiro era monitorado. Você abria a porta da área de serviço, te filmavam. Só que era muito escondido, ninguém via.

Os patrões tomaram a medida devido à desconfiança com os funcionários, após o sumiço dos pertences.

— Ela [Denise] não sabia nem o que tinha — destaca Roseneide.

De vez em quando, a patroa repassava presentes que ganhava para os empregados.

— O pessoal saía de sacolas — diz Roseneide.

Além de uma boa relação com os empregadores, a paraibana não tinha nenhum problema em consumir

o mesmo que os patrões.

— Lá, o que comessem no almoço, nada serviria na janta. Aquilo ia para o lixo. Era uma coisa que me incomodava.

Certo dia, questionou a patroa:

— Denise, mas tudo isso vai para o lixo?

— Vai — a mulher respondeu. — Rose, você quer levar tudo o que sobra? Para você dar para alguém, para deixar em casa e não fazer janta? — sugeriu.

— Quero!

Rapidamente, Denise providenciou embalagens para que a governanta pudesse levar as refeições que sobravam.

— Chegava o final de semana e ela fazia um monte de coisa. Pegava o que estava no freezer, da geladeira… — lembra. — A partir do momento que fui trabalhar com ela, não sabia o que era comprar roupa para os meus filhos. Mercado, raramente ia, porque levava tudo de lá.

Apesar de consumir os mesmos alimentos, nunca sentou à mesa para comer com os patrões.

— Eu tinha vergonha, né. Eles eram muito educados, pessoas muito finas — descreve o casal. — A gente almoçava na outra cozinha.

Roseneide sempre teve contato maior com a patroa. Segundo ela, Edson era detalhista.

— Gostava das coisas certas, tinha horário para tudo. Não deixava nada jogado, era muito organizado. Por exemplo, as camisas dele: a passadeira passava e eu pegava e colocava no closet. As camisas não poderiam estar amassadas, tinham que ser separadas. Ele era bem enjoado, mas muito gente boa. Ele sempre foi uma pessoa muito rica, filho único. Quando ele conheceu a Denise era viúvo. A Denise era muito pobre, gaúcha. Se tornou modelo e conheceu ele.

A paraibana trabalhou com a família até dezembro de 1994, quando os patrões se mudaram para Boston, nos Estados Unidos. Inclusive, eles a convidaram para ir também. Gostaria de ter ido, mas não conseguiu.

— Ela [Denise] era uma pessoa muito boa. Meu marido não quis — justifica.

Roseneide conheceu Antonio aos 19 anos, quando ainda vivia em Picuí. Ele, oito anos mais velho, tinha acabado de chegar de Porto Alegre.

— Roseneide, meu irmão chegou! Vamos conhecer ele? — disse a atual cunhada, na época, apenas amiga.

— Quem é ele? — quis saber.

— Ele está vindo ali. Roseneide, namora com ele!

— Eu? Namorar esse bicho velho, feio? — respondeu.

Na época, Antonio namorava com outra menina, Janaina*. Mesmo nestas condições, Roseneide decidiu se relacionar com ele. Apaixonou-se e engravidou rapidamente.

— Vou embora para São Paulo, morar com meu irmão. Você casa com ela — propôs Roseneide a Antonio.

— Não, gosto de você! Você não sabe, a Janaina está grávida também — ele respondeu.

Logo em seguida, Antonio viajou para São Paulo, sem sucesso profissional, e seguiu para Brasília. O rapaz convenceu Roseneide a deixar sua terra natal, para que, juntos, pudessem iniciar uma vida na capital brasileira.

— Você vem mesmo? — ele indagou por telefone.

— Eu vou! Já está tudo pronto — garantiu Roseneide.

— Você tem dinheiro para a passagem?

— Tenho — ela afirmou.

Roseneide comprou o bilhete do ônibus sem que os parentes soubessem. Antes de partir, escreveu uma

carta para Antonio, confirmando a ida e acertando os detalhes da viagem. Porém, a correspondência estava com o endereço errado e acabou retornando para a casa de Picuí.

Quando ela estava na rodoviária de Campina Grande, ainda na Paraíba, a família recebeu a carta e descobriu sua fuga.

Roseneide estava viajando na companhia da irmã. O pai convenceu a menina a voltar para casa, com o pretexto de que a mãe estava muito doente. Com isso, ela e Roseneide retornaram ao município. Ao chegarem na residência encontraram todos os familiares reunidos.

— Que negócio é esse que você está indo para Brasília? — inquiriu o pai.

— Vou e a passagem está aqui no meu bolso! — rebateu Roseneide, batendo na perna, demonstrando onde guardava o bilhete de embarque.

Nervoso, o pai foi em direção à filha, para resolver a situação à "moda antiga". Um dos irmãos interveio:

— Não pai, não faz isso. Deixa ela ir. Se não der certo, levo ela para São Paulo — afirmou o rapaz.

Depois da confusão e de volta à rodoviária de Campina Grande, Roseneide encontrou Janaina.

— Você lembra que te falei que quem ri por último ri melhor? — deu risada. — Estou indo atrás de Antonio. Você está grávida. Também estou! — anunciou.

A paraibana chegou no Distrito Federal em janeiro de 1987. O primogênito, Andyson, nasceu em julho daquele ano.

Com a ida de Denise e Edson para os Estados Unidos, Roseneide foi morar em João Pessoa, retornando à Paraíba, agora com família formada. Mal se estabeleceram, já deixaram o local.

— No Nordeste é totalmente diferente, o custo de vida. Não tem emprego.

Antonio, então, os levou para Porto Alegre. Porém, só permaneceram lá por seis meses.

— Era muito frio, muito gelado. Os meninos ficaram todos doentes.

A peregrinação continuou até São Paulo, cidade que escolheram como próximo destino.

— Deus é muito bom. Você pegar seu marido, seus filhos, num carro, com uns pratos, panelas, pouca coisa, e chegar em uma cidade grande. Cheguei aqui em

São Paulo duas horas da tarde. Quatro horas da tarde eu já tinha um lugar para ficar. Hoje não acontece mais isso — avalia. — Aqui só tinha meu irmão, mas em 1995 não tinha a facilidade que tem hoje. Telefone, não tinha. Era tudo mais difícil. Não tinha como se comunicar com ele.

Na capital paulista, encontraram uma casa com quarto e cozinha para alugar.

— Recomeçar é muito difícil.

Em 1999, se mudaram novamente para Goiânia.

— Pagamos uma mudança sem ter lugar para morar lá. A gente voltou para o mesmo lugar onde moramos em 1991. Por incrível que pareça tinham dois quartos, sala e cozinha desocupados. A gente foi e alugou.

Roseneide confessa que sempre gostou de fazer uma fezinha em jogos de sorte. Em um sábado, 15 dias depois que a família havia chegado à Goiânia, ela foi até uma casa-lotérica.

— Você não quer levar um Poupa Ganha? — ofereceu a funcionária.

— Mas como é isso? — perguntou Roseneide.

— É sorteio pela televisão.

— Dá uma para mim — pediu, convencida.

A paraibana voltou para casa com a aposta e guardou o bilhete no porta-luvas do carro.

Seu marido comercializava automóveis usados. No domingo, após a compra da aposta, foram à feira tentar vender um dos veículos. Retornando para casa, uma vizinha informou:

— Olha, veio um pessoal de táxi procurar você.

— Foi? Procurando quem? — espantou-se Roseneide.

— Roseneide Dantas dos Santos — informou. — Falaram que voltam amanhã.

Na segunda-feira, por volta das oito da manhã, dois rapazes retornaram.

— Pronto, moço — disse, ao atender a porta.

— A senhora que é Roseneide Dantas dos Santos?

— Sim.

— A senhora comprou o Poupa Ganha?

— Comprei.

— Mas você não conferiu?

— Não.

— Dona Roseneide, a senhora ganhou um bom prêmio.

— Ah, dá para comprar uma bicicleta? — intrometeu-se o marido.

— Vocês moram de aluguel? — quis saber um dos rapazes.

— "Mora".

— Dá para comprar uma casa dessa. Você ganhou três carros zero quilômetro.

A notícia veio no dia 29 de julho de 1999.

— Só acreditei quando ele trouxe o jornal — lembra Roseneide.

Na entrega da premiação, em setembro, um carro de som anunciou a ganhadora, com direito a churrasco e bebidas para os vizinhos da rua.

A família decidiu vender dois carros e comprar uma casa, mas isso não foi suficiente para permanecerem na cidade. Em janeiro de 2001 deixaram tudo e retornaram a São Paulo definitivamente.

— Para quem tem coragem de trabalhar, você pode conquistar algo. Tem mais facilidade, basta você correr atrás — opina.

Assim que chegou à capital paulista, os filhos de Roseneide fizeram amizade com os donos de uma pizzaria no bairro em que a família mora até hoje. Logo a mãe foi convidada a trabalhar no local, sendo responsável pelo estabelecimento, trabalhando no atendimento. Uma cliente do restaurante informou que

o condomínio onde morava precisava de um zelador e indicou Roseneide para a vaga.

Após cinco meses trabalhando na pizzaria, Roseneide deixou a função e foi contratada no prédio, em São Caetano do Sul, cidade do ABC Paulista. Foi zeladora no local por 11 anos.

— [Saí] porque o condomínio estava no vermelho. Era a melhor saída. O que eles pagavam para mim deu para fazer algumas melhorias no condomínio — comenta.

No início, ganhava R$ 438 de salário. Durante os anos trabalhados, sempre teve boas relações com os residentes do edifício.

— Enfrentava muito as pessoas. Queria fazer o certo. Só um morador que nunca gostou de mim, porque um dia fui defender o filho dele. Ele tem um filho "deficiente", que não sabe de nada, e pediu para eu olhar o filho dele. Quando voltou, foi chamar o filho de bandido. Foi quando ele falou: "O filho é meu, eu faço o que eu quiser". Mas de resto, me dei bem com todo mundo.

A paraibana deixou o cargo em 2013. Como sempre vendeu as férias enquanto era zeladora e ficou sem descanso, deu uma pausa de cinco meses antes de voltar à ativa.

Ao retornar para o mercado de trabalho, trabalhou como operadora de acesso na portaria de outro condomínio, no bairro Fundação, também em São Caetano. Sua escala de serviço era de 12 por 36 horas.

— Falei: "Não, meu salário é muito pouco" — diz, sobre o valor de R$ 1.500 que recebia. — A empresa não valoriza o bom funcionário. O bom funcionário é aquele que chega na hora certa, antes, 10, 20, 30 minutos. Não é aquele que tem pressa para ir embora. Quantas e quantas vezes, meu horário de seis da manhã às seis da noite, [acontecia de] chegar sete da noite e outro funcionário não vir cobrir. E a empresa vir trazer outra pessoa dez horas da noite.

Em julho de 2016, decidiu deixar o posto para se dedicar apenas às diárias.

— Fui trabalhar com faxina. Ganhava mais na diária do que no próprio condomínio.

Comparando sua autonomia a amigas que trabalham como domésticas, com registro em carteira, Roseneide aponta que ganham pouco e trabalham muito.

— Conheço uma menina que trabalha de segunda a sexta, num apartamento de 600 metros [quadrados]. Ela ganha R$ 1.500 para fazer tudo. É muita responsabilidade, muito trabalho e pouco dinheiro.

Desde que se tornou diarista, contribui de forma independente com o INSS.

— Devo ter uns 17, 18 anos de contribuição. Além de pagar INSS, pago seguro de acidente. Acho que você tem que pensar no amanhã. Vai que você cai… Você tem que trabalhar como autônoma, mas tem que ter algo para te segurar lá na frente — reflete. — A maioria que trabalha como diarista não paga o INSS. Ganha pouco, às vezes falta informação, às vezes não quer tirar R$ 100 por mês. "Ah, mas o meu dinheiro não dá." Dá, sabe porque dá? Porque dá para ir no shopping e comprar uma roupa de R$ 200. Tira R$ 100, põe lá! Conheço muita gente que não paga INSS — evidencia.

A rotina como diarista se assemelha à antiga jornada como governanta. Roseneide não costuma fazer horário de almoço e leva lanches para o serviço.

— Não gosto muito de comer, não. Gosto de levar frutas, barrinhas, chocolate. Já estou acostumada. Na dona Verônica, que trabalho de segunda e sexta, ela não cozinha, faz dieta, mas muitas vezes me chama para almoçar. Aí, paro e almoço com ela. Se você come arroz, feijão, carne, você fica muito pesada para trabalhar — afirma. — Não gosto de abrir a geladeira de ninguém.

Uma das casas onde Roseneide trabalha como diarista é a de Robson, filho da ex-síndica do prédio no qual era zeladora.

— É como se eu fosse uma pessoa de casa. É muito bom trabalhar em um lugar onde te tratam como pessoa, além de dar valor ao seu trabalho — desabafa. — Todas as pessoas [para] quem eu trabalho são amigos. No Seu Afonso, no sábado, almoço com ele. Ele pega uma marmita para mim, porque também não cozinha, mas não gosto muito, não. Ele ficou viúvo e a gente fica conversando muito. Mais converso com ele do que faço faxina — revela, aos risos.

Roseneide também trabalha na casa da filha de Afonso, Juliana, em Santo André.

— Ele vai me levar e vai me buscar. No começo, a filha dele não gostou muito, não. Falei para ela: "Olha, ele tem 84 anos, dirige, é independente. Você tem que deixar enquanto ele é independente". Quando chego lá, tem refrigerante, um monte de coisas para eu levar. Ele é muito gente boa — comenta, sobre Afonso.

Perguntada se já enfrentou alguma situação desagradável trabalhando em casas de família, responde dando risadas.

— Ainda não! — garante, mas consciente de que

isso pode acontecer.

A paraibana afirma que é feliz atuando como diarista.

— Quero trabalhar bastante! — declara. — A idade vai chegando, você vai cansando um pouco. Eu ainda tenho disposição para uns cinco anos, mais ou menos — fala, aos risos. — Você não só trabalha [como] diarista na casa das pessoas. Você trabalha mais em casa.

Responsável por todos os afazeres domésticos de sua moradia, Roseneide não conta com o auxílio dos filhos e nem do marido.

— Só tenho ajuda de Deus. Tenho uma filha de 25 anos. Ela ficou desempregada por três meses. Em casa, não lavava uma xícara. Não é fácil, não.

Mesmo com a jornada dupla, não pensa em se aposentar logo. Ainda quer juntar dinheiro para comprar a casa própria. Entre todas as mudanças e lugares por onde passou no Brasil, chegou a comprar um imóvel no Rio Grande do Norte. A formação dos filhos a impediu de sair de São Paulo.

— Comprei uma casa em Natal, em 2013, dos meus sonhos. "Vou para lá porque vai ser melhor, não vou pagar aluguel". Mas esqueci dos meus filhos. Vou

para lá e deixar eles aqui? Desisti.

Por enquanto, segue peregrinando pelas ruas de São Paulo e da região do ABC. De vez em quando, cruza com outros profissionais que também são servidores domésticos.

A paraibana garante que quem trabalha na casa dos outros é facilmente reconhecido na rua.

— Você vê que aquela senhora tem mais de 65 anos e que está vindo do trabalho, que é diarista. Você conhece a pessoa que trabalha de faxina e que trabalha no escritório. Você conhece. Apesar que tem muitas que vão fazer faxina num luxo só… — compara.

Roseneide nunca sentiu vergonha de seu ofício e concorda que a profissão de doméstica é extremamente desvalorizada no país.

— Você é simplesmente uma faxineira.

Foto: Érika Motoda

Empregada ascensorista

Quando era mais nova, Teresinha Aparecida dos Santos Costa – ou Teresa Manain, como se apresenta –, tinha vergonha de dizer para os parentes e colegas que trabalhava em casas de família.

— Falava que era ascensorista de elevador de banco. Ia arrumada, de salto, bem maquiada, amarrava o cabelo. Nunca fui trabalhar de "maloqueira", empregada — conta.

Os brincos de pérola e as unhas da mão pintadas de vermelho evidenciam que Teresa, aos 47 anos, ainda é uma mulher vaidosa. Vestindo uma camisa listrada, bermuda e chinelos, concedeu a entrevista em sua casa, na cidade de Diadema, numa quarta-feira

de primavera, que registrou a temperatura máxima de 31 graus.

— Eu acreditava que trabalhava em banco! — afirma.

Até há pouco tempo, o serviço de fachada era motivo de chacota na família. "Lá vem a empregada que fala que é ascensorista", comentavam os familiares quando a encontravam.

Teresa nunca foi contratada por um banco ou atuou como ascensorista. Trabalha há mais de 30 anos e a maior parte da vida profissional foi como diarista. Em dois períodos distintos também foi babá e empregada doméstica.

— Prefiro que me identifique me pagando… — brinca, sobre qual cargo prefere ser chamada. — Gostaria que fosse de babá, amo criança!

Entre os 19 e 20 anos de idade, Teresa ficou cerca de sete meses cuidando de uma garotinha de cinco anos. Também limpava e arrumava a residência da família da menina.

Foi nesta época que conheceu o marido. Ele era vendedor em uma unidade das Lojas Arapuã, rede varejista de móveis e eletrodomésticos. Eles se encontraram por acaso.

— Ele me cantou, mas nem dei bola. Cerca de

15, 20 dias depois, voltei lá para ver um armário para minha mãe e ele lembrou de mim — relembra, com alegria. — Começamos a sair, namoramos, noivamos e casamos três anos depois.

O casal teve duas filhas. A mais velha, Kamila, nasceu depois de três anos da união. A segunda filha, Gabrielly, é cinco anos mais nova.

A ocupação de babá foi a primeira de Teresa como mensalista em ambientes domiciliares, mas não teve registro profissional. Antes disso, ela havia trabalhado poucos meses em firmas que produziam peças para automóveis, em outra de telefonia e em uma unidade das lojas Marisa - cargos registrados na carteira.

— Nunca gostei de trabalhar em firma, nunca. Mudava de serviço como mudava de roupa, porque nunca gostei de ficar presa. Eu trabalhava muito bem em casa de família, mas firma não — menciona, sem esclarecer porque não gostava da atividade.

Houve uma empresa de itens para carros, no entanto, na qual ela gostaria de ter permanecido.

— Era um salário bom, mas veio a época do Plano Collor e eles mandaram todos os novatos embora. Como eu tinha três meses de casada e eles achavam que eu ia arranjar filho logo, fui "colocada no bote".

Nascida e criada em Utinga, distrito da cidade de Santo André, no ABC Paulista, Teresa tem origem humilde.

— Éramos em 11 irmãos, uma família muito, muito pobre, de passar necessidade, não ter o que comer dentro de casa. Desde muito pequenininha eu lembro que ia pedir pão na casa dos outros — relata. — A gente ia na feira lavar coisas e ganhava carcaça, pé, pescoço, que ninguém comprava. Minha mãe fazia uma carcaça de frango com batata e cenoura. Não existia coisa melhor!

A relação de Teresa com o trabalho começou na infância. Sua mãe não permitia que os filhos chegassem com dinheiro dentro de casa, pois tinha receio de que os recursos fossem provenientes de exploração sexual infantil.

— Minhas primas saíam e se um cara passasse a mão no peitinho, ganhava um dinheiro. Minha mãe tinha muito medo e já tinha sabedoria de ensinar que não podiam mexer no seu corpo.

Os primeiros serviços realizados eram feitos em troca de alimentos.

— Eu falava: "Deixa eu lavar seu quintal". A pessoa dizia que não tinha nada e eu respondia: "Me dá um pouquinho de arroz e um pouquinho de feijão".

Com cerca de 13 anos passou a fazer limpeza nas residências em troca de dinheiro. Sua mãe sempre soube das atividades dela e de seus irmãos e só exigia que os filhos nunca mexessem nas coisas dos outros.

Enquanto em um período do dia trabalhava, no outro ia para a escola. Estudou até a sexta série (atual sétimo ano) e saiu do colégio por opção.

— Quando você for velha vai se arrepender — alertava a mãe de Teresa, que nunca obrigou a filha a continuar estudando.

— Depois tentei voltar duas vezes, mas não consegui. Não tenho tempo para adulto fofoqueiro em sala de aula — enfatiza, sobre o porquê de não ter acabado os estudos já mais velha.

Depois de ficar desempregada por causa das reformas na época do Plano Collor, Teresa fez alguns cartões de visita nos quais se apresentava e informava quais atividades exercia, além de um telefone para contato. Saía entregando os papéis em busca de oportunidades profissionais como diarista.

— Sempre fui muito fácil de arrumar serviço, graças a Deus! Arranjei emprego e só não trabalhava

de domingo porque não queria. Trabalhava a semana inteira e era tudo mansão, casas muito grandes.

Uma das primeiras residências em que foi fazer faxina era um sobrado onde trabalhavam três empregadas. Apesar da presença das funcionárias, Teresa ficou inconformada com a sujeira no local e com o descaso da patroa.

— A casa era muito suja. Eu tinha entrado às oito da manhã. Umas quatro da tarde eu falei para a moça: "Pelo amor de Deus, estou morrendo de fome". Lembro até hoje o que comi: arroz frio com ovo. As pessoas acham que empregada só pode comer ovo, não pode comer linguiça, bife, nada.

Depois desse caso decidiu que não iria voltar mais lá e dali em diante só trabalharia onde fosse bem tratada. Para Teresa, contudo, a realidade atual não está sendo nada favorável para a categoria e esse tipo de decisão não é mais possível.

— Hoje você tem que ficar, sendo bem tratada ou não. Infelizmente, o serviço está muito escasso — reclama.

Teresa acredita que a PEC seja uma das razões para a falta de oportunidades.

— O que mudou depois da PEC é só que a gente recebe o Fundo de Garantia. Não mudou mais nada.

A gente continua sendo humilhada!

Em 1990, ano em que já trabalhava como faxineira, Teresa começou a fazer abaixo-assinados para pedir que as domésticas tivessem direito ao FGTS. O acesso ao FGTS pela categoria foi permitido apenas em 2001, quando a Lei nº 10.208 estipulou a possibilidade de acesso ao benefício e ao seguro-desemprego. O documento, contudo, indicava que a aquisição era opcional e os empregadores não eram obrigados a fornecer.

— Acho um absurdo! Todo mundo tinha direito a Fundo de Garantia e empregada não. Agora, três meses de licença, de seguro-desemprego? O que os outros têm melhor que a gente? — fala, com indignação. — O filho de quem trabalha numa firma é melhor que o da empregada?

Teresa refere-se à licença-maternidade, a qual a PEC garantiu a possibilidade de afastamento por 120 dias (o que corresponde a quatro meses, e não três, como ela mencionou). O tempo, no entanto, não é exatamente igual ao que é garantido a outras profissionais, que podem sair de licença entre 120 e 180 dias.

O acesso ao seguro-desemprego também foi garantido com a promulgação da PEC. Os servidores domésticos só podem receber o benefício máximo de

três parcelas, no valor de um salário mínimo cada. Enquanto isso, profissionais urbanos podem receber de três a cinco parcelas, dependendo do tempo de trabalho e da quantidade de vezes em que já solicitou o benefício.

Pela demora na aquisição de direitos e pelas diferenças que a categoria ainda possui diante de outros trabalhadores, Teresa prefere trabalhar como diarista.

— De segunda a sexta meu dinheiro é para obrigações dentro de casa. E de sábado é um dinheiro livre meu, que reservo para sair para jantar com minhas filhas, ir numa lanchonete. Sempre preferi ganhar mais para poder guardar também.

Segundo Teresa, os valores cobrados pelas diaristas variam entre R$ 70 e R$ 150, por cerca de oito horas em um dia de trabalho. E os ganhos diários podem superar o salário mensal que os patrões geralmente pagam aos domésticos.

Uma faxineira, por exemplo, que trabalha de segunda a sexta, durante 20 dias úteis por mês, e cobra R$ 150 por dia, ganha o total de R$ 3 mil sem descontos. O iDoméstica, portal de gestão de serviço doméstico, apontou que, no Estado de São Paulo, a média salarial da categoria contratada em regime CLT

é de R$ 1.076,20 mensais. A quantia não leva em conta descontos e representa muito menos do que o valor que uma diarista consegue receber.

— O que é mil reais? É melhor não ser registrada e pagar o INSS por fora! — reitera.

Apesar da afirmação, Teresa contribuiu muito pouco com a previdência enquanto trabalhava como autônoma.

— Estava pagando, mas ficou muito apertado e tive que parar — lamenta.

Ela nunca sofreu um acidente de trabalho e também não teve medo de que algo acontecesse ou que ficasse doente. Por isso, não se cobrava para pagar o INSS.

A única situação mais complicada pela qual passou foi quando trabalhou pela segunda vez como empregada doméstica mensalista, desta vez registrada. Ela caiu de um pequeno degrau que há na entrada da própria casa e quebrou sete ossos do pé esquerdo. Apesar do incidente ter acontecido em seu domicílio, a trabalhadora teve que ficar afastada pelo INSS por um mês. Porém, o distanciamento ficou registrado apenas formalmente.

Teresa não queria deixar o contratante da época, Marcelo*, na mão. O homem era diretor de um banco e vivia sozinho em um apartamento no Itaim Bibi, bairro

valorizado da capital paulista, mas sempre viajava para o Rio de Janeiro e Estados Unidos. Ele tinha um filho adolescente, que dormia na casa às terças e quintas, e também uma namorada, Tatiana*.

— Ele vinha uma vez só por semana e eu falava: "Vou fazer um esforço para agradar meu patrão". Recolhia tudo, as roupas dele, e lavava na minha casa. Não limpava a casa dele, só mantinha, dava uma ajeitadinha.

Ao todo, ela precisou de três meses de recuperação. No primeiro, esteve com gesso e na cadeira de rodas. Já no segundo, andava de muletas. Para conseguir ajudar Marcelo enquanto estava afastada, pediu auxílio da família. O marido levava a esposa e a filha até o apartamento e a garota era responsável por servir o café da manhã do patrão.

— Em recuperação digo que estou até hoje. Sou mimosa, então falo para o meu marido: "Ai, meu pé está doendo" — brinca, fingindo cara de dor.

Teresa foi trabalhar para Marcelo por indicação de uma senhora que conheceu na feira.

— Fui conversar com ele no dia 20 de maio de 2013 e queria que eu começasse no outro dia. Não me pediu referência, nada. Mas eu disse: "Não posso, preciso de 15 dias porque tenho muita limpeza e não

vou deixar ninguém na mão".

— Quero que você entre às oito da manhã e saia às quatro da tarde — falou Marcelo.

— Entro às sete da manhã e a hora que eu terminar, vou embora — Teresa respondeu, olhando fixo para seu rosto.

— Ah, tá bom, vai. Estou precisando, então fica — ele disse.

Em 3 de junho começou a trabalhar.

— Não gosto desse negócio de "tem que fazer nove, dez horas por dia". Não me adapto a isso. Gosto de entrar cedo e sair cedo — declara. — Se você entrou cedo, limpou a casa, fez o que estava direcionada a fazer, para que vai ficar enrolando até às cinco [da tarde]?

A rotina na casa era bem tranquila. Todas as manhãs, enquanto Marcelo estava na rua correndo e praticando outros esportes, Teresa preparava a mesa do café da manhã e arrumava seu quarto. Depois que ele saía para trabalhar, ela aproveitava para fazer a limpeza mais pesada, além de lavar roupas e cozinhar nos dias em que o filho dele ia para o apartamento.

Ela nunca precisou dormir no local e acha que isso é uma das piores situações que os trabalhadores domésticos podem passar.

— A pior furada é a empregada dormir na casa da patroa. Ela vai trabalhar das sete da manhã até a hora que o patrão for dormir, porque tem que servir e recolher o jantar.

Além das atividades do dia a dia, Teresa era responsável por fazer compras no mercado e açougue para a casa. Marcelo fez um cartão no valor de R$ 2 mil por mês, no qual ela podia gastar R$ 500 por semana para abastecer a despensa.

— Ele sempre me deu autonomia para comprar as coisas, como escada, ferro de passar roupa. Tudo que era da casa eu comprava o mais caro para me beneficiar, porque quem ia trabalhar era eu.

O que Teresa comprava para o patrão também poderia consumir.

— Ele nunca teve isso de "isso aqui é meu, não pode mexer". Eu comprava medalhão para ele, eu comia medalhão.

Mesmo podendo comer todos os itens que adquiria para Marcelo, Teresa nunca se sentou à mesa para fazer as refeições com ele.

— Você precisa saber o seu lugar. O patrão nunca vai ser amigo — opina. — "Ai, é parente de casa". Não. A empregada que fala isso está totalmente errada.

Ele não é seu parente, não vai ter pena de você. Se ele precisar te mandar embora, vai te mandar. Se você ficar doente, ele te manda embora.

Segundo Teresa, a relação com o patrão era tranquila e estritamente profissional. Os dois nunca tiveram problemas, nem quando ela manchou sem querer uma camisa que ele havia comprado nos Estados Unidos. A peça tinha um detalhe vermelho na gola e ela colocou o item para lavar junto a outras roupas coloridas e escuras. Ao tirar da máquina de lavar percebeu que a camisa tinha ficado da cor rosa bebê. Com medo de ser descoberta e levar uma bronca, Teresa foi imediatamente ao shopping JK Iguatemi, próximo ao apartamento, procurar outra peça igual para comprar.

— Cuidava muito melhor dele do que do meu marido. Estava ali para servir ele, que pagava meu salário — afirma.

Ela circulou pelos andares do shopping e foi até uma loja que vendia roupas masculinas.

— Quero comprar essa camisa — Teresa mostrou a peça manchada para uma vendedora.

— Você não vai achar essa camisa no Brasil. Ela veio dos Estados Unidos — respondeu a moça.

Como a ideia não deu certo, voltou para a casa do patrão, desamassou a peça com ferro e guardou no armário. "Se um dia ele perguntar, falo o que aconteceu, mas não vou tocar no assunto", pensou Teresa.

Certo dia, Marcelo a chamou na sala e falou:

— Teresa, eu tinha uma camisa branca com detalhe vermelho…

— Então, o senhor quer saber mesmo? — hesitou a funcionária. — Vou falar a verdade para o senhor. Eu manchei essa camisa.

— Teresa, não acredito!

— Venha, vou mostrar para o senhor — ela disse, pegando a peça que estava no guarda-roupa.

— Ficou linda! Não tenho nenhuma camisa rosa — Marcelo falou, para surpresa de Teresa.

— Eu fui atrás dessa camisa…

— Você não vai achar, ela é dos Estados Unidos — comentou. — Quando você quebrar alguma coisa, manchar, não vou te dar bronca. Só que você precisa me falar, porque sei o que tenho na minha casa.

O caso ocorreu pouco tempo depois que Teresa havia começado no emprego e, nesse momento, percebeu que poderia confiar mais ainda no patrão. O único problema de relacionamento que Teresa teve

foi com Tatiana, a namorada de Marcelo.

Um dia, enquanto fazia a limpeza do apartamento, o interfone tocou.

— Teresa, um rapaz veio buscar um tapete — comunicou o porteiro.

— Ninguém vai subir! — ela disse.

— Mas a Tatiana… — começou o funcionário do prédio.

— Ninguém vai subir! Não sobe. Não dou ordem — Teresa reforçou.

O porteiro não deixou o rapaz entrar, mas acionou Tatiana, que imediatamente ligou para Teresa.

— Quem você pensa que é? — indagou a mulher.

— Sou empregada do Marcelo. Esse homem não vai subir se não tiver autorização. A senhora me passa o nome dele, me passa quantas pessoas vêm. Porque se entrar alguém aqui para roubar, eu levo direto no cofre — afirmou. — Não vou pôr a minha vida em risco por causa de ninguém! Então, quando a senhora mandar alguém aqui, a senhora me avisa!

No mesmo dia, Teresa relatou o ocorrido para o patrão, que concordou com a empregada. Como ela e Tatiana tiveram um conflito, ambas se desculparam mais tarde pelas grosserias trocadas no telefonema.

A relação, contudo, não se tornou um mar de rosas. Tatiana se casou com Marcelo e demitiu Teresa em novembro de 2016.

— Ela me mandou embora porque estou "velha e gorda" — ironiza, visto que ouviu as palavras de Tatiana ao ser demitida.

— Fiquei muito triste, porque acho que uma pessoa que faz isso é uma inútil da vida. Ela não precisava falar nada! Não precisa dar satisfação quando vai dispensar funcionária. Mas chegar e falar que está dispensando porque está "velha e gorda", ela merece um murro na cara — critica, levantando o tom de voz. — Para você fazer dieta precisa comer frutas, legumes. Como você vai fazer isso se não tem dinheiro? Então, você come arroz, feijão, bife, um frango. Você não vai dar preferência para comprar peito de peru. Vai comprar mortadela, que é mais barata. A gente sai muito cedo de casa sem tomar café. Chega na casa da patroa e ainda há vezes em que não toma café. A maioria das empregadas não toma. Aí, quando a coitada da empregada vai comer, ela é um "pedreiro" — discursa. — Para estar no trabalho às sete, ela levantou às cinco. Depois que você almoçar, você só vai jantar. Não é que nem as madames, que vão comer café reforçado, aí às dez, uma fruta. Elas ficam o dia inteiro comendo.

No dia em que Teresa foi assinar a carta de rescisão, Marcelo pediu desculpas, mas ela ficou chateada pelo fato dele não ter a mandado embora, sendo que foi quem a contratou.

— Marcelo, pode ficar sossegado, que eu sei que quem manda na casa é a mulher. O senhor só vai trabalhar para dar dinheiro para ela gastar — disparou Teresa para o ex-patrão.

Tatiana e Marcelo se mudaram do apartamento para uma casa maior, mas ele ainda é dono do imóvel no Itaim Bibi e Teresa faz faxinas no apartamento periodicamente. Ainda ressentida com a demissão, só conversa o necessário com a mulher.

— Se ele me chamar para voltar, volto pelo mesmo salário, que no final era de R$ 1.600.

Quando Teresa aceitou trabalhar para Marcelo ganhava, como diarista, cerca de R$ 2.500 por mês. Imaginava que ganharia uma quantia parecida, mas passou a receber menos: R$ 1.300. Teresa só optou por virar mensalista porque gostaria de ter acesso a direitos que não possuía como autônoma.

— Queria saber como é ter férias, décimo terceiro, como é ter um cartão de crédito e poder pagar ele todo mês. Porque na faxina, um dia você tem, o outro não.

No entanto, houve um dos benefícios que usufruiu uma única vez: as férias. Marcelo viajava muito e havia períodos em que ela não precisava ir até o apartamento.

— Trabalharia com ele mais 50 anos. Foi meu melhor trabalho, não financeiramente, mas pelo tanto que trabalhava, eu ganhava muito.

Para complementar a renda e ocupar os dias em que estava livre, fazia faxinas, passava roupas e ajudava o marido com a coleta de materiais recicláveis.

— Se você for ver custo-benefício, a empregada ganha menos, mas tem mais direitos.

Quando foi demitida, Teresa recebeu todo o dinheiro das férias vencidas e alega ter ganhado mais do que Marcelo era obrigado a pagar. Com a quantia, conseguiu comprar um carro para a família.

— Ele foi muito honesto. Pagou coisas que eu nem tinha direito, como o Fundo de Garantia.

A alegação, entretanto, está equivocada. Após a PEC, os empregadores são obrigados a pagar 40% da multa do FGTS adiantados. Ou seja, a cada mês o contratante direciona uma porcentagem do salário para esta "poupança". Caso a demissão seja sem justa causa, que foi a situação de Teresa, o profissional deve receber toda a quantia. Como Teresa foi contratada

em 2013, quando ainda não havia a obrigatoriedade do pagamento, Marcelo pode ter pagado o valor retroativo, mesmo sem imposição da lei, visto que no início ele não pagava o FGTS.

Em junho de 2015, assim que a PEC foi promulgada, Marcelo passou a cumprir tudo o que a nova lei estabelecia.

— Ele é muito rico, então não fez nem cócegas. Para mim, não mudou nada, porque ele sempre foi honesto, mas vejo que muitas amigas, muitas, muitas foram mandadas embora depois da PEC — declara. — E a maioria trabalha sem direito, porque acha que se cobrar vai ser mandada embora.

Teresa só tem uma reclamação sobre o pagamento na época.

— Tinha uma secretária dele, pilantra, safada, sem-vergonha, que descontava meu INSS e meu vale-transporte. Só que nem eu e nem ele sabíamos.

Quando foi informada do reajuste no primeiro aumento de salário percebeu que algo estava estranho.

— Como pode? Vou ganhar R$ 100 de aumento, só? — Teresa chateou-se por achar que o valor aumentaria de R$ 1.300 para R$ 1.400.

— Não, você ganha R$ 1.500 — afirmou outra

secretária de Marcelo.

— De onde, que esse dinheiro nunca veio na minha mão? — reclamou.

— Não, você ganha R$ 1.500. Está marcado aqui — a moça mostrou o valor registrado na carteira profissional.

Para onde, exatamente, os R$ 200 iam ninguém soube dizer e a situação ficou sem solução.

— Mas, também não posso acusar. Preciso ter provas — diz, entristecida.

Desde que saiu do emprego com Marcelo, Teresa trabalha com faxinas, passando roupas e cozinhando. Quando está em casa fica na companhia dos animais: três gatos, dois cachorros e um pássaro.

Ela também ajuda o marido no serviço de reciclagem. Na garagem da residência, além do carro e uma mini caminhonete para carregar materiais, há montanhas de plásticos e papéis que estão esperando para serem reaproveitados.

— Se não fosse a renda do meu marido, a gente não viveria — explica.

Ela e a família moram próximo ao centro de

Diadema há 15 anos, em um bairro com difícil acesso. A moradia fica em uma rua sem CEP e nem todos os mapas identificam a localização exata. Para receber correspondências e contas, ela precisa se dirigir à agência dos Correios mais próxima.

— Minha casa é feia, mas é limpinha, não gosto de sujeira. Favela não é sinônimo de porquisse — diz, acanhada.

No início de 2017, Teresa entrou em um grupo no Facebook, no qual são divulgadas oportunidades de emprego.

— Têm poucas ofertas para muitas candidatas. Se não aceito ganhar R$ 50, tem quem aceita. A internet está um jogo desigual.

Assim que entrou chegou a fazer uma promoção, na qual cobrava R$ 100 pela faxina e R$ 10 da passagem, mas se arrependeu, porque pegou várias casas extremamente sujas.

— Vejo que as pessoas fazem assim: "Deixo minha casa ficar podre e chamo uma faxineira" — interpreta. — Como as pessoas conseguem não varrer a própria casa? As empregadas aguentam muita humilhação. As patroas acham que estão pisando em cima da carne-seca.

Para Teresa, a situação só vai mudar quando a categoria não tiver mais medo dos contratantes e começar a ir, definitivamente, em busca de seus direitos.

— A empregada é quem tem o poder, não é a patroa. Tem que ser uma classe unida! As empregadas, se não derem o respeito, não adianta vir a PEC, lei nenhuma. Se você não se der o respeito, não é lei que vai fazer você mudar. Quem tem que mudar é você — opina. — Tem que colocar na cabeça que você, empregada, é uma prestadora de serviços e só trabalha para ela [a patroa], porque ela precisa. Se ela precisa, ela tem que respeitar.

Foto: Lauana Viana

Entre avanços e retrocessos

Pouco mais de dois anos após a promulgação da PEC, o presidente Michel Temer (PMDB) sancionou a Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467), em 13 de julho de 2017. O texto altera cerca de 200 dispositivos da CLT, de 1943, dando um novo perfil à legislação do trabalho no Brasil.

As novas normas entraram em vigor a partir do dia 11 de novembro de 2017. Os deputados e senadores que votaram a favor da reforma defendem que a lei estimulará a criação de novos empregos no país, além de impulsionar a economia e colocar as contas públicas

em ordem. Contudo, as mudanças são alvos de críticas, pois colocam em risco alguns direitos trabalhistas conquistados e assegurados pela CLT.

Mario Avelino, especialista em trabalho doméstico e presidente da empresa e instituto Doméstica Legal, afirma que as mudanças provenientes da Reforma Trabalhista são melhores para quem emprega, mas que não podem ser consideradas ruins para o empregado, pois não subtraem nenhum direito dos profissionais domésticos.

— A Reforma Trabalhista como um todo, para mim, é positiva. A CLT tinha muita coisa retrógrada, passada e o emprego doméstico evoluiu muito. Vai obrigar os sindicatos a trabalhar e mostrar porque eles existem — opina. — Vai criar condições que beneficiem os dois lados. A partir da reforma, os acordos trabalhistas vão valer mais do que a lei. A reforma é boa para o Brasil. Vai gerar, sim, mais empregos.

Essa, entretanto, não é a posição do juiz do trabalho Jorge Luiz Souto Maior. O magistrado, em publicação de maio de 2017, define que o projeto é "vendido como moderno pelo propósito de afastar o Estado das relações de trabalho, mas o que promove é

uma intervenção direta e intensa do Estado em favor do empregador".

A PEC é a regulamentação específica sobre o emprego doméstico, mas não engloba todas as diretrizes trabalhistas existentes. Por isso, os pontos não mencionados na Lei Complementar nº 150/2015 serão subsidiados diretamente pela CLT, afetando, assim, os trabalhadores domésticos.

Na cartilha *Os Impactos da Reforma Trabalhista no Emprego Doméstico*, publicada em julho de 2017, Mario destaca 26 itens que serão alterados. Entre os aspectos mais polêmicos da reforma está o contrato de trabalho intermitente, no qual os profissionais recebem apenas pelas horas trabalhadas. Ou seja, o empregado que trabalha apenas duas horas por dia receberá o valor proporcional ao horário. No caso do emprego doméstico, o contrato pode ser aplicado para profissionais que cobrem folgas ou que trabalham apenas aos finais de semana.

O empregador não pode mudar o contrato do trabalhador já em curso. Apenas um funcionário novo poderá ser contratado nessa modalidade.

— Uma coisa muito polêmica foi o contrato intermitente — comenta Mario. — Na minha visão,

para o emprego doméstico vai ser muito positivo, porque a informalidade é muito alta — reitera, ressaltando o percentual de 65% de profissionais informais na categoria atualmente.

Na visão de Jorge Souto há incoerência entre as propostas de Reforma Trabalhista e Reforma Previdenciária aprovadas no governo de Michel Temer. "Dizem que a Reforma Previdenciária tem como pano de fundo a necessidade de maior arrecadação. Entretanto, a Reforma Trabalhista, especialmente com o trabalho intermitente, a possibilidade de exploração do trabalho sem responsabilidade, a consideração de que um maior leque de verbas salariais passaria a ser indenizatória, entre outras previsões nocivas, implicará concretamente [na] redução significativa da arrecadação para a Previdência Social."

Quanto às horas extras realizadas, anteriormente fixadas em duas horas máximas por dia, o horário excedente agora pode ser maior, caso o empregador precise dos serviços do funcionário.

Passa a valer também o acordado sobre o legislado. Ou seja, acordos firmados entre empregados e empregadores passam a valer mais do que as normas vigentes de leis trabalhistas. A ação é alarmante pois,

em um país onde, mesmo com leis, as normas quase não se aplicam e a justiça é falha, dificilmente será possível monitorar os acordos e verificar se os trabalhadores estão ou não sob condições abusivas e exploratórias.

Vale destacar ainda que, no caso específico do trabalho doméstico, as especificidades da atividade e o isolamento no exercício da profissão não somente colocam esses trabalhadores em condição de maior fragilidade, como tendem a favorecer situações de desrespeito aos direitos previstos em lei ou acordados. Essa situação, aliás, é velha conhecida da categoria.

Há, ainda, a possibilidade de fazer acordos demissionais, o que antes não era permitido. No serviço doméstico, os custos do empregador são reduzidos e os trabalhadores acabam perdendo alguns benefícios. O empregado recebe apenas metade do aviso prévio, 20% da multa do FGTS e não pode receber o seguro-desemprego. Além disso, só é permitido sacar 80% do FGTS, sendo que os 20% restantes poderão ser retirados futuramente, para aposentadoria ou compra da casa própria, por exemplo.

A reforma também tornou opcional a contribuição sindical. Para os trabalhadores domésticos, o imposto sindical só poderá ser descontado caso o

empregado autorize. A situação refletirá diretamente na organização de sindicatos como o Sindoméstica, na capital, que atua, principalmente, na orientação jurídica e nos casos de rescisão do contrato de trabalho.

Para o futuro

Com as transformações sociais no país e o maior acesso das classes mais baixas ao ensino superior, fica evidente a opção por outras profissões e cargos, diferentes do trabalho doméstico. Isso se reflete expressivamente nas mulheres, sendo que a geração atual está mais propensa a não seguir os passos das anteriores. Como visto no decorrer do livro, o trabalho doméstico é presente na família das entrevistadas por gerações: mãe doméstica, filhas domésticas.

Por outro lado, com a maior inserção das mulheres no mercado de trabalho, a procura por empregadas e diaristas para auxiliar nas tarefas domésticas tende a manter-se.

Mesmo com a PEC dando respaldo aos trabalhadores, também é perceptível a tentativa de burlar a legislação. Os abusos ainda são constantes por parte de empregadores. Casos noticiados, como os das

mulheres filipinas trazidas para trabalhar em casas de família de São Paulo, como babás e empregadas sem nenhuma regularização, expressam a distância entre os direitos conquistados e sua efetivação.

Para as trabalhadoras, algumas garantias trabalhistas são expressivas no dia a dia da profissão. A contribuição com o INSS, mesmo por trabalhadoras não registradas, se mostra extremamente importante para desfrutarem de proteção previdenciária.

Cada relato encontrado neste livro ilustra o cenário enfrentado por milhões de trabalhadoras brasileiras diariamente. A expectativa é para que, como na fala de Alessandra, as patroas aprendam a ser patroas, reconhecendo seus direitos e deveres e a legislação específica para a profissão. E, de acordo com Teresa, as empregadas entendam, cada dia mais, que são prestadoras de serviço e que devem trabalhar com todos os direitos estabelecidos e garantidos.

A PEC, além de aproximar os direitos destas profissionais àquele garantido aos demais trabalhadores do regime celetista, foi responsável por criar barreiras ao descaso histórico com que a categoria sempre foi tratada. A Reforma Trabalhista, entretanto, tende a acentuar o caminho já conhecido pela categoria: o da precariedade.

Referências

ABREU, Maria Aparecida A.; BONETTI, Aline de Lima (Org.). **Faces da desigualdade de gênero e raça no Brasil.** Brasília: Ipea, 2011. 160 p. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_facesdadesigualdade.pdf>. Acesso em: 30 set. 2017.

ARANTES, José Tadeu. **A herança escravista no trabalho doméstico.** In Agência Fapesp. [s.l.], 2 set. 2014. Disponível em: <http://agencia.fapesp.br/a_heranca_escravista_no_trabalho_domestico/19716/>. Acesso em: 28 fev. 2017.

AS EMPREGADAS domésticas e a escravidão. In Pragmatismo Político. [s.l.], 12 nov. 2014. Disponível em: <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/11/empregadas-domesticas-eescravidao.html>. Acesso em: 27 fev. 2017.

AVELINO, Mario. **Os impactos da Reforma Trabalhista no emprego doméstico.** Rio de Janeiro: Doméstica Legal, 2017. 21 p. Disponível em: <http://promo.domesticalegal.

com.br/impactos-da-reforma-trabalhista-no-emprego-domestico>. Acesso em: 15 out. 2017.

AVELINO, Mario. **PEC das Domésticas -** Novos direitos e deveres de patrões e empregados. [s.l.]: Book Express, 2015. 440 p.

BARBA, Mariana Della. **Clube que obriga babá a usar branco é alvo de investigação do MP.** In BBC Brasil. São Paulo, 16 jun. 2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/06/150615_clubes_babas_discrimina cao_mdb>. Acesso em: 17 mai. 2017.

BARIFOUSE, Rafael. **'Uniforme deixa claro que você é serviçal, dá status para a patroa no shopping', diz ex-babá.** In BBC Brasil. [s.l.], 18 jun. 2015.Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/06/150618_baba_rb_ss>. Acesso em: 29 mai. 2017.

BRASIL, campeão mundial em trabalhadores domésticos. In Carta Capital. [s.l.], 9 jan. 2013. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/brasilcampeao-mundial-em-trabalhadores-domesticos>. Acesso em: 27 fev. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional nº 72, de 2 de abril de 2013. Altera a redação do parágrafo único do Artigo 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais. Senado Federal, Brasília, 2 abr. 2013.

BRASIL. Constituição (1988). Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2012. Altera a redação do parágrafo único do Artigo 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e demais trabalhadores urbanos e rurais. Senado Federal, Brasília, 17 dez. 2012.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Rio de Janeiro, 1 mai. 1943.

BRASIL. Lei Complementar nº 150, de 1 de junho de 2015. Altera a legislação trabalhista e garante direitos básicos às categorias de empregados domésticos. Casa Civil, Brasília, 1 jun. 2015.

BRASIL. Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972. Dispõe sobre a profissão de empregado doméstico. Casa Civil, Brasília, 11 dez. 1972.

BRASIL. Lei nº 11.324, de 19 de julho de 2006. Altera e revoga dispositivos de leis anteriores, acerca da contribuição à Previdência Social. Casa Civil, Brasília, 19 jul. 2006.

BRASIL. Medida provisória nº 284, de 6 de março de 2006. Altera dispositivos de leis anteriores, acerca da contribuição à Previdência Social. Casa Civil, Brasília, 6 mar. 2006.

BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea. **Situação atual das trabalhadoras domésticas no país.** [S.l], 2011. 24 p. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110505_comunicadoipea90.pdf>. Acesso em: 15 set. 2017.

BRASIL. Secretaria Internacional do Trabalho. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - Dieese. **O emprego doméstico:** uma ocupação tipicamente feminina. Brasília, 2006. 52 p.

Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/grpe_caderno_3_261.pdf>. Acesso em: 15 set. 2017.

BRASIL tem o maior número de domésticas do mundo, diz OIT. In G1. São Paulo, 9 jan. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/concursos-eemprego/noticia/2013/01/brasil-tem-o-maior-numero-de-domesticas-do-mundo-dizoit.html>. Acesso em: 28 fev. 2017.

COM nova lei, número de domésticos com FGTS sobe 621% em 1 ano. In G1. Brasília, 11 jul. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/seudinheiro/pec-das-domesticas/noticia/2016/07/com-nova-lei-numero-de-domesticoscom-fgts-sobe-621-em-1-ano.html>. Acesso em: 20 abr. 2017.

CONGRESSO promulga hoje PEC das Domésticas. In Câmara dos Deputados. [s.l], 2 abr. 2013. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/TRABALHO-E-PREVIDENCIA/438809-CONGRESSO-PROMULGA-NA-TERCA-PEC-DASDOMESTICAS.html>. Acesso em: 17 mai. 2017.

DILMA sanciona com 2 vetos lei que regulamenta a PEC

das Domésticas. In Veja.com. [s.l], 2 jun. 2015. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/economia/dilmasanciona-com-2-vetos-lei-que-regulamenta-a-pec-das-domesticas/>. Acesso em: 18 mai. 2017.

DOMÉSTICA LEGAL. Legislação do Emprego Doméstico. Apresenta informações sobre a legislação que rege os trabalhadores domésticos. Disponível em: <https://www.domesticalegal.com.br/utilidades/nova-legislacao/>. Acesso em: 5 mai. 2017.

FAJARDO, Gerardo Godoy. **Senzala urbana:** o quarto da empregada. In Carta Potiguar. Rio Grande do Norte, 17 dez. 2015. Disponível em: <http://www.cartapotiguar.com.br/2015/12/17/senzala-urbana-o-quarto-daempregada/>. Acesso em: 30 mai. 2017.

FILHO, José Moura Gonçalves. Humilhação Social - Um Problema Político em Psicologia. **Psicologia USP.** São Paulo, v. 9, n. 2, p. 11-67, 1998. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/107818/106159>. Acesso em: 28 set. 2017.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala:** formação da

família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Global, 2006. 727 p.

GOMES, Paula. Emprego doméstico e a arquitetura da desigualdade. **Ciência e Cultura.** São Paulo, v. 68, n. 2, jun., 2016. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S000967252016000200020&script=sci_arttext>. Acesso em: 8 mai. 2017.

GUSMÃO, Xerxes. **Os novos direitos do empregado doméstico.** In Âmbito Jurídico. [s.l.], [s.d.] Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1761>. Acesso em: 27 fev. 2017.

MARCONDES, Mariana Mazzini (Org.) et.al. **Dossiê Mulheres Negras:** retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2013. 168 p.

KASSEM, Fábio Gea. **O empregado doméstico sob a ótica da Lei nº 11.324/2006.** [s.l.], Jan. 2009. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/12270/oempregado-

domestico-sob-a-otica-da-lei-n-11-324-2006/2>. Acesso em: 9 abr. 2017.

LARA, Fernando Luiz. **A exclusão no espaço doméstico.** In Revista Fórum. [s.l.], 2 mai. 2013. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/2013/05/02/a-exclusaono-espaco-domestico/>. Acesso em: 28 mai. 2017.

LOPES, Roberta. **Mulheres negras e com baixa escolaridade são maioria das trabalhadoras domésticas.** In UOL Notícias. Brasília, 27 abr. 2011. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/04/27/mulheresnegras-e-com-baixa-escolaridade-sao-maioria-das-trabalhadorasdomesticas.htm>. Acesso em: 1 abr. 2017.

LORAS, Alexandra. **O trabalho doméstico e a perpetuação da escravidão.** In Merci. [s.l.], 14 jun. 2016. Disponível em: <http://alexandraloras.com/o-trabalhodomestico-e-a-perpetuacao-da-escravidao/>. Acesso em: 28 fev. 2017.

MAIOR, Jorge Luiz Souto; SEVERO, Valdete Souto. **Os 201 ataques da "reforma" aos trabalhadores.** In Blog Jorge Luiz Souto Maior. 8 mai. 2017. Disponível em: <http://www.jorgesoutomaior.com/blog/os-201-ataques-da-reforma-aos-trabalhadores>. Acesso em: 14 nov. 2017.

MASCARO, Gabriel. **Doméstica.** In Youtube. Brasil, 2012. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=Se5QUGucJMA>. Acesso em 28 mai. 2017.

MARTINS, Sergio Pinto. **Manual do Trabalho Doméstico.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MAZIERO, Luís Guilherme Soares. **Direitos fundamentais e discriminação de gênero:** a ausência de direitos e proteção ao trabalho doméstico. 2010. 156 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito da Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2010.

NÚMERO de diaristas na Grande São Paulo supera o de empregadas fixas. In Globo Play. São Paulo, 20 abr. 2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5814244/>. Acesso em: 20 abr. 2017.

O EMPREGO Doméstico no Brasil. Estudos e Pesquisas. [s.v.], n. 68, p. 2-7, ago., 2013. Departamento Intersindical de

Estatística e Estudos Socioeconômicos - Dieese. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/estudosetorial/2013/estPesq68empregoDomestico.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2017.

PARCELA de mulheres empregadas como domésticas é menor em 3 décadas. In Valor. São Paulo, 23 abr. 2015. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/4018956/parcela-de-mulheres-empregadas-comodomesticas-e-menor-em-3-decadas>. Acesso em: 1 abr. 2017.

PESQUISA mostra crescimento de domésticos na população ocupada. In Portal Brasil. [s.l.], 27 abr. 2015. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-eemprego/2015/04/pesquisa-mostra-crescimento-de-domesticos-na-populacaoocupada>. Acesso em: 27 fev. 2017.

PNAD Contínua: taxa de subutilização da força de trabalho fica em 22,2% no 4º tri e fecha 2016 em 20,9%. In Agência IBGE Notícias. 23 fev. 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/9869-pnad-continua-taxa-de-subutilizacao-da-forca-de-trabalho-fica-em-22-2-no-4-tri-e-fecha-2016-em-20-12.html>. Acesso em: 30 set. 2017.

PORTAL iDoméstica. Oferem orientação trabalhista com suporte rápido e personalizado, acerca da PEC das Domésticas. Disponível em: <https://www.idomestica.com/como-funciona/>. Acesso em: 23 out. 2017.

RENDA de domésticos salta 64% em 20 anos, mas fica abaixo do mínimo. In Folha de S.Paulo. São Paulo, 6 mar. 2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/03/1864009-renda-de-domesticossalta-64-em-20-anos-mas-ainda-e-abaixo-do-minimo.shtml>. Acesso em: 20 mar. 2017.

RETROSPECTIVA Doméstica Legal sobre primeiro ano da Lei Complementar 150. In Doméstica Legal. [s.l.], 3 jun. 2016. Disponível em: <https://www.domesticalegal.com.br/retrospectiva-domestica-legal-sobre-1-ano-dalei-complementar-150/>. Acesso em: 24 mai. 2017.

TRABALHO doméstico é a ocupação de 5,9 milhões de brasileiras. In Portal Brasil. [s.l.], 17 mar. 2016. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-ejustica/2016/03/trabalho-domestico-e-a-ocupacao-de-5-9-milhoes-de-brasileiras>. Acesso em: 28 fev. 2017.

TRABALHO doméstico no Brasil tem o ranço da escravidão. In Agência Senado. [s.l.], 24 abr. 2011. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/04/27/trabalho-domestico-nobrasil-tem-o-ranco-da-escravidao>. Acesso em: 28 fev. 2017.

UM ANO depois, trabalhadores contabilizam avanços da PEC das Domésticas. In Portal Brasil. [s.l.], 2 jul. 2016. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-eemprego/2016/07/um-ano-depois-trabalhadores-contabilizam-avancos-da-pec-dasdomesticas>. Acesso em: 30 abr. 2017.

VANINI, Eduardo. **Quartos de empregada doméstica geram debate sobre segregação.** In O Globo. Rio de Janeiro, 14 ago. 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/quartos-de-empregada-domestica-geramdebate-sobre-segregacao-19910411>. Acesso em 8 mai. 2017.

VEJA as atividades que fazem parte da categoria dos empregados domésticos. In Gazeta do Povo. [s.l.], 04 mai. 2013. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/economia/especiais/guia-do-empregodomestico/

veja-as-atividades-que-fazem-parte-da-categoria-dos-empregadosdomesticos-exli0v7fjglc7j8qeh9xiht1q>. Acesso em: 28 fev. 2017.

VEJA como ficaram os direitos dos trabalhadores domésticos. In G1. São Paulo, 2 jun. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/seudinheiro/noticia/2015/06/veja-como-ficaram-os-direitos-dos-trabalhadoresdomesticos.html>. Acesso em: 27 fev. 2017.

Érika Motoda, **Lauana Viana** e **Nathalia Fabro** são jornalistas formadas pela Universidade Metodista de São Paulo.

A relação de trabalho teve fim depois de uma briga motivada por um queijo ralado.

— Ela chegava nervosa da rua e tinha que descarregar em alguém. Era em mim. Nesse dia, trabalhei até uma da manhã. Ela brigou comigo porque eu tinha acabado de fazer macarronada para a janta e peguei uma pitadinha do queijo ralado dela — fala. — Passou uma semana me humilhando. Gente, se eu pudesse enfiar o dedo na garganta e vomitar o queijo que comi… Fiquei dois dias sem comer nada. Só bebi água. Passei tanta vergonha, que se eu for na sua casa e você me servir algo que tenha que pôr queijo ralado, não consigo.

Na noite do ocorrido, Laila disse:

— Você tem que comer o que sobra da minha comida.

— Mas o que sobra a gente dá para os cachorros. Não sou sua cadela. A pessoa que te indicou não disse que eu ia trabalhar na casa de uma carrasca, que ia ser sua escrava — retrucou Roseli. — Do jeito que a senhora me trata, só falta o tronco e o chicote. O que sobrar, vai direto para a sua cachorra. Eu não vou comer mais.